



MESTRADO
CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO

A intervenção em Centro Educativo: fatores de risco e de proteção e o seu papel na reinserção social

Adriana Filipa Mota Bessa Sousa

M

2018





Universidade do Porto

Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação

A intervenção em Centro Educativo: fatores de risco e de proteção e o seu papel na reinserção social.

Relatório de Estágio apresentado à Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto, para obtenção do grau de Mestre em Ciências da Educação no domínio Educação, Comunidades e Mudança Social, sob a orientação do Professor Doutor Tiago Guedes Barbosa do Nascimento Neves

Adriana Filipa Mota Bessa Sousa

Porto, 2018

Aos meus pais e à minha irmã
que sempre me apoiaram e acreditaram em mim.
À minha tia Fatita, que onde quer que esteja, está orgulhosa de mim e do que
conquistei!

Resumo:

Este trabalho aborda a intervenção com menores delinquentes, bem como o papel da educação no seu processo de reintegração social. Visa, considerando os dados da reincidência social, ler o quotidiano de um Centro Educativo localizado no Norte de Portugal à luz da literatura sobre a intervenção e reinserção de menores delinquentes. Através de uma análise qualitativa, analisam-se os fatores de risco associados à reincidência e a forma como são trabalhados ao longo da intervenção. Ao mesmo tempo, analisa-se e aprofunda-se a questão dos fatores de proteção e a forma como estes são trabalhados e potenciados para inverter a trajetória do jovem, bem como o papel ocupado pela educação na possível inversão do comportamento delincente.

Outro foco de investigação foi o trabalho desenvolvido pelos Centros Educativos e pela Direção Geral de Reinserção e Serviços Prisionais após a saída do jovem do Centro. Constatou-se que a falta de estruturas de continuidade influencia a reintegração social do jovem. Para além da falta de estruturas de continuidade, influenciam ainda o sucesso da reintegração social do jovem a falta de apoio familiar, a ausência de um projeto de vida, o regresso ao seu antigo grupo de pares e, talvez o mais importante de todos os fatores, a falta de oportunidades. Para além disto, verifica-se que a educação se apresenta, por um lado, como um fator de risco devido aos altos valores de absentismo, por outro, no momento da saída, e tendo em conta a idade dos jovens, apresenta-se como um fator de proteção. Contudo, apesar da escola assumir um importante papel, constata-se a existência de um amplo espaço para melhorias na relação entre a escola e os jovens.

Palavras-chave: delinquência juvenil; centros educativos; reincidência criminal; educação

Résumé :

Ce travail traite de l'intervention auprès des délinquants juvéniles, ainsi que du rôle de l'éducation dans son processus de réintégration sociale. Visa, compte tenu des données de récurrence sociale, lire la vie quotidienne d'un centre éducatif situé dans le nord du Portugal, à la lumière de la littérature sur l'intervention et la réhabilitation des jeunes délinquants. Grâce à une analyse qualitative, les facteurs de risque associés à la récurrence et à la manière dont ils sont élaborés au cours de l'intervention sont analysés. En même temps, on analyse et approfondisse la question des facteurs de protection et la façon dont ceux-ci sont travaillés et renforcés pour inverser la trajectoire du jeune, ainsi que le rôle joué par l'éducation dans le renversement possible du comportement délinquant.

Un autre axe de recherche a été le travail des centres d'éducation et de la Direction générale des services de réadaptation et de la prison suite au départ du jeune du Centre. Il a été constaté que la manque de structures de continuité influence la réinsertion sociale des jeunes. La réussite de la réinsertion sociale des jeunes est aussi influencée par la manque de soutien familial, la manque d'un projet de vie, le retour à son ancien groupe de pairs et, peut-être le plus important de tous les facteurs, la manque d'opportunités. De plus, il semble que l'éducation est présentée, d'une part, en tant que facteur de risque en raison de fortes valeurs d'absentéisme, d'autre part, au moment du départ, compte tenu de l'âge du jeune, elle est présentée comme un facteur de protection. Cependant, bien que l'école joue un rôle important, il y a amplement place à l'amélioration de la relation entre l'école et les jeunes.

Mots-clés : délinquance juvénile ; centres éducatifs ; récidive ; éducation

Abstract:

This report deals with intervention with juvenile delinquents, as well as the role of education in its social reintegration process. Visa, considering the data of social recidivism, read the daily life of an Educational Center located in the North of Portugal in the light of the literature on the intervention and reintegration of juvenile delinquents. Through a qualitative analysis, the risk factors associated with recurrence and the way they are worked out during the intervention are analyzed. At the same time, the question of protection factors and how they are worked and strengthened to reverse the trajectory of the youth, as well as the role of education in the possible reversal of delinquent behavior, is analyzed and deepened.

Another focus of research was the work carried out by the Educational Centers and the General Directorate of Reinsertion and Prison Services after the youth left the Center. It was found that the lack of continuity structures influences the social reintegration of young people. In addition to the lack of continuity structures, the success of a young person's social reintegration is also influenced by the lack of family support, the absence of a life project, a return to their former group of peers, and perhaps the most important of all factors, the lack of opportunities. In addition, education is seen as a risk factor due to high absenteeism, on the other, at the time of leaving, and taking into account the age of the a protective factor. However, while school plays an important role, there is ample room for improvement in the relationship between school and youth.

Keywords: juvenile delinquency; educational centers; recidivism; education

Agradecimentos:

Primeiro quero agradecer ao meu orientador, Professor Doutor Tiago Neves: que me acompanhou ao longo desta caminhada, me apoiou, me ouviu e sempre me ajudou a chegar a bom porto. O apoio e o incentivo ajudaram a que este trabalho ficasse cada vez melhor. Obrigada por acreditar em mim e ter grandes expectativas, isso fez com que não o quisesse desiludir. Foi um privilégio trabalhar ao seu lado. Obrigada por ser o meu orientador.

Quero agradecer ao Centro Educativo por me ter acolhido e me ter dado a oportunidade de estagiar lá ao longo destes nove meses e de ter uma experiência que vou levar para o resto da vida. À Márcia: a melhor estagiária que me podia ter acompanhado. Com ela partilhei tristezas, alegrias, choros, risos. Obrigada! Amiga, sem ti o estágio não tinha sido o mesmo. Espero que a vida nos volte a juntar profissionalmente.

Obrigada aos meus pais, irmã: Ao longo da minha vida sempre me acompanharam e acreditaram em mim. Sempre me mostraram que era capaz. Sempre me criaram oportunidades para eu chegar até aqui. Sem eles seria totalmente impossível. Ao meu cunhado: com o seu sentido de humor sempre fez qualquer situação ficar mais fácil. Mais que um cunhado, considero-o também um irmão mais velho. Ao meu afilhado Pedro: apesar de pequenino, inspira-me todos os dias a ser uma pessoa melhor e um exemplo para ele.

Às minhas amigas da faculdade: Obrigada por me aturarem! Obrigada por me acompanharem nesta longa caminhada. Seja as que só estiveram na licenciatura, seja as que me acompanharam no mestrado. Cada uma ocupou um lugar especial nesta jornada. Obrigada por todas as partilhas, risos, choros, medos. Um obrigada especial à Cátia, Sara e Milene, que foram aquelas que se mantiveram comigo do início ao fim. Tornaram tudo mais bonito. Tornaram isto nos melhores anos da minha vida. Da faculdade para a vida.

Obrigada às minhas amigas e amigos: vocês que me acompanharam. Viram-me rir, viram-me chorar. Obrigada! Obrigada por estarem do meu lado ao longo destes anos. Obrigada por me ouvirem. Obrigada simplesmente por estarem aí. Cada um de vocês ocupa um lugar especial no meu coração. Cada um de vocês ocupou um lugar especial nesta jornada. Cada um de vocês ocupa um lugar especial na minha vida. Quero agradecer em particular à Helena e à Sónia. Acompanham-me há sete anos. Conhecem o meu melhor e o meu pior. Ajudaram-me quando mais precisei. A vida pode dar voltas, mas eu espero que vocês permaneçam sempre

ao meu lado. Vocês vão ocupar sempre um lugar especial no meu coração. Obrigada por acreditarem em mim, muitas vezes mais que eu mesma.

Obrigada ao Sandro: apesar de ter entrado na minha vida já quase no fim deste processo, sempre me apoiou e mostrou o quão orgulhoso de mim estava. Não sei o que o futuro nos reserva, mas seja o que for, és e serás sempre especial para mim, por tudo que fizeste e fazes, por me ajudares a dar um rumo novo à minha vida. Simplesmente por me fazeres acreditar que ainda existem pessoas boas e por fazeres de mim uma pessoa muito mais feliz. Obrigada por tudo! Obrigada por seres tu!

Por fim, e talvez o agradecimento mais importante para mim, e vem no fim porque será o mais extenso, obrigada aos meus jovens do Centro. Obrigada a todo o grupo, mas em especial ao meu grupo. Obrigada por serem vocês. Tiraram-me, em muitas ocasiões, a paciência, mas também partilhámos tantos sorrisos, tantas histórias. Saio do Centro com a sensação de dever cumprido. Obrigada por me deixarem chegar a vocês. Obrigada por me deixarem criar uma relação com vocês. Obrigada por gostarem de mim e me depositarem confiança. Meus jovens. Vou sentir muito a vossa falta. Marcaram-me muito. Vou-me sempre lembrar de vocês para o resto da vida. Espero que também se lembrem de mim. Vou-me sempre recordar dos dias bons, dos dias maus. De tudo. Continuem assim. Não duvido que vão ser muito bem sucedidos. Acreditem em vocês, mesmo quando mais ninguém acreditar. Permitam-me, mas eu gosto mesmo de vocês!

Abreviaturas:

CE – Centro Educativo

CPCJ – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens

ENT – Entrevista

EFA – Educação e Formação de Adultos

LPCJP – Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo

LTE – Lei Tutelar Educativa

PEP – Projeto Educativo Pessoal

PIE – Projeto de Intervenção Educativa

PII – Projeto de Intervenção Imediata

RI- Regulamento Interno

TPRS – Técnico Profissional de Reinserção Social

TSRS - Técnico Superior de Reinserção Social

UMAR – União de Mulheres Alternativa e Resposta

ENT- Entrevista

SSRS- Social Skills Rating System

ART- Aggressive Replacement Training

ENTjov- Entrevista de um jovem

ENTtéc- Entrevista de um técnico

Índice:

Introdução:	2
Capítulo I - Enquadramento teórico:	5
A questão da delinquência juvenil:	8
Fatores de risco:	10
Fatores de proteção:.....	12
A educação: a dualidade entre fator de risco e proteção:	12
A reincidência:	13
Os sistemas de Justiça Juvenil na Europa:	14
Capítulo II- Caracterização da instituição:	18
1. O Centro Educativo:.....	18
2. O primeiro contacto do jovem com o Centro:	18
3. O dia a dia no Centro Educativo.....	20
4. Oferta Educativa e Formativa:.....	27
Capítulo III- Capítulo Metodológico:	33
Da entrada no terreno ao desenvolvimento de atividades e programas:.....	33
Metodologicamente falando (...):	34
Leitura de documentos:	35
A observação:	36
As entrevistas:	37
Capítulo IV- A minha Experiência de Estágio:	41
O primeiro contacto com a instituição:	41
Da observação das consultas de orientação vocacional aos programas:	42
1,2,3... Ação:	45
As entrevistas:	57
Capítulo V- Resultados:	61
Fatores de Risco para a reincidência:	61
Fatores de proteção da transgressão:	65
Casos de sucesso VS casos de insucesso: fatores que influenciam a reintegração social dos jovens:	67

Perspetivas dos jovens sobre a Intervenção do Centro Educativo:	69
Perspetivas dos jovens e professores da escola do Centro:	70
A reinserção Social do Jovem: desde o papel do Centro e da escola ao papel da Direção Geral de Serviços Prisionais:	72
Capítulo VI- Discussão dos Resultados:	78
1. Fatores de Risco:	78
2. Fatores de proteção:.....	79
3. A intervenção durante o internamento: perspetivas dos jovens:	80
4. A reinserção social do jovem:	82
Considerações finais:	86
Limitações e pistas para futuras investigações:	87
Referências Bibliográficas:	90

Índice de Anexos:

Anexo I- Sessão do Treino de Competências para a Resolução de Problemas Sociais;

Anexo II- Sessão do Treino de Competências para a Resolução de Problemas Sociais;

Anexo III- Sessão do FestiCESA;

Anexo IV- Sessão do FestiCESA;

Anexo VI- Questionário para o levantamento de interesses para a atividade “Feira das Profissões”;

Índice de Apêndices:

Apêndice I- Guião das Entrevistas;

Apêndice II- Termo de Consentimento Informado;

Apêndice III- Análise de Conteúdo;

Introdução

Introdução:

O presente relatório de Estágio foi realizado para a obtenção do grau de Mestre em Ciências da Educação pela Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto. O domínio em que este estágio se insere intitula-se Educação, Comunidades e Mudança Social, sendo que o local de estágio foi um Centro Educativo. A escolha recaiu sobre esta instituição uma vez que as questões da delinquência juvenil são uma área de interesse pessoal. Para além disso, tenho também as motivações profissionais, uma vez que este estágio permitiu-me experienciar um contexto no qual poderia intervir futuramente. Considero ainda que o desenvolvimento de um estágio num centro educativo, por um profissional das ciências da educação, é muito relevante não só científica como socialmente, uma vez que é fulcral haver uma desmitificação destes contextos. A realidade vivida no CE é desconhecida para muitos atores sociais, sendo assim fundamental que o desconhecido se torne mais familiar. Esta separação entre comunidade e jovens internados leva a uma criação de estereótipos que pode ter como consequência a exclusão social, que no momento da reintegração e procura de emprego se pode tornar uma barreira. O estágio ocorreu entre o dia 12 de outubro de 2017 e o dia 8 de junho de 2018.

Este trabalho irá dividir-se em cinco capítulos. No Capítulo I, referente ao enquadramento teórico explorei, com recurso à literatura, o conceito de delinquência juvenil, bem como os fatores de risco e proteção que influenciam a reintegração social do jovem. Para além disto foi ainda abordada a dualidade da educação como fator de risco e proteção, bem como a questão da reincidência. Posteriormente, no Capítulo II- Caracterização da Instituição, abordo e reflito sobre as dinâmicas do centro, incluindo as ofertas educativas e formativas, bem como as atividades oferecidas aos jovens. Esta caracterização é imprescindível para dar a exemplificar os procedimentos do Centro, para uma melhor compreensão da minha ação. Seguidamente, no Capítulo III, surge a Fundamentação Metodológica. Aqui dou conta das minhas opções metodológicas para a recolha e tratamento dos dados. Assim, no Capítulo IV falo da minha experiência ao longo dos 9 meses, com recurso aos programas e atividades que desenvolvi. No Capítulo V apresento os Resultados, sendo que no capítulo seguinte, o capítulo VI isso é explorado, através da Discussão dos Resultados.

Para finalizar, teço algumas considerações finais, que dizem respeito a algumas conclusões que retirei destes 9 meses e explicito algumas das limitações que senti ao longo do meu estágio. A acrescentar a isto, deixo sugestões para investigações futuras.

Capítulo I - Enquadramento teórico

Capítulo I - Enquadramento teórico:

A delinquência juvenil, a partir do século XIX, começa a ser objeto de estudo de algumas investigações, constituindo-se como uma área específica de intervenção. Contudo, só a partir do séc. XX é que se assiste a uma criação generalizada de sistemas legais “(...) com o propósito de conduzir os Estados a soluções jurídicas que fossem capazes de estabelecer normas de intervenção, constituindo-se, assim, os primeiros sistemas de justiça juvenis” (Rodrigues, 2016:4). Surge a necessidade de se regular os princípios relativos aos Direitos das Crianças e dos Jovens, havendo uma maior consciencialização para a necessidade de proteção da criança.

Em Portugal, a questão da delinquência juvenil é centrada através do decreto-lei de 27 de maio de 1911, que vai estabelecer a Lei de Proteção à Infância (LPI), fazendo com que Portugal seja um dos primeiros países a estabelecer um conjunto de regras de direito especiais para menores. Este decreto-lei vai fomentar a alteração da visão do papel das crianças na sociedade. A criança deixa de ser entendida como um adulto e passa a ter os seus próprios direitos, havendo uma clara distinção no próprio tratamento que é dado a crimes cometidos por crianças e crimes cometidos por adultos. A transformação do que era entendido como o papel da criança na sociedade não acontece apenas em contexto nacional. Também no contexto internacional, principalmente no pós-segunda Guerra Mundial, houve marcos importantes para este processo. Um desses marcos é a fundação da UNICEF, em 1946. A UNICEF é “mandatada pela Assembleia Geral das Nações Unidas para promover e defender os direitos das crianças, trabalhando para salvar as suas vidas, defender os seus direitos e ajuda-las a concretizar todo o seu potencial, para a construção de um mundo melhor.” (Site oficial da UNICEF). Também a ONU, em 1959, vai adotar a Declaração Universal dos Direitos da Criança, que vai enquadrar juridicamente os direitos das crianças. Influenciado pelos contextos internacionais, Portugal, a 20 de abril de 1962, promulga os decretos-lei nº44287 e nº44288, que vão instaurar um novo regime jurídico para os menores delinquentes e em risco: a organização Tutelar de Menores (OTM), que vigorará até 2001 e cuja característica principal é a perda de relevância da distinção entre menores delinquentes e menores em risco (Nunes, 2014). A necessidade de mecanismos de proteção, ao invés de mecanismos de opressão, levou a que “as medidas aplicadas destinavam-se indistintamente a menores em perigo e a menores agentes de crime, tendo como objetivo em relação a todos a

proteção no domínio da prevenção criminal, através da aplicação de medidas de proteção, assistência e educação” (Rodrigues & Fonseca, 2003 cit in Castro, 2015:3). Em 1985, através da ONU, são estabelecidas as “Regras de Beijing”, que se constituíram como um grande marco no que é entendido como justiça de menores. Estas regras, tal como afirma Rodrigues, chamam a atenção para o facto de que “os jovens, por se encontrarem ainda numa etapa inicial do desenvolvimento humano, requerem uma atenção e uma assistência especiais, com vista ao seu desenvolvimento físico, mental e social, e uma proteção legal em condições de paz, liberdade, dignidade e segurança” (2016: 4). Estes movimentos colocam a delinquência juvenil no centro das agendas políticas. Quando falamos em delinquência juvenil, falamos numa “(...) construção social e institucional, marcada pelas configurações e ideias acerca do comportamento que se opõe aquele que a sociedade identifica como o ideal no período da infância e adolescência” (Ferreira, 2007, cit. in Azevedo, 2013: 6). Com todas estas influências e uma maior sensibilidade para os casos da delinquência juvenil, são promulgadas em Portugal, a 1 de janeiro de 2001, duas novas leis: a Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo (LPCJP) e a Lei Tutelar Educativa (LTE). Estas leis vão permitir uma distinção entre menores em perigo e menores transgressores. Enquanto que a LPCJP tem como principal objetivo a promoção dos direitos e a proteção das crianças e dos jovens em perigo, de forma a promover o seu bem-estar e desenvolvimento integral, a LTE tem a sua ação regida pela Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais, promovendo uma promoção dos direitos da criança e do jovem. Para se considerar que uma criança ou jovem está em perigo, tem que ocorrer uma das seguintes situações: “a) Está abandonada ou vive entregue a si própria; b) Sofre maus tratos físicos ou psíquicos ou é vítima de abusos sexuais; c) Não recebe os cuidados ou a afeição adequados à sua idade e situação pessoal; d) Está aos cuidados de terceiros, durante período de tempo em que se observou o estabelecimento com estes de forte relação de vinculação e em simultâneo com o não exercício pelos pais das suas funções parentais; e) É obrigada a atividades ou trabalhos excessivos ou inadequados à sua idade, dignidade e situação pessoal ou prejudiciais à sua formação ou desenvolvimento; f) Está sujeita, de forma direta ou indireta, a comportamentos que afetem gravemente a sua segurança ou o seu equilíbrio emocional; g) Assume comportamentos ou se entrega a atividades ou consumos que afetem gravemente a sua saúde, segurança, formação, educação ou desenvolvimento sem que os pais, o representante legal ou quem tenha a guarda de facto se lhes oponham de modo adequado a remover essa situação” (LPCJP, artigo 3º). Em contrapartida, a LTE contempla uma intervenção tutelar nos menores que, com idades

compreendidas entre os 12 e os 16 anos, cometeram delitos qualificados como crime pela lei penal. A intervenção da LTE visa “(...) a educação do menor para o direito e a sua inserção, de forma digna e responsável, na vida em comunidade” (LTE, artigo 2º). É esperado que a intervenção tutelar permita a existência de uma aprendizagem e interiorização de valores e normas sociais ao invés de uma punição. Esta questão da interiorização de valores remete-nos para a questão da educação para o direito. A educação para o direito vai constituir-se como o eixo principal da vertente reeducativa. Ao longo de toda a intervenção há uma reeducação e uma “necessidade de educação para o respeito pelos valores essenciais à vida em comunidade [...]. Trata-se de fazer o jovem compreender os valores essenciais da comunidade e as regras elementares de convivência social a que qualquer cidadão deve obediência” (Rodrigues & Duarte-Fonseca, 2000 cit. in Nunes, 2004: 14). Quando falamos em medidas tutelares referimo-nos a: admoestação; privação do direito de conduzir ciclomotores ou de obter permissão para conduzir ciclomotores; reparação ao ofendido; realização de prestações económicas ou de tarefas a favor da comunidade; imposição de regras de conduta; imposição de obrigações; frequência de programas formativos; acompanhamento educativo; e, finalmente, o internamento em centro educativo, que constitui a medida mais grave (LTE, artigo 4º). O internamento em CE prevê um afastamento temporário do jovem do seu contexto, com recurso a programas e métodos pedagógicos destinados à sua educação para o direito e uma prevenção da reincidência (LTE, artigo 4º). A execução da medida tutelar de internamento pode ocorrer em três regimes: fechado, semiaberto e aberto. No regime fechado os jovens residem, são educados e frequentam atividades formativas e de tempos livre exclusivamente no interior do centro. Por sua vez, no regime semiaberto, os educandos residem e frequentam as atividades educativas e de tempos livres na instituição, mas podem ser autorizados a frequentar no exterior atividades escolares, educativas ou de formação, laborais ou desportivas, na medida do que se revele necessário para a execução inicial ou faseada do seu projeto educativo pessoal. Por fim, no regime aberto, embora os jovens residam no centro educativo, frequentam no exterior as atividades escolares, educativas, formação, laborais, desportivas e de tempos livres previstas no seu projeto educativo pessoal (Decreto-lei nº 323-D/2000). Os Centros Educativos são estabelecimentos regidos pela Direção Geral de Reinserção Social. Apesar da intervenção com os jovens obedecer aos princípios fixados pela lei, cada CE possui um Regulamento Interno que define as suas regras. Cada Centro Educativo deverá garantir um Projeto de Intervenção Educativa (PIE). O PIE diz respeito ao conjunto de programas educativos,

terapêuticos, formativos e ocupacionais que o centro educativo possui, tendo sempre em conta os jovens internados. Para além do PIE, os centros educativos também desenvolvem um plano individualizado de intervenção com um conjunto de atividades que têm como objetivo a mudança de comportamento do jovem e a adoção de um modo de vida regido de acordo com as leis vigentes na sociedade.

A questão da delinquência juvenil:

A questão da delinquência é extensa e acaba por cruzar várias perspetivas, apresentando-se como um conceito algo heterogéneo. Ao longo dos séculos, e mesmo antes da questão de a delinquência juvenil estar no centro das agendas políticas, eram várias as expressões utilizadas para caracterizar o comportamento mais rebelde, sendo estes jovens vistos como vagabundos, loucos ou incorrigíveis. Só quando se começa a clarificar o conceito de infância e juventude é que surge o conceito de delinquência juvenil. A definição de delinquência juvenil é ampla, uma vez que se “(...) estende não só ao contexto legal, mas também ao contexto social, uma vez que a sociedade, tendo em conta as normas pelas quais se rege, define os comportamentos que são considerados antissociais e que violam as expectativas sociais (Kazdin & BuelaCasal,2001 cit in Pais, 2011/2012:6) A delinquência juvenil em Portugal e, segundo relatórios anuais, apresenta valores que vão sofrendo oscilações ao longo dos anos. Por exemplo, em 2017 registou-se uma diminuição de 8,4% nas medidas em Centro Educativo, havendo a tendência para aplicação de medidas menos graves. Das 3.360 medidas que estiveram em execução, 2.331 (79,8%) eram de jovens do sexo masculino. 8,1% dos jovens foram sujeitos a medida de internamento em Centro Educativo, havendo assim um aumento, comparando com o ano anterior. A 31 de dezembro de 2017 encontravam-se 1.314 jovens em cumprimento de medidas tutelares educativas, dos quais 147 (11,8%) estavam sujeito a medida de internamento (Relatório Anual de Segurança Interna, 2017). Estes valores, contudo, não abrangem todos os comportamentos antissociais, uma vez que, em muitos casos, não chegam sequer a ser investigados ou levados a tribunal por falta de provas, ou seja, estamos perante valores oficiais, mas não valores reais.

Quando falamos em comportamento antissocial, referimo-nos a comportamentos que envolvam infringir alguma norma, seja ela de carácter formal ou informal. Contudo, nem todos os comportamentos antissociais traduzem delinquência juvenil, uma vez que para ser

delinquência juvenil tem que haver contacto com a justiça. Deste modo, “quer os atos ilegais quer outros atos que envolvem uma transgressão de normas ou leis, mas não são ilegais em virtude da idade do indivíduo, constituem comportamentos que são mais adequadamente caracterizados pela expressão comportamento anti-social” (Negreiros, 2001: 14).

Existem duas grandes trajetórias distintas que o jovem pode seguir, que mostram a evolução da delinquência juvenil: a delinquência regressiva e extensiva. A delinquência regressiva refere-se a um tipo de delinquência que, mesmo podendo assumir-se com intensidade grave ou muito grave, tem tendência a desaparecer na segunda metade da adolescência. Por sua vez, a delinquência extensiva tem início precoce, é progressiva, autoritária e persistente. A evolução da atividade transgressiva pode prever uma criminalidade adulta.

Também a atividade antissocial se pode organizar em trajetórias, propostas por Moffitt (1993): comportamento antissocial persistente e delinquência limitada à adolescência. As manifestações do comportamento antissocial emergem precocemente e mantêm-se até muito tarde na vida dos indivíduos, no entanto, a sua topografia pode alterar-se ao longo do tempo. Tal como diz o autor, “(...) aos 4 anos podem ocorrer atos como as agressões; aos 10 anos, aparecem os furtos e as fugas; aos 16, o furto de veículos e o tráfico de drogas; aos 22 anos, a violência contra as pessoas e as ofensas sexuais; aos 30 anos, as fraudes e o abuso de crianças” (Negreiros, 2001:102). Este tipo de atividade delinvente pode ser equiparada a um fenómeno temporário, adaptativo e quase universal. No geral, este tipo de delinquência representaria “uma resposta adaptativa a circunstâncias contextuais de tal maneira que o indivíduo mantém um certo controlo sobre as suas respostas anti-sociais (...) este tipo de delinquência seria, além disso, uma resposta flexível e adaptável, um comportamento normativo em vez de patológico” (Negreiros, 2001: 104).

Loeber (1988), por sua vez, entende a delinquência em quatro grupos distintos: delinquentes versáteis, delinquentes violentos exclusivos, delinquentes aquisitivos exclusivos e consumidores de drogas exclusivos. Quando falamos em delinquentes versáteis, falamos em delinquentes cujo padrão inclui crimes violentos e contra propriedade bem como consumo de substâncias. Os delinquentes violentos exclusivos especializam-se em formas violentas de delinquência, mas não incluem o crime contra a propriedade. Por seu turno, os delinquentes aquisitivos exclusivos apenas praticam crimes contra a propriedade. Por último, os delinquentes consumidores de drogas exclusivos, tal como o nome indica, consomem taxas

elevadas de álcool, bem como de outras drogas, sem grande atividade delincente associada a atos antissociais.

Não há apenas uma causa ou trajetória que sejam responsáveis por todo o tipo de delinquência. O comportamento delincente tende a atingir o seu auge na adolescência. A literatura tem mostrado que a frequência de atos ilícitos considerados como crimes atinge o seu auge entre os 12 e os 17 anos de idade, havendo depois um declínio (Iaralha, 2015). Este comportamento acaba assim por estar muito associado à influência do próprio grupo de pares, em que a prática de atos ilícitos acaba por permitir uma integração. Conseguir perceber, junto do jovem, quando se iniciam estes comportamentos, é fundamental para se criar uma trajetória e levar o jovem a refletir sobre a sua origem. Esta identificação vai ainda ser útil durante o internamento, uma vez que vai permitir uma intervenção ajustada à sua trajetória.

Fatores de risco:

O ingresso no mundo do crime é marcado assim por uma conjugação de fatores de risco “(...) que aumentam a probabilidade de ocorrência dos comportamentos antissociais e delinquentes” (Cunha, 2014: 5). O conhecimento destes fatores de risco é imprescindível, não só para uma prevenção, mas também para delinear o tipo de intervenção a ser realizada. O processo de intervir não pode ser superficial, ou seja, não se deve limitar a uma intervenção estritamente centrada no delito cometido, uma vez que existem diversos fatores subjacentes, nomeadamente questões escolares, emocionais, mentais e relacionais. Ao serem fatores que podem indicar o sucesso ou não sucesso da intervenção desenvolvida pela instituição, é importante que estas intervenções estejam voltadas para estas causas inerentes. A família, a escola e o grupo de pares aparecem como as principais influências para o desenvolvimento da delinquência. A família ocupa uma posição “central para a explicação da carreira delincente, em que esta estrutura de socialização é um lugar onde há comunicação, trocas afetivas, onde devido à interação direta dos progenitores com as crianças, estas desenvolvem a sua personalidade. Portanto, a família funcionaria como uma plataforma onde o desenvolvimento do indivíduo se realizaria” (Born, 2005 cit. in Iaralha, 2015: 21-22). A falta de afeto, mas também a falta de uma figura paterna de referência com a qual o jovem se identifique, podem levar à adoção de comportamentos disruptivos (Iaralha, 2015). Também muitos dos jovens

convivem num seio familiar violento, muitas vezes com a existência de um dos pais criminosos.

Outro fator de risco é o próprio grupo de pares do jovem. Este surge como um fator de maior poder preditivo para o consumo de drogas (Dias, 2012). O grupo de pares é assumido como o principal agente de socialização na adolescência, acabando por se verificar ligações muito fortes entre a delinquência na adolescência e a associação com pares delinquentes (Born, 2005 cit. in Dias, 2012). O grupo de pares também influencia o próprio consumo de drogas, uma vez que os jovens procuram grupos com que se identifiquem; geralmente, os que partilham os mesmos hábitos, costumes e valores. Palmqvist e Santavirta (2006 cit in Dias, 2012) afirmam que estas razões fazem com que o consumo de substâncias seja um fenómeno grupal, que deve ser encarado como parte integrante do convívio e da interação social do indivíduo.

O próprio contexto social do qual o jovem provém tem influência. Oriundos de contextos de baixo nível socioeconómico, onde episódios de violência, bem como a existência de droga são frequentes, os jovens acabam por optar pela prática de crimes para obter bens que de outra forma não teriam.

Em relação aos fatores individuais, temos a impulsividade e a falta de controlo das emoções, bem como características cognitivas. Vazsonyi, Cleveland e Wieber (2006, cit. in Dias, 2012) afirmam que os indivíduos impulsivos são mais propensos a enveredarem por condutas que violam as normas sociais, incluindo a delinquência. Também a baixa autoestima pode influenciar na entrada do mundo do crime. Segundo estudos de Edwards (1992), existe uma conexão entre a prática de delitos e uma baixa autoestima, verificando-se que quanto mais negativa for a imagem que o jovem tem de si, mais se deixa aliciar por atividades ilícitas. Pral (2007) apresenta um conjunto de fatores individuais que podem contribuir para o desenvolvimento da delinquência juvenil, sendo eles: “(...) problemas comportamentais precoces; agressividade; impulsividade; egocentrismo (...) desenvolvimento cognitivo; baixa autoestima (...) problemas relacionais e de vinculação (...)” (Azevedo, 2015:12-13)

Fatores de proteção:

Torna-se também necessário identificar fatores de proteção que ajudam na intervenção realizada durante o internamento, uma vez que permitem a redução dos efeitos dos fatores de risco. Os fatores de proteção são entendidos “como indicadores que inibem a ocorrência destes mesmos comportamentos” (Cunha, 2014: 5).

Espírito Santo (2014) afirma que são fatores protetores as competências parentais, a comunicação positiva com o jovem, as características individuais da criança, como o autoconceito elevado e realista, a capacidade de comunicação interpessoal e de resolução de problemas. Para além disto, acrescenta ainda o nível de autonomia do jovem, a inteligência e a coesão familiar. A coesão social é identificada como uma das dimensões centrais da estrutura de uma família. O termo coesão “(...) é definido como uma proximidade emocional ou apego entre os membros da família” (Nardi & Aglio, 2012: 182). O grupo de pares, em alguns casos, também se pode apresentar como fator de proteção, na medida em que despoleta sentimentos bons e permite a ocupação dos tempos livres com atividades lícitas que geram prazer.

A educação: a dualidade entre fator de risco e proteção:

A educação pode ser entendida como um fator de risco, mas também como um fator de proteção. Constitui um fator de risco quando se refere a fenómenos como o absentismo, insucesso e abandono escolar. A escola, “enquanto instituição de ensino, tem um enorme poder não só na educação e formação profissional, como também no desenvolvimento cultural, intelectual, emocional da criança, bem como na formação da estrutura da personalidade de criança e/ou jovem” (Andrews e Bonta, 2006 cit. in Espírito Santo, 2014: 22). Quando o trajeto escolar é negativo, o jovem pode enveredar por trajetórias desviantes. Por sua vez, quando uma medida de internamento está prestes a cessar, a educação é assumida como um fator de proteção, uma vez que o objetivo é que ocupem o tempo livre de modo a não (re)adotarem uma vida sedentária, mas também para aumentarem a sua escolaridade para terem mais facilidade na entrada no mercado de trabalho. A educação é considerada um meio de promoção da integração social e a aquisição de conhecimentos, permitindo aos educandos um futuro melhor quando recuperarem a liberdade. Educar torna-se assim “o ato de criar

espaços para que o educando, situado organicamente, empreenda a construção do seu ser em termos individuais e sociais” (Julião, s/d: 4).

A reincidência:

Para prevenir a reincidência, a Lei Tutelar Educativa, conforme o seu artigo 2º, tem como finalidades a educação para o direito, de forma a que o jovem interiorize as normas e os valores jurídicos, bem como uma inserção de forma digna e responsável na vida em comunidade. Quando falamos em reincidência, podemos referir-nos a qualquer ou quaisquer repetições de práticas criminais durante o curso de vida (Payne, 2007 cit in Projeto Reincidências - Avaliação da reincidência dos jovens ofensores e prevenção da delinquência, 2014). A estimativa da reincidência é, muitas vezes, utilizada como medida quer do sucesso, quer do fracasso da intervenção. A perspetiva de sucesso é associada apenas ao facto não de ocorrer nova prática de crime; no entanto, uma medida de sucesso também deve envolver os ganhos e aquisições do educando, nomeadamente a nível de emprego, aquisição escolar/formativa, estabilidade familiar e noutros aspetos da sua vida pessoal. Estes indicadores vão auxiliar na perceção do grau de ajustamento social do jovem. Os fatores de risco associados à reincidência são semelhantes aos que identificámos como fatores de risco associados ao início da prática de atos ilícitos. Uma das principais preocupações durante o internamento do jovem é o planeamento de um projeto de vida para quando cessar a sua medida de internamento. O educando vai estabelecendo objetivos, sendo que, em muitos casos, a elaboração desse projeto está relacionada com a existência de um projeto de vida amoroso. Uma outra preocupação prende-se com a continuidade da sua formação e futura inserção no mercado de trabalho. Isto parece bastante condicionado pela falta de oportunidades que são dadas ao jovem, muito devido ao rótulo de delincente. O sucesso da reintegração do jovem depende também de outros condicionantes, como a falta de apoio familiar, o regresso ao grupo de pares, a ausência de objetivo e a falta de oportunidades.

Enquadrado num projeto internacional, o questionário Merlino (2014) foi desenvolvido em parceria por vários investigadores de diferentes países da Europa. O questionário destinou-se a jovens entre os 14 e os 17 anos, tendo sido distribuído em Centros Educativos e equipas tutelares nas regiões de Lisboa e do Porto a um total de 105 jovens. Quanto à questão da reincidência, este estudo apurou que 32 jovens não são reincidentes,

tendo apenas um contacto com o sistema de justiça, 45 surgem como reincidentes intermédios (de dois a dez contactos com o sistema de justiça) e 23 apresentam-se como reincidentes persistentes (com mais de dez contactos com o sistema de justiça). Estes dados revelam que a taxa de reincidência ainda é bastante elevada. Este estudo, para além dos valores de reincidência, ilustrou uma série de fatores de risco para a reincidência, são exemplo disso a família (existência de um histórico criminal), a violência em casa, a punição física e o grupo de pares. Um estudo de Ryan et al. (2013) citado por Espírito Santo (2014), constata que os jovens com historial de negligência e/ou falta de supervisão, monitorização, abandono e maus-tratos, têm uma maior probabilidade de reincidir: “(...) 18 meses após a data da detenção inicial, cerca de 61% dos jovens reincidiram (sendo que 67% destes jovens ainda não tinham completado os 18 anos de idade). Em geral, observa-se que os jovens reincidem entre a 6 a 120 meses após o término de uma medida tutelar”. Lipsey e colegas (2010, cit. in Azevedo e Duarte, 2014), defendem que é importante conhecer as circunstâncias pelas quais os jovens delinquentes reincidem. Esse conhecimento é importante para se planificar e modificar o sistema de justiça juvenil.

É possível reconhecer que uma das causas principais para a existência de valores de reincidência tão elevados é a falta de estruturas de continuidade, uma vez que “aquando da saída do jovem do centro educativo, o mesmo devia ser acompanhado na sua integração em sociedade. A falta de apoio e orientação, após a saída dos jovens do centro educativo, o que acontece em alguns casos, aumenta a probabilidade de reincidência” (Ryan et al., 2013 cit. in Espírito Santo, 2014: 25). Duarte e Azevedo (2014) trabalham também esta questão, afirmando que após o cessar da medida de internamento extingue-se a responsabilidade do Centro Educativo sobre o jovem.

Os sistemas de Justiça Juvenil na Europa:

As intervenções na delinquência juvenil têm sofrido alterações nos diversos momentos históricos, mas também consoante ideologias políticas. Durante muito tempo acreditava-se que o modelo mais adequado seria o da justiça, ao invés do da proteção, de forma a que as medidas de sanção aplicadas fossem punitivas e não de socialização. No entanto, constatou-se que o uso de medidas de proteção, ao invés de medidas de carácter repressivo, era mais eficaz para prevenir a recidiva no delinvente, começando a ser adotado o modelo de reabilitação,

em que existe a crença de que a infância e a adolescência são fases de crescimento e desenvolvimento, pelo que as intervenções devem ter em consideração os interesses das crianças. Nos Estados Unidos, a adoção de intervenções com medidas centradas no delinquente, de modo a haver uma mudança de comportamento que permita uma adaptação social, tem o seu apogeu entre a década de 40-60. (Negreiros, 2001) Uma avaliação dos efeitos da aplicação do modelo de justiça e de reabilitação demonstrou que, em algumas regiões dos Estados Unidos, onde foi aplicado o modelo de justiça, os resultados foram desastrosos (Macallair, 1993 cit in Negreiros, 2001). Por sua vez, os estados que adotaram o modelo de reabilitação registaram diminuições no número de detenções após a saída dos jovens do centro. De certa forma, podemos considerar que as medidas de intervenção têm assumido um papel mais protecionista, de modo a garantir o bem-estar do jovem (idem).

Ao longo das décadas e com a mudança de pensamento sobre a intervenção com jovens infratores, a literatura começou a identificar os princípios de uma intervenção eficaz. Para uma intervenção eficaz é necessário haver uma estruturação do programa e do tratamento, com enfoque no desenvolvimento de competências, sejam elas interpessoais, académicas ou de trabalho. Para além disto, devem ser usados modelos cognitivo-comportamentais e técnicas de aprendizagem social, de modo a serem avaliados os riscos de reincidência, tornando-se assim fulcral conhecer as circunstâncias pelas quais os/as jovens delinquentes reincidem. (Andrews e Bonta, 1994; Lipsey e Wilson, 1998; Andrews e Hoge, 2002; Andrews, Bonta & Wormith, 2011 cit in Azevedo e Duarte, 2014).

Em Portugal, as intervenções baseiam-se num modelo concetual integrativo e de matriz relacional. Integrativo “porque compreende conceções técnicas, programas e procedimentos de vários modelos de intervenção (abordagens cognitivas, na sua vertente comportamental e desenvolvimentista, e abordagens sistémicas e ecológicas)” (Azevedo e Duarte, 2014: 3-4). De matriz relacional porque há uma valorização das relações estabelecidas entre os técnicos e os jovens que estão a cumprir medida tutelar, de modo a que os profissionais sejam capazes de avaliar sem julgar, prever comportamentos, serem perseverantes e compreensivos. Tendo em conta que cada jovem tem as suas especificidades e uma história diferente, as intervenções devem ser individualizadas e planificadas, de modo a que toda a intervenção seja ajustada ao nível de risco de reincidência, reforço dos fatores de proteção, envolvimento da família e da comunidade. Há também uma promoção da responsabilização do/a jovem e de uma mudança comportamental e atitudinal (Azevedo e

Duarte, 2014). Para os jovens, a institucionalização deve ser vista como uma oportunidade para a sua mudança. Para isso, os CE têm que ter em consideração as necessidades de cada educando. Aos técnicos cabe criar uma empatia e uma relação com os jovens, de forma a que estes adiram melhor à intervenção.

Ao estar no centro de diversas agendas políticas, a delinquência juvenil começa a estar presente nos diversos debates para a discussão de diversos problemas que lhes estão associados. Ao longo da análise da literatura é possível se verificar que há uma contínua responsabilização do jovem, acabando por haver uma desresponsabilização do Estado. Isso torna-se visível através dos próprios fatores de risco identificados para a iniciação dos crimes. Os fatores identificados responsabilizam, essencialmente, o indivíduo, grupo de pares e família. Lipsey (2009) aborda a questão das intervenções, recorrendo também a Andrews et al. (1990), para referir que existem princípios que caracterizam intervenções eficazes com infratores. Temos como exemplo o princípio de necessidade, o princípio de responsiva ade e, por fim, o princípio de risco. O autor reforça que alguns estudos realizados mostram que as intervenções baseadas nestes princípios têm efeitos maiores sobre a reincidência. Uma dessas meta-análises “(...) for instance, reported that programs departing from the need, responsivity, and risk principles had a mean effect size of virtually zero-whereas those that conformed to the principles achieved an effect size of $\phi = .26$, equivalent to a recidivism reduction of around 50%” (Andrews & Bonta, 2006, p.335 cit in Lipsey, 2009:126).

Capítulo II- Caracterização da instituição

Capítulo II- Caracterização da instituição:

1. O Centro Educativo:

Regido pela Direção Geral de Reinserção Social, este Centro Educativo acolhe jovens do sexo masculino que cometeram delitos qualificados pela lei como crime. É constituído por três Unidades Residenciais, sendo duas delas destinadas ao regime semiaberto e uma outra ao regime fechado, sendo a sua lotação total de 34 jovens. Aquando da minha entrada no Centro, estavam internados 26 jovens com idades compreendidas entre os 14 e os 18 anos, sendo que 4 deles se encontravam em regime fechado, 3 em regime aberto e 19 em regime semiaberto. Os delitos mais frequentes para o internamento eram o roubo, furto, crime contra a propriedade e ofensas corporais.

2. O primeiro contacto do jovem com o Centro:

Na chegada ao Centro Educativo, o jovem é informado sobre os seus direitos e deveres, sendo-lhe apresentado o Regulamento Interno da instituição. Para além disto, o educando é também revistado e entrega os seus objetos e valores pessoais. Após 7 dias da sua entrada, sendo que excecionalmente este prazo pode prolongar-se até 15 dias caso a avaliação final obrigatória do seu cumprimento seja desfavorável, é elaborado o PII (Programa de intervenção imediata). Este programa é um conjunto estruturado de ações que visa dar suporte e resposta à reação do jovem ao internamento, apoiando a sua gradual inserção na dinâmica do quotidiano do Centro.

PII	Objetivos e ações	Período	Local	Responsável

1º parte	<p>Vinculação preferencial aos agentes educativos; Entrevistas de Diagnóstico, de avaliação das necessidades específicas, designadamente ao nível da saúde, pelo TSRS Tutor; Enquadramento da medida e avaliação da recetividade do jovem à intervenção tutelar educativa, atitude face aos factos e à medida aplicada; Sessões de informação/esclarecimento sobre os elementos estruturantes do CE (Entrega de documentos síntese do PIE e RI); execução pelo jovem de tarefas a favor do CE.</p>	1ºas horas 72	Gabinetes de atendimento e Unidade Residencial	TSRS, supervisor e TPRS
----------	--	---------------------	--	-------------------------

2º parte	Integração no grupo de pares e nas rotinas do internato com especial vigilância, avaliação/orientação do comportamento e acompanhamento de proximidade; Entrevistas de diagnóstico e motivacionais diferentes e nas áreas formativas constantes do PIE do CE - Formação de base dos cursos EFA - Formação tecnológica dos cursos EFA - Atividades de animação de Sócio recreativas	Após 72 horas e até ao 7º dia	Unidade Residencial e outros espaços; sector formativo	Supervisor ou TPRS designado para o efeito Professor; formadores das áreas tecnológicas
----------	--	-------------------------------	--	--

3. O dia a dia no Centro Educativo

O dia-a-dia do CE é muito organizado e rigoroso. No quadro seguinte podemos constatar que é uma rotina que exige a colaboração de todo o pessoal técnico e que as atividades/ programas de formação ocupam grande parte do dia dos jovens.

Horas	Dias úteis	Sábado	Domingo
7:30	Levantar/higiene pessoal e das instalações		

8:30	Pequeno almoço e planeamento de atividades		
9:00	Atividades formativas	Levantar/higiene pessoal	Levantar/ higiene pessoal/ faxinas
9:30		Pequeno almoço/ planeamento das atividades	Pequeno almoço e planeamento das atividades
10:00		Limpezas gerais	Atividades socioeducativas e desportivas programadas
10:30	Intervalo/ lanche		
11:00	Atividades formativas	Atividades socioeducativas	
13:00	Almoço e reunião de avaliação	Almoço e reunião de avaliação	Almoço e reunião de avaliação
14:30	Início da Formação	Visitas/atividades desportivas e socioeducativas programadas	Visitas/atividades desportivas e socioeducativas programadas
15:45	Intervalo/lanche	Intervalo/lanche	Intervalo/lanche
16:15	Formação	Atividades Socioeducativas	Atividades Socioeducativas
17:30			
18:30	Banhos		
19:00	Jantar e reunião de avaliação	Jantar e reunião de avaliação	Jantar e reunião de avaliação
20:00	Recolha ao quarto	Recolha ao quarto	Recolha ao quarto

20:00 22:30	Atividades socioeducativas concedidas a título de prémio em função da avaliação diária	Atividades socioeducativas concedidas a título de prémio em função da avaliação diária	Atividades socioeducativas concedidas a título de prémio em função da avaliação diária
22:30	Silêncio/fecho da luz	Higiene pessoal/deitar/silêncio/fecho da luz	Silêncio/fecho da luz

Durante o seu internamento, os jovens são diariamente sujeitos a avaliações quantitativas das suas atitudes e comportamentos, ao final da manhã e final da tarde. Para tal efeito é utilizada uma escala de 0 a 5 (0 - sinaliza o agir hostil; 1 - sinaliza o agir negligente; 2 - sinaliza o agir pró-social inconstante; 3 - sinaliza o agir pró-social elementar; 4 - Sinaliza o agir pró-social evoluído; 5 - sinaliza o agir pró-social admirável). Esta escala é dada consoante vários indicadores: higiene e cuidados pessoais; normas e regras; as relações estabelecidas com os adultos e com os colegas e a sua formação. Ao longo do seu internamento, o educando deve passar por 4 fases, sendo que a passagem de fase exige uma avaliação prévia do percurso do jovem no centro educativo, bem como a realização de uma tutoria.

Designação e Unidade	Objetivos	Critérios de mudança	Regalias
----------------------	-----------	----------------------	----------

<p>Fase 1 Integração (Unidade de acolhimento)</p> <p>Duração mínima: 3, 4 ou 5 meses de acordo com a duração das medidas. Duração de 3 meses para medidas até 12 meses; duração de 4 meses para medidas entre os 12 e os 24 meses e, 5 meses para medidas superiores a 24 meses</p>	<p>Reconhecer que os factos que determinam a aplicação da medida constituem um problema para o próprio;</p> <p>Compreender os motivos do internamento;</p> <p>Participar na elaboração do PEP;</p> <p>Conhecer as principais regras de funcionamento do CE e cumpri-las, ainda que com ajuda</p> <p>Adquirir e/ou exercitar hábitos de higiene pessoal, de limpeza e organização do espaço pessoal</p>	<p>Ter atingido os objetivos desta fase, sem que tenha tido participações de ocorrência que correspondam a uma infração disciplinar grave ou muito grave no último mês</p>	<p>Não tem saídas do CE exceto as necessárias por razões de saúde ou judiciais;</p> <p>Possibilidade de utilização de roupa pessoal nas saídas obrigatórias</p>
---	--	--	---

<p>Fase 2 Aquisição (Unidade acolhimento)</p>	<p>de Compreender as motivações para a prática dos factos; Adquirir competências pessoais e de relacionamento interpessoal em função dos contextos Adquirir hábitos de trabalho (investimento nas atividades) Ser autónomo relativamente a hábitos de higiene pessoal Ser autónomo relativamente a hábitos de limpeza e organização do espaço pessoal</p>	<p>Ter atingido os objetivos desta fase, sem que tenha tido participações de ocorrência que correspondam a uma infração grave ou muito grave na última metade da fase 2</p>	<p><u>Regime semiaberto:</u> Possibilidade de usufruir de saídas com enquadramento do CE e beneficiar de curtos períodos de férias. <u>Regime aberto:</u> Possibilidade de usufruir de saídas com enquadramento do CE; de beneficiar de fins- de-semana com regularidade mensal e curtos períodos de férias; Possibilidade de utilização de roupa pessoal nas saídas obrigatórias e facultativas</p>
---	---	---	---

<p>Fase 3 - Consolidação (Unidade de progressão) Duração mínima: 1\3 do tempo remanescente</p>	<p>Consolidar as aquisições anteriormente efetuadas; Identificar e reconhecer valores que inibam ou evitem a prática de factos ilícitos; Apresentar sentido de responsabilidade e adequação nas saídas\atividades a comunidade; Apresentar hábitos de trabalho: Apresentar indicadores de adesão a um projeto de mudança corporizado do PEP</p>	<p>Ter atingido os objetivos desta fase, sem que tenha tido participações de ocorrência que correspondam a uma infração grave ou muito grave na última metade da fase 3</p>	<p><u>Regime</u> <u>Semiaberto:</u> Possibilidade de usufruir de saídas com enquadramento do CE; Possibilidade de beneficiar de fins- de-semana com regularidade mensal a título de prémio e curtos períodos de férias</p> <p><u>Regime Aberto:</u> Possibilidade de usufruir de saídas com enquadramento do CE; Intensificação das licenças de fim-de- semana e dos períodos de férias; Possibilidade de utilização de roupa pessoal no CE</p>
--	---	---	---

<p>Fase 4 - Autonomia (Unidade de Progressão) Duração mínima: 1\3 do tempo remanescente</p>	<p>Manutenção das aquisições anteriormente efetuadas; Aprender a estruturar o quotidiano revelando autonomia e responsabilidade; Identificar a usar estratégias que previnam a reincidência, nomeadamente no que respeita fatores\situações de risco; Consolidar hábitos de trabalho. Constituir-se em referência para os jovens que cumprir a fase 3</p>	<p>Ter atingido os objetivos nesta fase; Não ter participações de ocorrências</p>	<p>Possibilidade de saídas com e\ ou sem acompanhamento de pessoal do CE para fins formativos, desportivos ou outros; Intensificação das licenças de fim-de- semana e dos períodos de férias; Possibilidade de utilização de roupa pessoal no CE</p>
---	---	---	--

Possibilidade de elaboração de proposta de revisão da medida de internamento para medida não institucional; Duração mínima: 1\4 do tempo total da medida aplicada (Unidade de acolhimento)	Ensaio na comunidade das competências adquiridas em contexto institucional; Permitir uma transição gradual e supervisionada para a vida em meio livre	Os requisitos para esta flexibilização da medida estão plasmados no Guião para intervenção tutelar educativa; Carece de articulação prévia com a equipa da DGRS da área de residência e parecer favorável da DSATE	
---	--	---	--

4. Oferta Educativa e Formativa:

O Centro Educativo dispõe de uma oferta educativa assente em quatro áreas: socioeducativa, formativa, terapêutica e tutoria. A tutoria é da responsabilidade do tutor (Técnico Superior de Reinserção Social), sendo este que ficará responsável pelo jovem. A tutoria baseia-se numa entrevista semi-estruturada, em que um dos objetivos é o estreitamento de uma relação individualizada do técnico com o jovem. Nestas tutorias, o tutor promove no jovem a adoção de comportamentos que sejam ajustados não só à instituição, como à própria comunidade. Em relação à formação, o CE dispõe de Programas de Formação Base e Tecnológica. Estes cursos permitem não só a certificação escolar como também profissional, através dos cursos de Educação e formação de adultos (EFA) e formações por módulos, que lhes permitem obter o 6º ano (EFA-B2) ou o 9º ano de escolaridade (EFA-B3). O quadro seguinte mostra as formações disponíveis.

EFA-B2	Operador de Manutenção Hoteleira
EFA-B3	Pintor da Construção Civil

EFA-B3	Eletromecânico de eletrodomésticos
EFA-B3	Eletricista de instalações

Para além das ofertas formativas, o CE dispõe de programas que procuram proporcionar aos jovens a aquisição de conhecimentos, competências e valores sociais com vista a uma reintegração social com sucesso. Temos como exemplo disso os Programas Terapêuticos e de Satisfação das Necessidades Educativas Especiais associadas ao Comportamento Delinvente, que têm como objetivo o desenvolvimento de competências pessoais e sociais, de modo a auxiliar e apoiar o jovem no processo de mudança.

GPS25 - Gerar Percursos Sociais	Este programa visa intervir no comportamento delinvente, com vista à adoção de uma postura social, de acordo com as normas vigentes; bem como dar resposta às necessidades de educação para o Direito que se constitui como uma das finalidades da Lei Tutelar Educativa.
ERECC - Estratégias de Regulação Emocional e de Controlo da Cólera	Intervenção grupal que pretende a diminuir a ativação da cólera em jovens agressivos; bem como lhes dar ferramentas para lidar com a raiva, com o objetivo de se autocontrolarem;
ERSM - Estimular Recursos Sociomoriais	Dinâmica de grupo que visa a estimulação e desenvolvimento de uma tomada de decisão sociomoral mais madura;

ERC - Estimular Recursos Cognitivos	Visa desenvolver um conjunto de competências ao nível cognitivo, com influência na linguagem, na psicomotricidade, na perceção e descodificação, na memória, na organização percetiva, categorização e no raciocínio, os quais são necessários para a resolução de problemas e á aprendizagem de uma forma geral.
Artways – Políticas Educativas e de Formação contra a Violência e Delinquência Juvenil	Intervenção em grupo para a prevenção da delinquência, bem como o empoderamento dos jovens para a mudança comportamental e atitudinal. Prevenção da violência; fornecimento de conhecimentos consistentes com a adoção de uma política educativa mais coerente no que toca à igualdade de género e à cidadania. (Implementação feita pela UMAR)
Treino de Competências de vida diária	Intervenção em grupo que visa dotar os jovens com capacidades práticas e de planeamento ao nível da vida diária, promovendo uma autonomia que permita o crescimento e entrada na vida adulta de forma independente; incentivar os jovens para a realização de tarefas úteis ao nível da alimentação e vestuário

Educação pelos pares	Promover o desenvolvimento de competências pessoais e sociais, a formação específica no âmbito da educação para a saúde e a prevenção de comportamentos de risco.
Eu e os Outros	Aborda questões relativas a comportamentos aditivos e dependências, desenvolvimento das relações interpessoais, questões escolares, contextos recreativos e expectativas para o futuro;
TCRPS - Treino de Competências para Resolução de Problemas Sociais	Visa diminuir o comportamento desviante, melhorar o relacionamento interpessoal e desenvolver competências pro-sociais;
A Próxima Paragem	Visa a consciencialização dos recursos e competências pessoais, promoção de competências em áreas como a comunicação, cooperação e resolução de conflitos, necessárias para a resolução de situações problemáticas, fomentar a elaboração de um projeto de vida.

Para além destes Programas Terapêuticos e de Satisfação das Necessidades Educativas Especiais associadas ao Comportamento Delinvente, temos ainda Programas Socioeducativos de Educação para a Saúde, que sensibilizam os jovens para a adoção de um estilo de vida saudável.

Medicina Geral e Familiar	Acompanhamento pelo médico de família
Centro de Saúde da Carvalhosa	Saúde geral e familiar, programa nacional de vacinação

Pneumologia	Rastreamento profilático de tuberculose pulmonar
Pedopsiquiatria	Acompanhamento na área da saúde mental
Psicologia	Consultas individualizadas que visam apoiar o jovem, nos diversos problemas com os quais se debatem, mas também do seu desenvolvimento, principalmente a nível comportamental
PIVS- Programa para a inclusão e vida saudável	Rastreamento e ação de formação sobre higiene oral
Projeto Entidades	Abrange as temáticas "Alimentação saudável", "Risco e higiene corporal" e "Primeiros socorros".
Vo.u Socorrer	Divulgação de informação sobre a emergência médica

Capítulo III- Capítulo Metodológico

Capítulo III- Capítulo Metodológico:

Da entrada no terreno ao desenvolvimento de atividades e programas:

Considero pertinente, antes de falar da metodologia por mim utilizada, clarificar, ainda que muito brevemente, qual o meu papel nesta instituição ao longo dos nove meses do estágio.

Num primeiro momento, considero importante abordar o protocolo que foi estabelecido com a Direção-Geral da Reinserção e Serviços Prisionais. Para esse protocolo ser estabelecido, foi necessário enviar para a Direção-Geral um documento onde demonstrava o meu interesse em desenvolver um estágio no Centro Educativo. Após esse primeiro contacto, ocorreu um período de espera, sendo que em setembro de 2017 a Direção-Geral informou que havia uma vaga para o mestrado em Ciências da Educação. Em outubro teve lugar o meu primeiro contacto com o terreno, numa reunião com o diretor do CE e com o meu orientador de mestrado. Depois disto tive, no dia 17 de outubro de 2017, uma reunião com o meu orientador local, naquilo que foi o ponto de partida para o meu estágio.

No primeiro trimestre do meu estágio, de outubro a dezembro, a minha ação centrou-se, acima de tudo, na observação e leitura de documentos. Para melhor conhecer a realidade vivida pelo Centro Educativo, li a Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo (LPCJP), a Lei Tutelar Educativa (LTE), o decreto-lei 323-D/2000, o Regulamento Interno do CE, Guião de Intervenção e o Projeto de Intervenção Educativa. Simultaneamente, observei o programa Estratégias de Estratégias de Regulação Emocional e de Controlo da Cólera e duas consultas de orientação Vocacional.

Só a partir de fevereiro, sendo que de janeiro a fevereiro foi o tempo utilizado para as planificações, é que comecei a desenvolver atividades e programas. Primeiramente, comecei a desenvolver, semanalmente, o programa Treino de Competências para Resolução de Problemas Sociais (TCRPS), que começou no dia 5 de fevereiro e terminou no dia 11 de maio. Seguiu-se a atividade FestiCESA, que aconteceu quinzenalmente, com duração de 9 sessões, iniciada a 16 de fevereiro e com fim a 8 de junho. Também, a partir do dia 2 de março iniciaram-se as sessões da atividade “Feira das Profissões”, que acontecia esporadicamente à sexta-feira. O desenvolvimento de atividades e programas, na minha

perspetiva, foi o que permitiu inserir-me no grupo dos jovens, bem como perceber o meu papel naquela instituição. Mais importante do que assistir aos programas e atividades, era participar. Só participando eu iria conseguir saber o motivo para as coisas serem feitas daquela maneira, é que iria conhecer verdadeiramente o contexto. Na verdade, só participando é que iria aprender. Ter a oportunidade de desenvolver as funções que desenvolvi durante o meu estágio foi muito gratificante para mim, desafiar-me durante estes meses foi fundamental para mim, não só profissionalmente como também pessoalmente. Ao longo deste relatório irei, ainda que de forma sucinta, falar da minha experiência nestas atividades, incluindo principais desafios e obstáculos.

Metodologicamente falando (...):

A escolha das técnicas para a recolha de dados foi baseada no que queria estudar. Um “discurso científico sobre a educação não deve ser um discurso de opinião; ele não é científico se não controla seus conceitos e não se apoia em dados” (Charlot, 2006: 10). Quem deseja fazer pesquisa em educação deve sair do campo da opinião e entrar no do conhecimento.

O presente estágio teve como objeto de estudo as percepções de jovens, professores e técnicos acerca da intervenção realizada pelo Centro Educativo, bem como da importância do papel da escola durante e no término da medida de internamento. Temos, assim, como principais objetivos: 1) clarificar a visão que os jovens têm da intervenção realizada pelo Centro Educativo; 2) conhecer a percepção que têm da forma como o centro educativo os tem preparado para o futuro; 3) compreender a importância que atribuem à escola e às ofertas formativas do centro durante e após a medida de internamento; 4) identificar a forma como caracterizam a escola e as ofertas de formação; 5) perceber quais os planos dos jovens para o futuro. Tendo em vista estes objetivos, optámos por uma metodologia qualitativa, permitindo que tivéssemos uma percepção mais aprofundada da visão dos jovens, técnicos e professores da intervenção realizada pelo centro educativo, bem como a importância da escola durante e após o cumprimento da medida tutelar. Esta opção metodológica englobou três técnicas de recolha de dados: a análise de textos e documentos, a observação e as entrevistas.

Leitura de documentos:

A leitura de documentos foi, então, a primeira técnica de recolha de dados que coloquei em prática. Durante os três meses, para além de legislação, também li o Guião de Intervenção Tutelar Educativa, o Projeto de Intervenção Educativa e o Regulamento Interno. Através da análise destes documentos consegui perceber as regras de funcionamento, as questões orientadoras para a realização de intervenções e os seus objetivos e ainda conhecer os programas desenvolvidos nesta instituição. As leituras do Guião de Intervenção, bem como a leitura do Projeto de Intervenção Educativa, permitiram que compreendesse com mais clareza o processo de intervenção, desde os procedimentos quando o jovem entra, à forma como se processa a intervenção em si, tal como foi ilustrado no capítulo referente à caracterização da instituição. Esta familiaridade com a realidade vivida no contexto e com o trabalho desenvolvido pelos técnicos foi essencial porque permitiu quebrar com idealizações pessoais do funcionamento de um centro educativo. Quando decidi ir para o Centro Educativo ia com uma ideia talvez, até, pré-concebida sobre o modo como as coisas eram feitas. Talvez a maior idealização fosse a de que o Centro Educativo tinha as mesmas regras de funcionamento que um estabelecimento prisional. Quando lá cheguei, percebi que o que eu tinha idealizado não correspondia à realidade. Comecei logo por ver que o ambiente vivido na instituição em nada era como eu imaginava. Desde logo notei que havia muito bom ambiente entre os jovens e os técnicos e que, apesar de os jovens serem vigiados por seguranças, tinham momentos de intervalo, convívio, que podiam solicitar falar com o técnico e que se este estivesse disponível o recebia. Ou seja, que todo o ambiente era mais descontraído do que aquilo que eu tinha imaginado. Os próprios jovens que estavam no centro quando eu entrei quebraram, por assim dizer, alguns estereótipos que eu pudesse também ter. Em diversa literatura li sobre experiências em Centros Educativos onde os jovens eram caracterizados de certas formas, e quando cheguei lá aqueles jovens não eram como eu talvez imaginasse. Quando comecei o meu estágio, talvez por isto mesmo, pelo que tinha lido, ia com algum receio que os jovens não me aceitassem, fossem até mesmo mal-educados comigo e não aceitassem o que eu lhes dizia ou o que queria colocar em prática com eles. Quando me deparei com este grupo, percebi que isso não ia ser problema. Com isto não quero dizer que foi fácil. Cada dia foi uma luta, por assim dizer, tive o dobro do trabalho para me “impor” por

ser mulher, mas eram jovens simpáticos, não arranjavam confusão entre si e, acima de tudo, era um grupo que dava para trabalhar. Tinha dias maus, como é normal, mas quando se empenhavam, dedicavam, resultavam coisas muito boas. Essa talvez tenha sido a minha maior surpresa. Em relação à intervenção em si, não foi uma surpresa, porque já tinha lido documentos antes de entrar no contexto. A única coisa que me chamou mais atenção foi o fato dos jovens receberem e conseguirem juntar algum dinheiro. Mostrou-me que, apesar de, segundo aquilo que ia perspectivando, as estruturas de continuidade serem uma fragilidade, havia uma preocupação por parte da Direção Geral de Serviços Prisionais em assegurar que o jovem não saía sem qualquer tipo de apoio. Claro que a quantidade monetária depende do tempo de internamento, mas não deixa de ser um apoio fundamental, ainda que provisório, na altura de saída.

A observação:

Para além da leitura de documentos, grande parte da análise e dos dados que recolhi foram consequência de observações que fiz no local. Estas observações permitiram-me criar uma perspetiva mais abrangente e aprofundada, não só do Centro Educativo em si, mas também dos próprios jovens, das suas dinâmicas e perspetivas durante o internamento. A observação foi assim o primeiro contacto com esta nova realidade e o que me permitiu criar ferramentas, ou melhor dizendo, criar técnicas que eu considerava que iam resultar com os educandos quando começasse a desenvolver programas ou atividades com eles. Observá-los, permitiu-me ver o público com o qual ia trabalhar e de que forma me poderia adaptar a ele e conhecer os seus gostos para me aproximar deles.

Durante o meu estágio deslocava-me à instituição, salvo algumas exceções, duas vezes por semana. De outubro, mês em que iniciei o estágio, até dezembro, os dados foram recolhidos essencialmente através da observação e das notas de terreno que criei a partir dessas observações. As notas de terreno permitiram-me ser o mais fiel possível ao que tinha observado, permitindo que à medida que os meses foram passando houvesse um afinamento do meu campo de análise. Contudo, as notas de terreno, para além de relatarem o observado, são também uma interpretação da realidade, ou seja, são o meu ponto de vista. Escrever notas de terreno “(...) would encourage experimental education students to observe more finely and

systematically, to consider both the mundane and the dramatic, and to attend to others activities and concerns as closely as their own” (Emerson et al, 1995: XV). A escrita de notas de terreno é “distinctively a method for capturing and preserving the insights and understandings stimulated by these close and long-term experiences.” (Emerson et al, 1995:10)

As observações aconteceram no acompanhamento da equipa técnica, bem como de um programa de satisfação de necessidades educativas (Estratégias de Regulação Emocional e Controlo da Cólera – ERECC), desde o dia 23 de outubro de 2017 a 29 de janeiro de 2018 no acompanhamento de reuniões de famílias e em consultas terapêuticas individuais. Apesar de só assistir a um programa, a verdade é que considero que foi ele que me inseriu no grupo, ou, melhor dizendo, permitiu que os jovens se comesçassem a familiarizar com a minha presença, permitindo que eu os fosse conhecendo aos poucos e ver os grupos que existiam dentro do grande grupo. Possibilitou-me conhecer os modos de ser dos jovens e permitiu-me delinear uma estratégia e técnicas para conseguir me aproximar deles e conseguir criar empatia. Apesar de das observações resultarem nas minhas notas de terreno e serem uma fonte rica de informação, nem sempre estava focada naquilo que os jovens diziam entre si, até porque não queria sentir que estava a invadir o seu espaço e privacidade. Neves, Fernandes e Chaves (2001) referem que o investigador não deve ter uma participação permanente nem excessivamente atenta, uma vez que isso pode levar a um afastamento relativamente à pesquisa. Assim, o investigador deve estar disposto a perder estrategicamente informações, para não intrometer indevidamente nas dinâmicas interacionais.

As entrevistas:

Tendo em que conta que o estágio teve uma vertente muito ligada às pessoas, nomeadamente aos jovens internados, tornou-se prioritário ouvir as suas opiniões, perspetivas e expetativas sobre a sua medida tutelar educativa. Para isso optei por fazer realizar entrevistas, visto serem “um meio potencial de transferência de uma pessoa (o informante), para outra (o entrevistador) de pura informação; é, pois, um método, por excelência, de recolha de informação” (Amado, 2014: 207). Como o objetivo era desenvolver um estudo exploratório, mas ao mesmo tempo tocar em alguns pontos essenciais, optei pelas entrevistas

semi-estruturadas. Na entrevista semi-estruturada ou semi-diretiva existe um guião prévio com questões que vão guiar o entrevistador para o essencial que pretende obter. Apesar de existir um plano, existe uma grande liberdade nas respostas dos entrevistados. A entrevista semi-diretiva não impõe regras, nem rigidez, acabando por permitir que haja um desenvolvimento de outros temas que possam surgir e ser relevantes para a investigação. Manzini refere que “a entrevista semi-estruturada está focalizada em um assunto sobre o qual confeccionamos um roteiro com perguntas principais, complementadas por outras questões inerentes às circunstâncias momentâneas à entrevista (...) esse tipo de entrevista pode fazer emergir informações de forma mais livre e as respostas não estão condicionadas a uma padronização de alternativas.” (Seminário Internacional sobre a pesquisa e estudos qualitativos, 2, 2004: s/p)

Para conseguir recolher uma maior diversidade de perspetivas sobre a intervenção desenvolvida pelo centro educativo, da escola do centro, comparando as perspetivas e expectativas dos jovens, bem como perceber a eficácia da intervenção, optei por entrevistar quatro jovens mais recentes no centro e quatro jovens a cumprir medida há mais tempo. No entanto, no dia das entrevistas o número acabou por ser superior, não só porque os jovens estavam em época de férias, mas também para ter uma amostra maior, até porque muitos dos jovens que neste momento se encontram no Centro estão a cumprir medida há relativamente pouco tempo, acabando por não perspetivar a intervenção do CE, nem o seu futuro. Tendo em conta o meu papel como estagiária e as funções que desenvolvia no Centro, antes do início das entrevistas com os jovens considereei fundamental haver uma clarificação do meu papel na instituição e informá-los de que o que seria dito ao longo da entrevista não iria ser usado nem a favor nem contra si no seu plano de intervenção pessoal. O trabalho desenvolvido pelo CE envolve toda a equipa, sendo que há técnicos que lidam mais de perto com os jovens e outros que estão mais ligados a questões burocráticas. De qualquer das formas, visto que cada técnico, cada funcionário tem uma perspetiva pessoal e profissional da intervenção, defini desde o início que iria fazer entrevistas ao maior número possível de funcionários para conseguir ter um leque mais alargado de perspetivas da intervenção. Isso acaba por ser uma vantagem, uma vez que me permite ter um maior conhecimento e mais informações sobre a realidade das intervenções, do centro educativo e da própria ação da Direção Geral dos Serviços Prisionais. Ouvir um número de opiniões mais alargado também é vantajoso, uma vez que, ao serem de áreas diferentes, poderão apresentar perspetivas diferentes. Assim

sendo, optei por entrevistar o diretor do Centro, bem como dois técnicos superiores e dois TPRS. Tendo em conta que o foco do meu estágio foi o processo de intervenção do Centro Educativo, incluindo as ofertas educativas e formativas, bem como o seu papel, não só durante o internamento, mas também no cessar da medida, entrevistei igualmente duas professoras. Inicialmente o número pensado era de quatro professoras, contudo tive muita dificuldade em conseguir me aproximar e trabalhar com o corpo docente. Aliás, foi-me dito que o CE e a escola do Centro são uma espécie de mundos distintos, uma vez que é muito complexo criar uma relação com o corpo docente.

O início das entrevistas foi negociado com a Direção Geral dos Serviços Prisionais e com o Centro Educativo, sendo-me dada a autorização para as iniciar a partir de janeiro; contudo, só foram iniciadas em março, por uma questão estratégica, pois considerou-se mais adequado realizar as entrevistas, principalmente aos jovens, quando estivesse mais inserida no grande grupo, para haver uma certa familiaridade com os educandos.

Capítulo IV- A minha Experiência de Estágio

Capítulo IV- A minha Experiência de Estágio:

Quando escolhi uma instituição como um Centro Educativo para desenvolver o estágio, estava consciente de que, por se tratar de uma instituição normativa, iria ter alguns constrangimentos, não só de movimentos, mas também no desenvolvimento de funções. Na primeira reunião que tive com o meu orientador local foi-me questionado qual seria o meu papel naquela instituição como licenciada em Ciências da Educação. Neste primeiro contacto, referi que um dos meus papéis poderia passar pela Mediação, nomeadamente a mediação entre o Centro Educativo e a comunidade. Nesta mesma reunião, o meu orientador local referiu que eu poderia desenvolver uma atividade chamada FestiCESA e a Feira das Profissões:

“Em relação ao meu papel na instituição, como licenciada em Ciências da Educação, referi que, na minha opinião, iria ser um trabalho mais ligado à mediação e que esse podia ser o meu papel lá como estagiária (...) Após referir isto, o orientador local perguntou se eu estaria interessada em criar contactos com algumas instituições de forma a criar parcerias para quando os jovens saíssem, sendo que me mostrei totalmente disponível (...) Tendo em conta a minha área de formação, fiquei responsável, juntamente com outra estagiária, pelo desenvolvimento de um projeto de cinema” (Nota de terreno 1.2, 17 de outubro)

Depois da minha entrada no terreno e da definição do meu papel naquela instituição, iniciei o meu estágio. Neste capítulo irei abordar o trabalho que desenvolvi durante estes nove meses no Centro Educativo. Por isso, e para uma melhor compreensão, o capítulo irá dividir-se em cinco partes: a leitura de documentos; a observação de um programa; a observação de consultas de orientação vocacional; a dinamização de programas e, por fim, as entrevistas.

O primeiro contacto com a instituição:

Numa fase inicial foi imprescindível uma adaptação à instituição, sendo que foi nessa fase que me dediquei à leitura dos documentos. Durante os três primeiros meses, a minha experiência passou por aprofundar os meus conhecimentos sobre a ação do CE. Apesar de durante este tempo observar programas, a verdade é que grande parte dos meus dias eram passados no gabinete do meu orientador local e de uma técnica superior a ler legislação e

documentos da instituição. Esta familiaridade com a realidade vivida no contexto e com o trabalho desenvolvido pelos técnicos foi essencial, porque permitiu que quebrasse com idealizações pessoais do funcionamento de um centro educativo. Este conhecimento mais aprofundado permitiu ainda que me questionasse, que questionasse os próprios técnicos e que conseguisse compreender o dia a dia vivido por aqueles jovens, mas também começasse a criar uma opinião sobre as próprias regras de funcionamento e organização, não só do próprio Centro específico, mas como do próprio sistema:

“(…) ler em conjunto o regulamento interno do centro educativo, bem como a lei Tutelar Educativa. Ambos os documentos não eram novidade para mim, uma vez que já tinha tido contacto [com eles] para outros trabalhos académicos. Contudo, acrescentei alguma informação nova, como o [facto de o] sistema educativo funcionar por módulos, os procedimentos disciplinares terem 10 dias úteis para serem realizados, sendo que há um aviso prévio ao jovem (24 horas) desse mesmo procedimento. Em relação ao sistema educativo, questionei o que acontecia se, por exemplo, um jovem entrasse a meio do ano letivo. O que me foi dito é que se o jovem entrar quando está a ser dado o módulo C, ele vai começar por esse C, depois passa para o D, sendo que depois disso, realiza o A e B” (Nota de terreno 1.2, 20 de outubro de 2017)

Da observação das consultas de orientação vocacional aos programas:

Também durante os três primeiros meses de estágio, a observação teve um papel de destaque, com a observação de uma consulta de orientação vocacional, mas também, e com mais regularidade, do programa de Regulação Emocional e Controlo da Cólera. Também destaco, apesar de ter assistido a várias, duas tutorias a que assisti: numa delas o jovem estava no centro há dois meses e noutra o jovem estava prestes a sair do Centro.

Cronologicamente, a consulta de orientação vocacional foi o meu primeiro contacto com os jovens. Na minha terceira ida ao terreno, tive a oportunidade de assistir à consulta de um jovem internado há dois anos. Nessa sessão foi perguntado ao jovem se permitia a presença das estagiárias, sendo que foi dito que sim. Já com o manual que é utilizado nas consultas em cima da mesa, o técnico foi fazendo um resumo do que tinha sido feito nas últimas cinco sessões, seguindo-se a explicação do primeiro exercício:

“Nesse exercício, existia uma lista de valores que podemos adotar ou desejar possuir no desenvolvimento da nossa profissão. Para um melhor esclarecimento, o técnico começou por explicar ao jovem conceito a conceito, mas antes dele explicar, perguntava ao jovem se sabia o seu significado. Quando o jovem não sabia o significava o doutor dava-lhe exemplos, usando temas do interesse do educando” (Nota de terreno 1.3, 20 de outubro de 2017)

De uma forma geral, consegui apurar que, apesar do jovem estar internado há dois anos, apresentava algumas dificuldades de compreensão/interpretação, mas que era capaz de criar associações interessantes entre certos valores, competências e as profissões (e.g sabia que um jogador de futebol tinha que ter a capacidade de jogar em equipa; sabia que um jogador de futebol poderia não ter como prioridade a constituição de família). Outra das coisas possíveis de verificar foi que o jovem valorizava o sucesso, a autonomia, o ajudar os outros, mas por seu turno não considerava relevante o valor monetário ou a conjugação entre uma profissão e família, ou seja, mostrava aqui uma desvalorização do seio familiar, mesmo para o seu futuro.

Apesar de não se tratar de uma consulta de orientação vocacional, quero ainda destacar a tutoria de apresentação a que assisti, de um jovem que tinha estava no centro há apenas dois meses. Esta tutoria serviu para conhecer melhor o jovem, o seu seio familiar, o seu grupo de pares. Nesta primeira tutoria foi-me possível assinalar algumas incoerências, nomeadamente na sua perceção sobre o consumo de drogas. Vejamos o seguinte exemplo:

“Caso disso é quando o jovem afirma que não é viciado em tabaco ou droga, mas que fuma porque gosta. Quando questionado sobre a regularidade com que o fazia, a resposta foi todos os dias, mais do que um “charro” por dia, podendo chegar a 6\7. Quando confrontado sobre isto não ser um gosto, mas sim um vício, o jovem diz que não, que não é viciado, apenas gosta e que se for necessário para, aliás que já tinha deixado de fumar. O doutor aproveitou para o questionar sobre o tempo que ele conseguiu parar, sendo a resposta: “1,2 dias, mas depois voltei porque quis e não porque sou viciado” (Nota de terreno 1.3,20 de outubro de 2017)

Ao longo da tutoria, fui percebendo que o desequilíbrio familiar estava na origem dos delitos cometidos. Os argumentos que o jovem utilizava sobre não lhe faltar amor ou posses monetárias, na minha perspetiva, tratavam-se de uma proteção, de uma defesa. Consegui perceber ainda que o abandono de uma atividade que, neste caso, o jovem gostava, causou grande impacto, uma vez que fez com que ele adotasse uma vida sedentária e com mais tempo livre.

Talvez por ser o primeiro contacto com os jovens e, por coincidência, ter acompanhado um jovem mais antigo e outro mais recente no Centro, consegui ter uma pequena noção do impacto que a intervenção pode ter nestes jovens, sendo esse um dos pontos que destaquei na minha nota de terreno:

“Foi-nos dito que o primeiro jovem estava no centro há 2 anos e o segundo há meses, e acabou por fazer sentido na minha cabeça a mudança brutal de postura. Enquanto que o primeiro jovem não olhava para nós de frente, mostrava-se calmo, com postura, o segundo estava sempre a mexer-se mostrando, segundo o técnico, sinais de hiperatividade, olhava-nos nos olhos, dando a entender que não se “intimidava” por nós, aliás que a sua tentativa era sim intimidar-nos. Mesmo a forma de falar, a forma como lidavam com o que fizeram, era totalmente distinta, sendo o primeiro educando muito mais sóbrio (...)” (Nota de terreno 1.3,20 de outubro de 2017)

No dia 27 de outubro de 2015, no meu quinto dia de estágio, assisti à tutoria de um jovem prestes a sair do Centro. Destaco esta tutoria pelo efeito que na altura eu senti que a intervenção tinha nos jovens, mas também para destacar a forma como os jovens podem seduzir com palavras, levando-nos a pensar que têm as coisas muito bem planeadas, mas depois ser algo momentâneo. Enquanto o jovem falava, fui percebendo que mostrava grande maturidade, uma vez que tinha grandes planos para o seu futuro e parecia saber o que era necessário para conseguir ter sucesso:

“Pensava em tirar a carta, como a podia pagar, formações e\ou trabalhos que podia arranjar. Este jovem tinha namorada, no entanto ao longo da reunião não o ouvi dizer que tinha estes planos por causa da sua namorada, parecia-me mais que ele tinha estes planos todos para sua própria realização pessoal.” (Nota de terreno 1.5, 27 de outubro de 2017)

Depois da sessão comentei com a técnica presente a maturidade que o jovem tinha e a capacidade que tinha para idealizar a sua vida pós internamento. Neste momento foi-me dito que as coisas não eram tão simples assim, uma vez que os jovens são muito inconstantes e é isso que acontece com aquele jovem. Sendo referido que:

“Num dia quer ir para um curso de mecânico, no outro já não se importa de ser pasteleiro.” (Nota de terreno 1.5,27 de outubro de 2017)

A partir do dia 23 de outubro de 2017 e até a 29 de janeiro de 2018, assisti ao programa Estratégias de Regulação Emocional e Controlo da Cólera, que se encontrava na quinta sessão. Este programa tinha como principal objetivo dar aos jovens ferramentas, técnicas, que lhes permitissem controlar a sua raiva, não chegando ao estado de cólera. Para isso, existia uma parte teórica e, depois disso, uma parte mais prática em que os jovens dinamizavam *role-plays*. Quando comecei a observar o programa, o grupo já estava feito, ou seja, já existiam pequenos subgrupos dentro do grande grupo, acabando por ser mais fácil ter noção de algumas dinâmicas existentes. Achei importante na sessão sentar-me à beira dos jovens, pois isso revelava a minha vontade de interagir com eles e, acima de tudo, fazer parte do grupo. O conceito trabalhado nesta sessão foi o conceito de raiva e das diversas formas de a controlar, com recurso a exercícios práticos:

“Toda a sessão foi constituída por simulações de exercícios, por exemplo, o doutor provocava um jovem para ver como ele reagia nessa situação. A ideia é que eles colocassem em prática os redutores de cólera. O doutor provocava um jovem e ele tinha que recorrer por exemplo ao respirar fundo, ao dizer o número de telemóvel de trás para a frente, para não chegar ao ponto de se “enervar”.

Basicamente técnicas de autocontrolo.” (Nota de terreno 1.4, 23 de outubro)

Neste primeiro contacto com os jovens em grupo, não só consegui analisar as suas dinâmicas, como consegui perceber que existiam jovens que influenciavam os outros, afetando o decorrer da sessão. Vejamos um excerto da minha nota de terreno:

“Uma das coisas que também já reparei é que, em alguns casos, os jovens “mais fortes” . “mais antigos” ou, digamos, “mais temíveis” exercem influência noutros a nível do comportamento. Por exemplo, há jovens que em algumas sessões são muito atentos e participativos, mas depois quando mudam de lugar e vão para a beira de um determinado colega, se deixam levar. Ficam desatentos, não participam e tentam mostrar que se estão a “burrificar” (Nota de terreno 1.4,23 de outubro de 2017)

1,2,3... Ação:

A partir de fevereiro, acabado o tempo de adaptação à instituição, comecei a dinamizar o programa Treino de Competências para Resolução de Problemas Sociais (TCRPS), inserido

no programa Aggressive Replacement Training (ART) e a atividade FestiCESA. Planeei ainda a “Feira das Profissões”.

O ART, cujo principal objetivo é modificar o pensamento, a emoção e a ação do indivíduo, foi desenvolvido nos anos 80 por Goldstein e Glick (Hollin,2004). As suas componentes principais englobam a competência para ensinar um comportamento prossocial (componente comportamental), controlo da raiva (componente afetiva/emocional) e raciocínio moral (componente cognitiva).

O Treino de Competências para Resolução de Problemas Sociais (TCRPS), foi o primeiro programa terapêutico que desenvolvi, juntamente com uma estagiária de Psicologia, com a supervisão do meu orientador local e de uma técnica de instituição. Foi também o primeiro grande desafio a ser-me proposto. O TCRPS faz parte de uma componente comportamental do ART. O objetivo principal passa pela aprendizagem de competências sociais, que facilitem o jovem no seu convívio em sociedade. O ensino destas competências tem como principal finalidade a substituição de comportamentos destrutivos, por comportamentos construtivos prossociais, de modo a auxiliar a sua reintegração social (Hollin,2004)

O programa decorreu durante dez sessões, sendo que em cada sessão foi trabalhada uma competência, com um grupo de oito jovens, que demonstravam défices ao nível das competências sociais. Cada competência foi escolhida com base em questionários Social Skills Rating System (SSRS), desenvolvidos por Frank M. Gresham e Stephen N. Elliot (1990). Estes questionários foram preenchidos pelos jovens e pelos técnicos superiores, que davam conta das competências em que os jovens apresentavam mais fragilidade. Os resultados dos questionários foram analisados por mim e pela minha colega estagiária, que iria desenvolver comigo o programa. Após esta análise, as competências e a ordem para serem trabalhadas foi a seguinte: negociar, compreender os sentimentos dos outros, iniciar uma conversa, manter uma conversa, fazer uma queixa, expressar os sentimentos, lidar com a raiva dos outros e lidar com a pressão do grupo. Estas eram as competências em que os jovens apresentavam mais fragilidade. Para elegermos a ordem de trabalho, tentamos seguir uma lógica entre elas, mas também foi por uma questão de votos. Dentro destas começamos por trabalhar as que eram apresentadas, pelos técnicos, como mais urgentes.

Cada sessão era planejada antecipadamente. Numa primeira parte das sessões era apresentada a competência aos jovens, com uma série de dicas que os ajudariam a colocar em prática. Depois disto, era dada aos jovens uma ficha. Nessa ficha os jovens escreviam a competência, os passos que poderiam seguir quando a colocassem em prática e preenchiam uma seção dedicada ao “trabalho de casa”. Nessa seção tinham que eleger um onde, com quem e quando iriam colocar essa competência em prática. Seguidamente, eu e a minha colega fazíamos o primeiro role play e os jovens faziam os restantes, havendo sempre um momento de reflexão. De salientar que todos os *role plays* retratavam situações da competência em questão.

Para uma melhor compreensão, irei expor no relatório a forma como uma das oito competências foi trabalhada e explorada, sendo que em anexo se seguirá o exemplo da dinamização de mais sessões (Anexos I e II). Contudo, a exemplificação do trabalho de uma das competências acaba por mostrar como as restantes foram trabalhadas, uma vez que as sessões aconteceram todas seguindo o mesmo modelo. A competência que escolhi, talvez por ser a que considero mais importante para estes jovens, devido à influência que o seu grupo de pares tinha e ainda tem em alguns deles, é “lidar com a pressão do grupo”.

Iniciamos a sessão por perguntar aos jovens como tinha sido a sua semana e fizemos um “*refresh*” do que tinha sido dito na competência anterior “lidar com a raiva dos outros”. Depois de uma pequena troca de ideias, entregamos a ficha dos trabalhos de casa para os jovens preencherem

“Mais uma vez a maioria dos jovens não fizeram os trabalhos de casa. Não quero acreditar que isto revele falta de interesse, mas a verdade é que fazer os trabalhos de casa era fundamental para solidificar a competência estudada” (Nota de terreno 1.56 30 de abril de 2018).

Depois disto, começamos por introduzir a competência. Começamos por referir que a competência envolve lidar com a pressão que os outros podem fazer em relação a nós. Questionamos os jovens se alguma vez se sentiram pressionados por uma pessoa ou pelo grupo de amigos para fazer algo que não queriam. Se sim, foram questionados de que forma tinham lidado com tal situação. Perguntamos ainda se eles próprios já tinham pressionado alguém para fazer algo que eles quisessem e, caso a resposta fosse positiva, se poderiam explicar a forma como o fizeram. Uma vez que eles nem sempre reconhecem que o seu grupo os pode pressionar, questionámo-los sobre isso mesmo e se consideravam isso normal.

“Fomos perguntando se eles se costumam sentir pressionados, se alguma vez pressionaram alguém, como lidam com a pressão, por exemplo, do grupo de pares, se é mais fácil lidar com a pressão de um familiar ou de alguém que não tenha um laço com eles... Sendo que, no fundo, tínhamos alguma esperança que eles admitissem que sofriam pressão do seu grupo de pares, mas isso não aconteceu. Salientaram que já pressionaram, nomeadamente jovens, até crianças (12,13 anos), a consumir droga, mas abordaram essa questão com muita descontração, acabando por banalizar o consumo” (Nota 1.56, 30 de abril de 2018).

Os jovens afirmaram ainda:

“Em relação à questão da pressão familiar ou pressão de pessoas “de fora”, os jovens referiram que é mais difícil lidar com a pressão familiar.” (Nota de terreno 1.56, 30 de abril de 2018)

Na minha opinião, isto deve-se ao fato dos jovens não quererem desiludir a família, principalmente os pais. Mas também a própria questão de respeito. Respeito aos mais velhos, mas sobretudo respeito aos familiares. Os jovens defendem que se tem que respeitar os familiares e que, por isso, a forma como, por vezes, respondem a pessoas que não conhecem é diferente da forma como respondem aos seus familiares.

Para além disto, exploramos também a questão da amizade. Se um amigo tem o direito de nos pedir coisas que sabe que nos pode prejudicar, se devemos manter a nossa posição e dizer não, ou seja, questões que os fizessem refletir sobre o verdadeiro significado de amizade. Uma vez que os jovens estavam com alguma dificuldade em admitir ou reconhecer que são pressionados pelo grupo, alargamos o leque de opções para explorar. Alertamos para o facto de constantemente estarmos a ser pressionados, seja pela escola, família, trabalho, a própria sociedade. Somos pressionados a ser melhores. Salientei ainda que eles no CE são pressionados. Pressionados a portarem-se bem, a tirarem boas notas, passar de fase. Mesmo que eles não assumam isso como uma pressão, ou não identifiquem como isso, a verdade é que são pressionados. Vejamos:

“Não se sentem pressionados pela escola para terem boas notas? Não se sentem pressionados pelos vossos pais para terem notas boas? Pelos vossos amigos, não só para fumar, mas também para iniciar a vossa vida sexual? Não se sentem pressionados pelo próprio país que cada dia nos obriga a ser mais competitivos? De verdade eles restringem muito o conceito de pressão ao tabaco, drogas... esquecem-se de todo um mundo à volta.” (Nota 1.56, 30 de abril de 2018).

Para tornar a sessão mais dinâmica, na parte da reflexão das dinamizadoras decidimos passar um vídeo, onde eram dados quatro pontos chave para lidar com a pressão do grupo com sucesso: ficar atento para identificar situações perigosas que nos podem levar a fazer coisas erradas; parar e pensar; preparar-se bem e, por fim, fazer alguma coisa.

Após a visualização do vídeo demos algumas dicas aos jovens para lidar com a pressão dos colegas. Por exemplo, quando estão a sentir-se pressionados podem perguntar o motivo para lhes estarem a pedir aquilo, mostrar o seu ponto de vista ao outro e, acima de tudo, serem assertivos e, em último caso, afastarem-se da situação.

No momento seguinte demos aos jovens as fichas em que eles pensavam em situações para colocar em prática o trabalho de casa. Neste caso, durante a semana eles teriam que escolher um contexto e pessoas pelas quais pudessem ser pressionados. A ideia era lidarem com essa pressão da melhor forma possível, tendo em conta as dicas que lhes demos.

Após isto, seguiam-se os *Role-plays*. Primeiro começavam as dinamizadoras a fazer o primeiro. Nesta sessão o nosso role-play foi o seguinte: o Ricardo e o Luís estavam juntos quando o Ricardo sacou de um charro e insistiu que o Luís também fumasse. Como é que o Luís vai lidar com esta pressão? Depois de fazermos o role-play, partíamos para uma reflexão. Nessa reflexão perguntávamos essencialmente o que acharam da situação e o que fariam caso estivessem no papel de uma personagem ou outra, servindo também para lhes perguntar se já tinham passado por uma situação semelhante e se era fácil resistir. Para os jovens existiam três role-play:

“Contexto escola: 3 jovens – um jovem lida com a pressão do grupo para vandalizar a escola (partir o vidro da sala ou deitar fogo a um caixote do lixo).

Contexto casa: 3 jovens – um jovem lida com a pressão da família para terminar uma amizade (más companhias).

Contexto grupo de pares: 2 jovens – um dos jovens lida com a pressão de um amigo para lutar (um deles pressiona o outro para bater num 3º rapaz, pois, supostamente, esse rapaz falou mal de si e do seu grupo de amigos) (Planificação da sessão IX - Treino de Competências Sociais).

Depois de feito cada *role-play*, era perguntado aos jovens o que acharam da situação, como achavam que a personagem X tinha lidado com a pressão de Y, dos métodos que Y usou para pressionar X. Acabávamos sempre por perguntar aos jovens, sendo que eles só respondiam se

achassem que o deviam fazer, como lidariam se estivessem nesta situação e se tinham algum caso pessoal para contar.

Nesta sessão os jovens estavam particularmente resistentes. Apesar de em todas as sessões se esforçarem ao máximo para realizar os role-plays e, de uma forma geral, serem muito bem sucedidos e até me surpreenderem, nesta houve uma certa dificuldade em que os role-plays fossem bem sucedidos, tal como retrato na minha nota de terreno:

“Hoje, de uma maneira geral, os jovens empenharam-se. Contudo, havia um em que um jovem ia ser pressionado pelo pai e irmão a acabar uma amizade, por ser má influência. O role play tinha tudo para ser um sucesso, mas foi levado um pouco na brincadeira (...) Tenho a certeza que se fosse lá fora o jovem iria reagir à pressão de uma maneira totalmente diferente, mas ali foi pela “brincadeira”. (Nota de terreno 1.56, 30 de abril de 2018)

Talvez por ser o primeiro programa que desenvolvi, todas as sessões foram uma aprendizagem e considero que foi o programa que mais me fez crescer como profissional, porque cada sessão era diferente. Cada sessão exigia de mim a capacidade de ser “camaleão”, de me adaptar aos jovens, à sua disposição para participar. Recordo-me que em muitas sessões, apesar de tudo ser planeado, muitas vezes tínhamos que improvisar porque, por exemplo, os jovens não aderiam ao que idealizamos inicialmente. Isso provoca um crescimento como profissional, quanto mais não seja pela capacidade de adaptação que nos era exigida. Considero que foi exatamente aqui que comecei a ver qual poderia ser o meu papel numa instituição como o Centro Educativo. Como profissional das Ciências da Educação, considero fundamental haver alguém desta área a desenvolver programas, aliás sinto que é nos programas que nos destacamos. Ao longo de todo o programa senti um à-vontade enorme com os jovens, acabando por criar uma empatia e uma relação com eles que foi fundamental na hora de colocar em prática o programa. Desde início não quis criar uma relação hierárquica com os jovens, quis ser o mais natural possível e, acima de tudo, quis mostrar-lhes que confio neles e que se estava a trabalhar com eles, é porque acreditava neles. Contudo, apesar do desenvolvimento deste programa ser enriquecedor profissionalmente, acabou por se tornar um desafio não só profissional como também pessoal. Desenvolver programas em grupo, já é por si só um desafio; estagiar e desenvolver funções num centro educativo também, acrescentando-se a essas dificuldades o facto de ser mulher. Torna-se, na minha opinião, muito complicado uma jovem mulher conseguir impor-se aos jovens. Não que

os jovens não me respeitassem como profissional, ou seja, eles sabiam o meu papel ali, mas tinham dificuldade em se abstrair do facto de eu ser mulher, talvez pelo facto de serem jovens e estarem privados de diversas coisas. Em diversas situações, com mais ênfase no desenvolvimento dos programas, eram feitos comentários sexistas, acabando por haver uma tentativa até de intimidação. Perante isto, comecei a perceber a necessidade imensa de algo ser desenvolvido com aqueles jovens que lhes mostrasse o importante papel da mulher na sociedade, de forma a não haver a objetificação do sexo feminino, mas sim a igualdade de direitos de homens e mulheres. No entanto, isto não era algo novo para mim, uma vez que na festa de Natal já tinham acontecido coisas do género:

“Eles começaram a tentar aproximar-se muito de nós [estagiárias] (procurando contacto físico), metiam-se atrás de nós “a tirar as medidas”, tanto é que tive que chamar uma estagiária para a minha beira, porque reparei que um jovem lhe estava a tirar as medidas e soltou um “ai doutora”. Como nos começámos a sentir desconfortáveis optámos por nos sentar. Quando nos sentámos, reparei que alguns jovens falavam entre si, riam-se e olhavam para nós, mesmo jovens que eu achava que não ligavam nenhuma à nossa presença” (Nota de terreno 1.21, 14 de dezembro de 2017)

Durante o programa, os olhares começaram a avançar também para algumas tentativas de contacto físico:

“Na verdade, acho que isso só acontece porque eles estão mais atentos a outras coisas. Começam a dar-nos demasiada atenção, a ligar em demasia a pormenores do nosso corpo e é a partir de aí que começam a perder a concentração. Qualquer coisa serve para nos tocar (um jovem perguntar se a minha pulseira é de cortiça, tocando nela e outro jovem pegar numa peça da caneta, meter na boca e metê-la na minha mão). Quando chegam a isto não há muito mais a fazer” (Nota de terreno 1.52, 16 de abril de 2018).

Quando chegávamos a este “extremo” a sessão dificilmente iria chegar a bom porto, isto porque os jovens tinham mais dificuldade em se concentrar e nós [dinamizadoras] tínhamos mais dificuldade em dinamizar a sessão. Tínhamos que fazer um grande esforço para nos conseguirmos abstrair disso. Sem dúvida que esse sempre foi o meu maior desafio. Contudo, e apesar de muitas vezes pensar desistir, a verdade é que quando aconteceu a última sessão deste programa tudo valeu a pena. Senti genuinamente que, ao contrário do que eu achava, tinha marcado aqueles jovens e foi um momento tão único, tão emocionante, que jamais me vou esquecer dele. Passo a transcrever uma parte desse momento:

“Entretanto a minha colega falou e eu acabei por me emocionar. Quando isso aconteceu reparei que os jovens ficaram muito admirados, sendo que um deles até me disse: “ei, oh doutora, não vá por aí, que eu fico já emocionado”. Foi aí que se deu o ponto de viragem. Eu disse umas palavras, referi que no início não achava que fosse capaz, que lhes agradecia por eles me mostrarem que afinal sou capaz, que gosto deles, que acredito neles, que eles são muito mais do que aquilo que os outros pensam e que se eles acreditarem nisso, então eles conseguem tudo. Agradei ainda à minha colega, por ser a parceira e amiga incrível em que se tornou. Acho que o facto de me expor, de mostrar as minhas fragilidades, fez com que eles se abrissem e entendessem que o podiam fazer. Afinal de contas, o que eles estavam a sentir era o que nós estávamos a sentir. Quando acabei de falar, um dos jovens pediu para falar. Esse jovem, quando nós entrámos, não nos cumprimentava, esse jovem passava a imagem de “durão” e ali ele sentiu a necessidade de se expor. Entre lágrimas, o que nos deixou a todos ainda mais chorosos, referiu que no início nem nos cumprimentava, que achava que íamos lá fazer o nosso trabalho e ir embora, mas não. Referiu ainda que muitas vezes pensou em desistir, mas que depois sentiu que nós gostávamos deles, que tínhamos criado uma relação com eles e que tínhamos permitido que eles criassem uma relação connosco. Disse ainda que isso fez com que ele se sentisse à vontade para participar nos *role-plays*, para falar da vida dele. Ele sentia que nós gostávamos dele, aliás deles. Ele disse isso. Disse que nós o tínhamos marcado. Estas palavras nunca me vão sair da cabeça” (Nota de terreno 1.58, 7 de maio de 2018)

Paralelamente a este programa, desenvolvi a atividade FestiCESA, com uma outra estagiária de Psicologia e a supervisão do meu orientador local. Esta atividade já existia no Centro em anos anteriores, tendo apenas sido revista e melhorada, no sentido de não se limitar a ser uma atividade de lazer. Foram selecionados nove filmes (“O quarto”- Lenny Abrahamson, 2015; “Vedações”- Denzel Washington, 2017; “Cabeça Erguida”- Emmanuelle Bercot, 2015; “Os diários de um Basquetebolista”- Scott Kalvert, 1995; “Os escritores da Liberdade”- Richard LaGravenese, 2007; “Coach Carter”- Thomas Carter, 2005; “Kidulthood”- Menhaj Huda, 2006; “Adulthood”- Noel Clarke, 2008 e “Soul Surfer”- Sean McNanara, 2011) que, de uma maneira geral, abordavam temas com que os jovens se familiarizavam. Temos, como exemplo, o consumo de substâncias, a influência do grupo de pares e a importância das dinâmicas familiares. Cada sessão tinha cinco momentos. Num primeiro momento era desenvolvida uma dinâmica “*energizer*”, para os jovens libertarem a sua energia e conseguirem ficar relaxados para o visionamento do filme. Num segundo momento era passado um pequeno *PowerPoint* que continha um resumo do filme, curiosidades e temas principais do filme. Posteriormente era realizada outra dinâmica “*energizer*”. Esta dinâmica já tinha por objetivo uma reflexão, uma vez que no seu

seguimento vinha o debate sobre o filme e os temas por si ilustrados. Neste seguimento, irei também expor detalhadamente uma sessão do FestiCesa no relatório, enquanto que outros exemplos serão remetidos para anexo (Anexo III e IV).

Na sessão que escolhi, o filme passado foi “Cabeça Erguida”. Escolhi este filme por abordar questões atuais, mas também por se tratar de um filme com o qual os jovens se identificaram, uma vez que retratava a vida de um jovem internado num CE, em contexto francês.

Num primeiro momento, desenvolvemos uma dinâmica *energizer* chamada “Polícia e Ladrão”. Os jovens tinham que estar de pé numa parte da sala. Um dos jovens foi o ladrão, o outro o polícia e os restantes as vítimas. O objetivo era que o ladrão conseguisse, através de um piscar de olho discreto, matar as vítimas sem que o polícia percebesse. Coube ao polícia descobrir quem é o ladrão. Esta atividade como, de certa forma, estimulava neles a atenção e a competitividade, teve bastante êxito.

Num segundo momento foi lido um pequeno *powerpoint* que continha algumas informações sobre o filme e os temas principais (privação de liberdade, a importância para o desenvolvimento humano da infância e adolescência, relação mãe-filho, relação mãe-filho-juíza-tutor e delinquência juvenil). Ao longo da visualização do filme, os jovens foram fazendo alguns comentários tendo em conta o poder da história contada. Temos o seguinte exemplo:

“Após a leitura seguiu-se a visualização do filme. Ao longo do filme, foi possível perceber algumas manifestações dos jovens (“Este filme vai ser bom”; “Este gajo está todo frito”; “este filme vai falar da nossa vida?”; “Quem me dera que em Portugal fosse como em França, dessem tantas oportunidades”).

Estas manifestações dos jovens reforçam a ideia que conseguimos, através do filme, atrair a sua atenção para os temas já suprarreferidos (...)” (Síntese da sessão número 3, 9 de março de 2018)

De forma a perceber o impacto do filme nos jovens, fizemos uma dinâmica de integração do filme, através de um *Quizz*. Mais uma vez, uma atividade deste género, que estimula a competitividade, capta muito a atenção dos jovens e faz com que eles se dediquem.

Num último momento, e em seguimento da dinâmica, discutimos temas como o aborto, a sexualidade e privação de liberdade, utilizando sempre as ideias principais que os jovens

tinham retirado do filme. Para estimular o debate e a reflexão, as dinamizadoras iam lançando perguntas, mas também provocações para serem conseguidas reações.

“Para ajudar na reflexão foram utilizadas algumas questões de suporte para estimular o diálogo dos jovens. Os educandos, tal como tem sido hábito, conseguem formar uma opinião perspicaz no que toca à existência ou não de dinâmicas familiares. (...). Quanto à relação com a justiça, os jovens referiram que a juíza e o tutor eram figuras positivas na vida do Malony e que o ajudaram bastante e confiavam nele. Conseguiram ainda analisar que a recusa da escola em receber Malony teve um impacto negativo na vida da personagem, uma vez que foi isso que fez com que voltasse aos delitos. (...) Decorrente da relação de Malony com Tess, foi explorado o que significavam a atração e o amor para os jovens, tendo eles manifestado que atração era algo mais físico e que amor implicava sentimento. Em relação à questão da privação de liberdade, os jovens associaram-se muito à personagem, reconhecendo diferenças entre o contexto francês e português, referindo que em França dão mais oportunidades aos jovens, sendo que, tendo em conta o exemplo da juíza do filme, os juízes em Portugal são mais ríspidos. Ao longo da reflexão foi possível perceber que viram a passagem de Malony pelo Centro Educativo como algo positivo e que provocou uma mudança positiva na sua vida” (Síntese da sessão número 3, 9 de março de 2018).

O desenvolvimento de uma atividade como o FestiCESA acabou por ser menos desafiante, em parte, porque era algo que, pela minha área de estudos, já estava habituada a desenvolver. O principal desafio residia no debate, talvez pela sua imprevisibilidade. Tudo nesta atividade era planeado, com exceção do momento de reflexão. Talvez por se tratar de uma reflexão que abordava temas familiares dos jovens, havia sempre o desafio de não tornar toda a discussão “pessoal”, ou seja, o objetivo nem sempre era conhecer experiências pessoais dos jovens, mas sim a sua opinião acerca dos assuntos, independentemente da sua experiência.

Considero agora que o meu maior desafio não foi desenvolver os programas, as atividades, procurar técnicas, métodos, adaptar-me, mas sim impor-me como profissional, por ser jovem e ser mulher. Lidamos com jovens que têm crenças muito fortes e que dificilmente conseguem reconhecer poder às mulheres. Foi preciso ter a capacidade de, em muitos momentos, me abstrair de comentários machistas, mas principalmente comentários sobre o meu corpo, simplesmente por ser mulher. Tudo isto me fez crescer como profissional porque senti, na pele, que ainda há muito trabalho a fazer em relação ao papel da mulher no mercado

de trabalho, principalmente quando se trabalha com jovens que estão privados de liberdade. A igualdade e a não discriminação constituem direitos humanos fundamentais, mas, em pleno século XXI, ainda é um assunto que apresenta fragilidades. O assédio sexual “na rua e outros espaços públicos e no trabalho, coarctam os movimentos, a liberdade e autonomia das mulheres na esfera pública. Afetando sobretudo as mulheres, persiste de forma oculta, insidiosa, no espaço público e nos locais de trabalho, com quase total impunidade para os perpetradores.” (Magalhães, 2011:103). Por assédio sexual entende-se um conjunto de comportamentos, atos, ameaças por palavras, mas também atitudes e ações de carácter não sexual, não pretendido pela pessoa a que se destina (Magalhães, 2011). Durante o meu estágio, estas questões do assédio sexual, bem como questões de género, foram visíveis, essencialmente, através dos “piropos” dos jovens, sendo nestes momentos que fiquei mais constrangida. O piropo pode ser encarado como um mecanismo de constrangimento da liberdade das mulheres, sobretudo das meninas e das jovens, no espaço público (e no trabalho). Em consequência disto, muitas vezes me senti um “objeto”. Este tipo de ações mostra que nós, mulheres jovens, somos um corpo que é alvo do olhar objetificante masculino (idem).¹

A Feira das Profissões também solidificou o meu papel como licenciada em Ciências da Educação no Centro Educativo. Desde logo, esta atividade foi pensada e desenvolvida com o objetivo de mediar uma aproximação entre o Centro Educativo e o contexto exterior. Como profissional, uma atividade deste tipo fez-me todo o sentido uma vez que o desenvolvimento de uma atividade com estas características tem grande pertinência num contexto com as características do CE. Na verdade, “(...) uma das preocupações durante o internamento é o planeamento de um projeto de vida que à saída possa servir de apoio aos jovens” (Rodrigues, 2016: 57-58). Esta aproximação entre a atividade profissional e a educação/formação torna-se importante para a reintegração social do jovem, uma vez que os contextos educativos podem constituir-se como um suporte de referência para a (re)integração do jovem na sociedade aquando da saída do CE, podendo, à partida, detetar comportamentos de risco que podem ser evitados ou agravados. (Rodrigues: 2016). Outro aspeto que se destaca e que se pretende incrementar é o envolvimento da comunidade na intervenção do centro educativo. A realidade vivida no CE é desconhecida para muitos atores, sendo assim fundamental que o desconhecido se torne mais familiar. Esta separação entre comunidade e jovens internados

¹ A questão do assédio sexual, particularmente às mulheres, é um problema frequente na nossa sociedade. Por esse motivo, não é de estranhar que ocorra também num Centro Educativo que, recorde-se, é um lugar onde adolescentes do sexo masculino estão privados de contacto regular com adolescentes do sexo oposto. A responsabilidade pelos momentos em que os jovens se manifestam de formas que podem configurar situações de assédio não pode ser assacada à Instituição.

leva a uma criação de estereótipos que tem como consequência uma exclusão social, que no momento da reintegração e procura de emprego se pode tornar uma barreira. O rótulo de delinquente produz situações de exclusão que complexificam o processo de reintegração (Torres, 2009 in Rodrigues, 2016: 58). Torna-se assim fundamental tentar criar pontes entre o que podem ser considerados como mundos distintos.

Como o nosso objetivo sempre foi a participação dos jovens no processo, começámos por passar um questionário (Anexo V) com uma série de profissões para os jovens identificarem as suas preferências. Entre as suas preferências destaco a profissão de DJ, profissões relacionadas ao Exército e ao ramo automóvel. Sendo assim, o primeiro profissional a dirigir-se ao Centro Educativo foi o diretor de formação da empresa Salvador Caetano. Como a atividade não tinha como objetivo que os jovens se decidissem por uma profissão, mas sim abrir os seus horizontes, orientar vocacionalmente, o grupo escolhido era heterogéneo, tendo várias áreas de interesse. Durante a sessão, o convidado esclareceu os jovens sobre o funcionamento da Salvador Caetano, das formações, incluindo horários, requisitos, regras de funcionamento e taxas de empregabilidade. Ao longo da sessão os jovens mostraram-se muito participativos, colocando várias questões.

Outro dos nossos objetivos era que o jovem contactasse com as profissões e o mundo profissional, para isso tínhamos a intenção de também realizar visitas de estudo às instituições que recebemos no Centro, sempre que estas se mostrassem disponíveis para nos receber.

Colocando a minha experiência em retrospectiva, apesar do Centro Educativo ser uma instituição normativa e ter várias restrições, o desenvolvimento destes programas foi uma possibilidade que eu, antes de iniciar o estágio, nunca tinha colocado. Ao longo da planificação tive vários constrangimentos uma vez que, apesar de haver uma teoria da mudança, na prática isso não acontecia e era esperado que fosse reproduzido o que já tinha sido feito em anos anteriores, porque tinha resultado, esquecendo-se que os jovens eram diferentes e que poderiam aderir de forma distinta. Contudo, na prática, no desenvolvimento dos programas, senti que me foi dada a possibilidade de ser eu mesma como profissional, de encontrar as minhas próprias técnicas para interagir com os jovens, encontrar as minhas próprias técnicas caso as planeadas não resultassem. Apesar de haver técnicos superiores presentes, sentia que nesse momento tinha uma liberdade que no começo me parecia utópica.

As entrevistas:

No decorrer das férias da Páscoa, e mesmo antes de alguns jovens irem de férias, comecei as entrevistas aos jovens. Comecei, em cada entrevista, por clarificar o meu papel no Centro Educativo. Senti, em diversas alturas, que os jovens pensavam que eu era psicóloga, e então aproveitei esses momentos para clarificar que era licenciada em Ciências da Educação, referindo que nada do que seria dito naquela entrevista iria ser usado nem a favor nem contra si no seu plano de intervenção pessoal e que o meu papel ali não era avaliá-los. O meu objetivo foi cumprido. No início estava com receio que alguns dos jovens não se sentissem confortáveis, até pela falta de convívio, visto que durante o meu estágio não trabalhei com os jovens todos, mas isso não foi impedimento para eles me darem as suas respostas sinceras, como se pode verificar, em duas entrevistas que realizei a jovens a cumprir medida há 9 e 10 meses, respetivamente- Neste excerto, eu pedi aos jovens que caracterizassem o Centro, o seu ambiente em três palavras:

“Entrevistador: Por exemplo, o ambiente, os funcionários...”

Entrevistado: eu diria fácil, pacífico e passatempo.

Entrevistador: Passatempo?

Entrevistado: ya, isto apenas são umas férias.” (Entrevista jovem 1.7)

E:

“Entrevistador: se pudesses usar 3 palavras para caracterizar o centro educativo, quais escolheria?

Entrevistado: Merda, porcaria...

Entrevistador: Porquê?

Entrevistado: porque estou privado da liberdade, ninguém gosta de estar aqui.” (Entrevista Jovem 1.9)

Fazer mais entrevistas do que foi pensado inicialmente acabou por se revelar positivo, porque permitiu uma maior comparação entre jovens mais recentes e mais antigos no Centro Educativo e porque, de uma maneira geral, os jovens tiveram dificuldade em expressar as suas

ideias; assim, ter mais entrevistas permitiu que reunisse mais informações. Vejamos uma das minhas percepções do dia da entrevista:

“A primeira é que os jovens têm muita dificuldade em criar ideias, pensamentos complexos (...) apresentam alguma dificuldade em encontrar palavras que caracterizem o centro educativo e a escola. A segunda é a de que os jovens que estão no centro há mais tempo têm mais opiniões sobre as coisas, mesmo tendo dificuldade em expressá-las e, nalguns casos, têm o futuro mais delineado do que os mais recentes, o que acaba por ser natural. Por fim, achei muito interessante as suas opiniões, apesar de simplistas, sobre a intervenção da escola.” (Nota de terreno 1.48, 26 de março de 2018)

Durante as entrevistas senti muita dificuldade em conseguir alguma informação. Não que considerasse que os jovens tivessem receio de dizer a sua opinião ou que o guião fosse complexo, mas por vezes torna-se perceptível que têm alguma dificuldade em caracterizar o centro, a escola e as ações realizadas. Por exemplo, o que o Centro desenvolve pode ser visto por eles como uma obrigação, uma vez que estão internados, então não criam propriamente uma opinião sobre isso. Aceitam porque tem que ser assim. Isso acabou por criar uma certa redundância nas respostas, principalmente no que toca a caracterizar o CE e a escola. Por exemplo, quando pedia aos jovens para caracterizar o centro educativo em três palavras, alguns deles não sabiam e outros reduziram essa caracterização a útil, aprendizagem e rigoroso.

O mesmo acontece no caso da escola. De uma forma geral, os jovens partilham as mesmas palavras para a caracterizar, sendo elas: “fácil, útil, passagem de ano rápida”, mas são capazes de identificar algumas diferenças existentes entre a escola do Centro e a do exterior. Entrevistei ainda um jovem que estuda fora do Centro Educativo, sendo-me dito que:

“Entrevistador: É diferente? É diferente da escola lá de fora?”

Entrevistado: sim, é muito mais difícil. Os professores exigem mais, os testes são muito mais difíceis, mesmo a nível de postura...

Entrevistador: sentes que a escola do CE te ajudou nisso? A teres melhor postura numa sala de aula?

Entrevistado: Não, sinceramente não, tive que fazer isso sozinho.” (Entrevista jovem 1.4)

Apesar destes desafios, os jovens mostraram-se muito recetivos, sendo que o mesmo não aconteceu com os professores. Ao longo das entrevistas, os professores não desenvolveram as

suas opiniões, acabando por me ser transmitida a ideia que tinham um certo receio de se expressar. Os docentes ao admitirem que existem diferenças entre a escola do centro e a exterior poderia, na minha perspetiva, ser sinónimo da afirmação da diferença daqueles jovens. Todavia, considero que reconhecer as diferenças não é, de todo, dizer que estes jovens não são iguais aos outros num sentido de serem deficitários nalgum aspeto: é apenas constatar o óbvio. Por exemplo, numa sala de aula exterior temos, por vezes, trinta alunos todos juntos. No Centro Educativo temos não mais que oito, mais ou menos. Na escola “regular” não existem seguranças ou TPRS à porta da sala, no Centro Educativo existem. São pequenas diferenças que nos mostram diferenças inegáveis. O medo de falar é que pode passar a ideia que se tenta esconder algo. Esta fraca adesão por parte dos professores, que poderiam por ser uma fonte rica de informação no campo da educação, acabou por ser um enorme desafio, deixando-me em alguns momentos desanimada:

“Tenho sentido que os professores estão pouco recetivos, revelando uma falta de interesse pelo meu trabalho, o que acaba por se revelar nas entrevistas, sendo muito curtas e com pouca informação útil (...). Eu acho é que as pessoas, nomeadamente alguns professores, temem que assumir diferenças seja criar estereótipos. No sentido de: é diferente, porque estes jovens não são uma turma “normal”, têm mais dificuldades, são delinquentes” (Nota de terreno 1.44, 12 de março de 2018)

Capítulo V- Resultados

Capítulo V- Resultados:

Fatores de Risco para a reincidência:

No que toca aos fatores de risco, os que são identificados na literatura vão ao encontro do que é referido pelos entrevistados, apesar de uns serem assumidos como tendo mais responsabilidade na prática de delitos. A literatura identifica como principais fatores de risco a família, sendo referido que “, a propósito dos fatores de risco relacionados com a família, refere a história criminal familiar, ou seja, a existência de historial de pais condenados e irmãos mais velhos, é ainda referida a pobreza familiar incluindo baixo rendimento familiar, famílias numerosas” (Cunha, 2014:24). O grupo de pares também se apresenta como um fator de risco, uma vez que “ El formar parte de un grupo que delinque aumenta las posibilidades de comenzar una trayectoria delictiva ya que, no solo interna sino también externamente se produce una presión (que puede definirse como presión social y por qué no psicológica) en la que el sujeto se ve con la obligación de seguir lo que hace el resto por miedo al fracaso y al rechazo.” (Anfitti, 2011:15). Também a escola se assume como um fator de risco. Quando o jovem tem uma aprendizagem desajustada, tem absentismo escolar está sujeito a um stress, que “(...) constitui um fator de risco de perturbação psicossocial nas crianças e adolescentes que se associa, entre outras manifestações, à agressividade e a comportamentos desajustados de maior ou menor gravidade.” (Rocha,2011:18)

A falta de oportunidades apresenta-se, nas entrevistas, como fator igualmente importante para o, possível, insucesso das medidas:

“É um pouco como já disse. A falta de apoio por parte das escolas, por exemplo. É muito complicado arranjar escolas que aceitam estes jovens. Passam a batata de uma para a outra e não nos dão respostas, em muitos casos. É muito complicado os jovens conseguirem uma escola. Muitos deles são obrigados a ficar com o 6º ano. Ganham tantos rótulos e tanta fama que é complicado se desligar disso. A família, tal como já disse, também influencia o sucesso, bem como o contexto envolvente, estereótipos. Acima de tudo... a falta de oportunidades.” (ENTtéc5)

Ao longo das entrevistas, um dos técnicos partilhou a sua opinião acerca das medidas de internamento, referindo que:

“Atualmente, há uma preocupação em mandar os jovens cada vez mais novos, uma intervenção mais precoce... acho muito bem, muitas vezes chegavam lá com 18 anos, o que não fazia sentido nenhum, outros que já eram pais, outros que já tinham conseguido emprego, mas depois iam cumprir medida educativa porque o tribunal não era ágil para ele a cumprir antes (...)” (ENTtéc3)

De salientar que muitos dos jovens estão no Centro e têm 18 anos, “porque cometeram atos qualificados de crime antes dos 16 anos, idade a partir da qual podem ser responsabilizados criminalmente. Alguns são mais velhos, cumprindo a medida já depois dos 18 anos, mas igualmente por factos ocorridos antes dos 16 anos.” (Crianças a torto e a direitos,2016). O que fui constatando ao longo do meu estágio é que os jovens cada vez entram mais cedo para cumprir a sua medida. Mesmo que as medidas ainda não estejam totalmente definidas, os jovens já se encontram no Centro. A maior parte dos jovens a cumprir medida tem entre os 14 e os 16 anos, o que mostra que há uma preocupação em medidas serem cumpridas mais cedo. Ao longo do meu estágio e até mesmo no fim, entraram jovens novos e, mais uma vez, isso foi comprovado, sendo que têm entre 14,16 anos.

Um dos motivos que acaba por justificar o insucesso ou sucesso de algumas medidas são os fatores individuais. Esses fatores influenciam a adesão dos jovens à sua medida de internamento. Os técnicos superiores referem que:

“O que acontece, no caso dos jovens ainda no Centro, é que, por vezes, o próprio jovem não adere à intervenção e isso dificulta todo o trabalho. Isso acontece por vários motivos. Têm crenças muito fortes, falta de maturidade, ainda são muito influenciáveis” (ENTtéc5).

“Temos que perceber que alguns, seja aqui, na prisão, não se consegue fazer alterações por mais que se queira” (ENTtéc1).

“Muitas vezes tu tens uma família dita “normal”, estruturada, em que não há qualquer referência a nível de delinquência, violência ou outros... e a família acaba por não dar conta do percurso do jovem quando ele sai. Há jovens muito complicados e, muitas vezes, não é a mãe ou o pai a ter esse poder de o tentar controlar” (ENTtéc4).

A minha experiência permitiu-me ter contacto com os jovens e, conseqüentemente, conhecer algumas das suas histórias. Consegui perceber, e tal como é referido na literatura, que dos maiores fatores de risco é o seio familiar. Muitos dos jovens são oriundos de famílias com problemas ligados à violência e que têm problemas com a justiça, o que acaba por limitar

a intervenção do Centro Educativo, uma vez que quando o jovem sai volta para o seu contexto natural. É na família que são transmitidos os primeiros valores, onde construímos a nossa personalidade e tende-se a seguir os exemplos que são dados. É a família que influencia a forma como nos relacionamos com outros. A família “é o primeiro espaço de convivência do ser humano. Referência fundamental para qualquer criança, é na família que, independente de sua configuração, se aprende e incorpora valores éticos, e onde são vivenciadas experiências afetivas, representações, juízos e expectativas (...). As crianças adquirem muitos dos padrões de comportamento de seus pais, como atitudes e valores, através dos processos de imitação e identificação.” (psiconline,2015)

“Há famílias que conseguem ser um suporte, que é importante para o êxito, e outras que não têm tanta capacidade e aqui as coisas estão mais limitadas” (ENTtéc1).

“Quando o jovem sai e volta à vida que tinha e as suas estruturas familiares são as mesmas, é complicado alguma coisa ser alterada” (ENTtéc5).

Esta questão da falta de apoio familiar foi o que me fez refletir, pela primeira vez, sobre a reintegração social do jovem e da importância do apoio familiar. O que está escrito nesta nota de terreno diz respeito a um jovem que tinha sido “abandonado” pela sua família, no momento do internamento:

“A família diz que não o abandona, mas a verdade é que não tem visitas e o técnico acredita que quando ele sair vai estar sozinho, já o tendo aconselhado a ficar por aqui e começar uma nova vida, no entanto o jovem refere que quer ir para a beira da família (...) Ao ouvir esta história senti-me tão pequenina, como pessoa e profissional. Pela primeira vez desde que estou lá, senti pena de um deles. É um jovem que está sozinho. Que vai ter um processo de reintegração tão difícil. O processo em si já não é fácil, mas para este jovem terá o dobro da dificuldade. Pela primeira vez, senti que ia ser muito complicado, para não dizer quase impossível um jovem ter sucesso da sua intervenção. Como consegue um jovem, frágil de si, lidar com todas as questões vai ter que enfrentar? Lidar com a rejeição? Isto porque este jovem continua a acreditar que tem a família do seu lado. Como será este choque com a realidade?” (Nota de terreno 1.9, 10 de novembro de 2017)

Quando o suporte familiar é inexistente ou quase, os jovens procuram mais apoio no seu grupo de pares, acabando, muitas vezes, por se deixar influenciar e iniciar a prática de atos ilícitos para serem aceites no seu grupo. É no início da adolescência que os grupos adquirem

uma importância especial na vida dos indivíduos. O grupo, tal como a família, é considerado um meio para ajudar o indivíduo a definir a sua identidade, interesses e personalidade, ajudando na criação de um suporte emocional (Casaca, 2009). A influência do grupo de pares, indicada pela literatura, está em conformidade com o que é dito por técnicos e jovens, que assumem ser uma dificuldade deixar o seu grupo de pares:

“O principal para mim é continuar a lutar com as más companhias” (ENTjovem7).

“As companhias vão ser um desafio” (ENTjovem10).

Muitas vezes estes jovens são abandonados e depois é uma sorte com os amigos que fazem. Se tiver a sorte de ter um bom grupo, as coisas correm pelo melhor, se tiverem o azar de se juntar a outros... é uma sorte” (ENTtéc4).

Aliado a isto, surge a escola. A escola é também, para além da família, onde os jovens iniciam o seu processo de socialização. Contudo, quando este processo não ocorre com normalidade, poderá haver um início ou reforço de comportamentos desviantes, uma vez que não se sentem compreendidos e integrados.

O absentismo escolar e o fraco desempenho escolar fazem com que os jovens não consigam criar uma relação com a escola e que, por isso, não vejam a escola como importante para o seu futuro. Alguns dos jovens internados no Centro Educativo têm baixa escolaridade para a sua idade e elevadas taxas de reprovação:

“Só não gosto dos professores. Não gosto de nenhum professor.” (ENTjov4)

“Lá fora nós fazemos pouco deles [professores]” (ENTjov9)

“Acabam por não criar nem uma relação com a escola, nem com ninguém” (ENTtéc5)

Na hora de preparar a reintegração social do jovem, a escola assume um importante papel; no entanto, também pode emergir como um fator de risco que pode ditar o insucesso da medida do jovem:

“Claro que sim [influencia os jovens serem rejeitados pelas escolas]. Sente que está rotulado e não vai para o meio dito “normal”, tem que ir para um meio especializado para seguir o seu percurso educacional. As escolas não estão preparadas para este tipo de miúdos” (ENTtéc4).

“É um pouco como já disse. A falta de apoio por parte das escolas, por exemplo. É muito complicado arranjar escolas que aceitem estes jovens. Passam a batata de uma para a outra e não nos dão respostas, em muitos casos. É muito complicado os jovens conseguirem uma escola. Muitos deles são obrigados a ficar com o 6º ano” (ENTtéc5).

Fatores de proteção da transgressão:

A literatura identifica também fatores que podem ajudar o jovem a abandonar a atividade criminal, fazendo com que as medidas tutelares dos jovens tenham sucesso. Fernandes, 2013, identifica como fatores de proteção características individuais (e.g competências sociais, tal como, a resolução de problemas, o autocontrolo e capacidades de comunicação e possuir comportamentos e atitudes pró-sociais); a família (e.g práticas educativas consistentes e uma boa relação familiar); grupo de pares (e.g vinculação a pares convencionais e boas relações sociais); a escola (e.g boa relação com a escola e boa relação com os professores) e o contexto envolvente.

Destaco, essencialmente, dois fatores de proteção, apesar da literatura dar uma lista mais extensa: a escola e a família. Apesar de serem fatores que também são considerados como fatores de risco, a verdade é que no cessar da medida de internamento a situação se inverte e estes fatores são vistos como um apoio que pode ajudar os jovens a serem bem sucedidos. Ao longo do internamento é muito importante que os jovens criem uma relação com a escola, que até então não tinham. Também o apoio, visitas e compreensão da família se mostra muito importante durante o internamento.

“Eu acho que a escola se consegue recuperar sempre, quer se queira quer não, porque se tem muitos anos para estudar, depois o trabalho... temos que entrar no mundo e competir com jovens que, se calhar, estão mais preparados que nós, e tudo isto não é um percurso fácil. Associado às famílias, há famílias que conseguem ser um suporte, que é importante para o êxito” (ENTtéc1).

“Eu tenho como opinião que um jovem que consiga integrar-se na escola, mais dificilmente irá integrar-se no antigo grupo de pares, porque passa a estar ocupado, passa a fazer um investimento. Aliado a isso, se tiver um contexto de vida estável, no sentido que depois tem um suporte, um suporte emocional estável, é facilitador da mudança” (ENTtéc2).

O reconhecimento da importância da escola é uma das coisas principais a ser feitas ao longo da medida de internamento. Reconhecendo a importância da escola, os jovens estão a reconhecer que precisam dela para alcançar os seus objetivos. Para além disso, é também fundamental inculcar neles o espírito de competitividade. Muitos dos jovens não apresentavam espírito competitivo neste aspeto, contudo, em alguns casos já era possível perceber que reconheciam a importância da escola no seu futuro:

“Eu quero integrar-me no dia a dia, no dia, com as pessoas e voltar para a escola, tirar, pelo menos, o 9º ano” (ENTjovem2).

“Quero tirar o 12º ano e arranjar um trabalho” (ENTjovem5).

“Acabar o 12º ano e arranjar trabalho e outras coisas” (ENTjovem7).

Em relação à família, é um fator de proteção mais apontado pelos técnicos superiores. Apesar dos jovens não assumirem isso como um fator de proteção, a verdade é que todos admitem que é no seio familiar que vão procurar apoio:

“se tem em casa uma plataforma familiar resistente, até pode nem ser o ambiente mais saudável, mas tem pai, tem mãe, tem um telhado em que pode habitar quando sair. Eu acredito que o técnico que o acompanha, se conseguir fazer uma mediação, depois do jovem ter essa plataforma consegue fazer alguma coisa” (ENTtéc3).

“Será a minha família” (ENTjovem2).

“Nos meus amigos, família, os mais próximos” (ENTjovem3).

“E se um dia for preciso, o meu apoio será a minha família” (ENTjovem7).

“Algumas pessoas. A minha família, essencialmente. Amigos não. Os meus amigos são os que me vêm visitar, que é só uma amiga minha” (ENTjovem8).

“A minha família, o meu pai, a minha mãe, os meus irmãos” (ENTjovem9).

Casos de sucesso VS casos de insucesso: fatores que influenciam a reintegração social dos jovens:

O trabalho desenvolvido por técnicos superiores e professores tem por objetivo a reintegração social do jovem. Os casos bem sucedidos têm em comum a existência de algumas alterações ou reduções de condicionantes que já existiam antes do seu internamento. Um caso bem sucedido, é bem sucedido também por aquilo que o jovem consegue conquistar. É dada uma grande importância, por parte dos técnicos, às conquistas laborais/educativas do jovem, como conseguir um emprego ou terminar a escolaridade.

“Tivemos e temos casos de sucesso, jovens que estão completamente equilibrados, são cidadãos normais, fazem a sua vida normal, trabalham, não têm problemas com a justiça, ou seja, deixou de haver uma reincidência e vão continuar a fazer a sua vida, como qualquer cidadão faz, sem ter problemas com a justiça” (ENTtéc1).

“Um dos técnicos refere que um jovem para ter uma medida bem-sucedida deve aceitar que vem de uma trajetória desviante que o leva situações cada vez mais degradantes e que a partir daí começa a refletir e a querer inverter essa trajetória e a querer... prontificar-se a construir connosco o seu caminho, com a família, a comunidade o seu projeto de vida.” (ENTtéc2)

“Depois haver uma orientação vocacional, aquilo que é um investimento destes jovens numa escola, numa formação, numa profissão... Haver um investimento efetivo por parte do jovem, um investimento gratificante, que exigiu tempo” (ENTtéc2).

No entanto, também o facto de ter uma boa estrutura familiar, um bom grupo de pares e uma forte estrutura emocional contribuem para o sucesso. As características individuais do jovem são muito importantes, nomeadamente a sua predisposição para aceitar a medida e a tentativa de mudar os seus trajetos de vida.

“Aquela pessoa para ter sucesso, tem que aderir a um projeto de vida diferente, tem que haver uma transformação. Essa transformação vai desde a pessoa aceitar a medida, convencer-se que tem uma medida e que a pode transformar em algo positivo para si, vai desde começar a ver benefícios comportamentais, ver diferenças comportamentais... começar a adquirir competências e, eventualmente, começar-se a ver de outra forma (...) Eu diria que vai desde... começa na entrada no

centro e quando o jovem percebe que vem de uma trajetória desviante e que essa trajetória que o leva situações cada vez mais degradantes e que a partir daí começa a refletir e a querer inverter essa trajetória” (ENTtéc2).

“O facto de as medidas serem bem-sucedidas está relacionado com o perfil dos jovens e com a intervenção e com a relação de ambas as coisas, porque se os jovens não quiserem...” (ENTtéc1).

Porém, tal como é constatado em diversos estudos, a taxa de reincidência é muito elevada e isso deve-se ao facto de existirem grupos de jovens que, devido também às suas crenças e contextos envolventes, não aderem à intervenção, fazendo que voltem ao mundo do crime quando cessa a medida e voltam ao seu contexto de origem:

“Se falasse num perfil de há uns anos atrás, muitos dos jovens dificilmente teriam uma alteração no seu percurso, uma vez que o seu suporte após a sua saída do centro não seria, mesmo levando algum suporte, não teria da parte deles, pela forma como se integravam, pela sua vivência, alterações da parte deles. Poderia acontecer com alguns... Mas isso eram casos muito difíceis do ponto de vista de reinserção, aliás eram jovens cujos irmãos já tinham tido problemas com a justiça, eram jovens que, através da família, já tinham contacto com a justiça, problemas graves e, por isso, a capacidade e disponibilidade para mudar não era muito fácil. Nesses casos, de certeza que não haveria sucesso na intervenção. Temos que perceber que alguns, seja aqui, na prisão, não se consegue fazer alterações por mais que se queira” (ENTtéc1).

“Os casos de insucesso... podem, em termos de processo, mais uma vez, podem começar com jovens que não conseguem fazer um percurso dentro de portas, no sentido de aderir à medida e querer inverter a trajetória. Eu diria que um jovem que não consiga reunir, fora de portas... um jovem que não consiga antecipar, tipo “Se eu mudar, eu quando sair vou ter a ajuda de...”, se não conseguir antecipar este apoio, penso que o investimento numa mudança se torna muito mais difícil. Eu acho que tem que haver aqui a perceção de um apoio fora de portas. Outra possibilidade é o próprio ver-se a si próprio como esse apoio. Um projeto de autonomia” (ENTtéc2).

“Isso acontece [insucesso da medida] por vários motivos. Têm crenças muito fortes, falta de maturidade, ainda são muito influenciáveis.” (ENTtéc5)

Perspetivas dos jovens sobre a Intervenção do Centro Educativo:

Quando optei por realizar entrevistas a minha ideia principal era ouvir os jovens, nomeadamente a sua perceção sobre o Centro Educativo. Mas eu não queria quantificar esses dados. Queria antes qualificá-los. Mais do que ouvir a opinião dos jovens, era saber os motivos para pensarem aquilo. As opiniões dividem-se. Algo que já tinha entendido ao longo do meu estágio. Enquanto que para alguns jovens o centro é sinónimo de

“Aprendizagem e crescimento, sem dúvida.” (ENTjovem10)

“Entrevistador: Então as palavras podem ser útil, crescimento, aprendizagem? Entrevistado: sim, acho que essas são boas.” (ENTJovem1)

“Entrevistador: Tens aprendido alguma coisa ao longo do teu internamento? Entrevistado: sim, considero até que seja útil. Entrevistador: E, por exemplo, consideras que o centro é tipo uma aprendizagem e crescimento? Entrevistado: sim.” (ENTjovem4)

Não faço a mínima ideia. Sei que é rigoroso, não é? Temos que cumprir isso. Mas é bom, porque saímos daqui com mais cabecinha” (ENTjovem5).

Para outros jovens, o Centro Educativo é:

“privação de liberdade, perder tudo que temos lá fora e saudade” (ENTjovem3).

“Eu diria fácil, pacífico e passatempo (...) isto apenas são umas férias.” (ENTjovem7)

“Merda, porcaria (...) Porque estou privado da liberdade, ninguém gosta de estar aqui.” (ENTjovem9). Contudo, este mesmo jovem assume que “Tem, claro que tem, [ajudado] na escola. Se estivesse lá fora não havia escola” (ENTjovem9).

Ao longo do meu estágio e da minha observação dos programas percebi que muitos dos jovens internados não aceitavam a sua medida. Não que recusassem a medida em si, na verdade até se esforçavam para passar de fase e conseguir regalias, mas a intervenção propriamente dita não surtia efeito, apesar de toda a dedicação. Veja-se o exemplo de um jovem que iria sair do centro umas semanas depois de ter este discurso:

“Ouvi um jovem prestes a sair do centro dizer que a educação é só para enganar o tribunal, que não tenciona voltar à escola e que quando chegar lá fora vai fumar “ganza”. Acho que esta informação, por muito simplista que seja, diz muita coisa” (Nota de terreno 1.4,23 de outubro de 2017).

Por sua vez, também havia jovens que, mesmo que em diversas situações não o transmitissem, reconheciam a importância do centro. É exemplo disso um jovem que, quando entrei no Centro não me cumprimentava, não falava, era agressivo e ao longo da medida, que tive a oportunidade de acompanhar mudou a sua atitude e reconheceu a importância de técnicos e do próprio centro:

“Referiu que o Centro Educativo o ajudou, bem como os programas, principalmente a expor-se mais, a controlar-se mais, a criar relações de proximidade com os outros. Mostrou ainda uma relação de proximidade com os seus colegas, uma vez que partilharam muitas experiências juntos, bem como ao trabalho por nós realizado.” (Nota de terreno 1.58, 7 de maio de 2018)

Perspetivas dos jovens e professores da escola do Centro:

Um dos temas principais desta investigação é, sem dúvida, saber qual o papel da educação na intervenção do jovem, bem como na sua reintegração social. Para isso tornou-se importante também ouvir a perspetiva dos professores. No entanto, acabou por se revelar complexo porque existe uma espécie de separação entre a escola e o Centro:

“Esta questão da escola, mostra-me a importância e a urgência de alguma coisa ser feita a nível do ensino. É importante a própria escola do centro educativo sofrer uma “intervenção”, sendo que isso passa também pelos próprios professores. Por exemplo, ao longo das entrevistas que realizei, os professores mostraram muito pouca receptividade. Acabam por se “fechar” no seu mundo e deixam o resto do centro à margem, sendo isso confirmado por um técnico superior. Acabam por existir dois mundos paralelos: o centro e a escola. Outra questão é mesmo a formação. Ao longo das entrevistas foi-me possível perceber que a questão da experiência conta muito para as docentes; contudo, e tendo em conta o que eu observei, a questão das formações também ganha muita importância. Formações são muito importantes, até porque poderiam alargar o leque de técnicas que estas professoras têm. Perceber que puxar pelos alunos não é dar-lhes fichas, mas sim adotar técnicas mais dinâmicas, que lhes consigam captar a atenção” (Nota de terreno 1.52, de abril de 2018)

No decorrer do meu estágio não trabalhei de perto com os professores, pelo que o meu primeiro contacto foi para realizar as entrevistas. Consegui desde logo perceber que havia muita resistência e que iria ser um desafio conseguir algumas informações. Nesta seção irei dedicar-me às perceções dos jovens sobre a escola do Centro, bem como às diferenças identificadas entre a escola no Centro e do exterior, por jovens e professores. Os jovens caracterizam a escola como:

“passagem de ano, fácil, passa-se de ano rápido e não é muito rigorosa.” (ENTjov3)

“Muito fácil, útil... está bem como está... Só não gosto dos professores. Não gosto de nenhum professor.” (ENTjov4)

“Oh, a escola aqui é boa, é fixe. Entrevistador: os professores puxam por vocês? Entrevistado: Sim. Entrevistador: E gostas disso? Gostas de sentir que os professores te puxam? Entrevistado: sim, isso sim, é bom sentir isso.” (ENTjovem5)

“Boa, fácil e rápida.” (ENTjov7)

“Mais fácil, melhor e os professores não são chatos.” (ENTjov9)

Durante o meu estágio ouvi várias opiniões dos jovens sobre a escola, professores e foi a partir daí que comecei a criar a minha ideia do que seria a escola do Centro. Na grande maioria, sempre que ouvia os jovens a falar da escola era a fazer queixa. Veja-se os dois exemplos seguintes:

“Por coincidência, um dos jovens pediu, para falar com o doutor Eduardo justamente sobre a escola. Entrou no gabinete referindo que anda a ser expulso das aulas injustamente. O jovem referiu que a professora o expulsa da sala sem ele fazer nada. Quando questionado se não faz realmente nada, o jovem referiu que apenas se ri/ brinca para o lado, mas que há quem faça pior e nada lhes acontece e que, por isso, é injusto” (Nota de terreno1.54, 23 de abril de 2018).

“Antes da sessão iniciar, os educandos aproveitaram o momento para fazer queixa de alguns professores, nomeadamente da professora de Inglês (já não é a primeira vez que ouço fazerem queixa desta professora). A opinião era unânime em relação à docente” (Nota de terreno 23 de outubro de 2017).

Apesar de, com estas partilhas dos jovens, me ser passada a ideia de que a escola do Centro, tem muitos aspetos para melhorar, pelo menos pela perspetiva dos jovens, a verdade é

que não há apenas uma responsabilização da escola. Em muitos casos os jovens por vezes faziam queixas da escola porque esperavam muita coisa do Centro e não davam nada em troca. Ou seja, queriam receber regalias sem haver, propriamente, um esforço.

“Trata-se de um jovem que está na fase 3, tem regime aberto e não parece estar a corresponder às expectativas, uma vez que está a receber mais do centro do que aquilo que dá, o que acaba por ficar mal ou acaba por o prejudicar, uma vez que perde certos privilégios (...). De uma forma geral acho que os jovens exigem muito ao centro, nomeadamente regalias, e dão muito pouco. Por vezes dão pouca dedicação, não revelam interesse, bom comportamento e tendem a culpabilizar os outros (caso da escola). Sempre que ouço queixas em relação à escola, não ouço do género: a culpa foi minha, portei-me mal, a professora tem razão. Não! A única coisa com que argumentam é que a professora é injusta, que se portam muito bem, ou então que só tinham feito asneiras mesmo naquela vez.... Não aprendem a responsabilizarem-se pelos seus atos.” (Nota de terreno 1.54, 23 de abril de 2018).

Também a questão da facilidade da escola é muito pertinente, uma vez que isso era algo que os próprios técnicos referiam, aliás transmitiam isso aos jovens. Apesar da educação ser vista como um fator de proteção, muitas vezes senti que não era devidamente valorizada, mas sim algo que lhes era imposto. Não havia a tentativa de aproximar os jovens à escola. Veja-se que:

“A meio da conversa, o doutor [Eduardo] referiu ainda que é muito fácil tirar boas notas na escola do centro Educativo. O jovem aproveitou a deixa e disse que não era assim tão fácil. O técnico argumentou dizendo que não se referia a isso, mas sim ao comportamento em si. Exemplificou referindo que nesta escola basta estar sentado, mostrar que se está atento e tem-se boa nota. Não é preciso estar a mostrar muito trabalho ou que está a trabalhar muito. Na verdade, basta não incomodar. Em relação àquilo que o técnico disse ao jovem da escola, não me admira. É das coisas que mais tenho ouvido desde que lá estou no Centro. Basicamente, estamos perante uma escola que apenas legitima a passividade dos jovens e não permite que existam mudanças nisso, uma vez que os professores não estão recetivos (Nota de terreno 1.54, 23 de abril de 2018).

A reinserção Social do Jovem: desde o papel do Centro e da escola ao papel da Direção Geral de Serviços Prisionais:

A saída do jovem é preparada, muitas vezes, logo no início do cumprimento da medida. A preparação da saída é muito importante para o sucesso da reintegração social do

jovem. Um dos principais desafios desta preparação é mesmo conseguir encontrar uma ocupação para o jovem, seja uma ocupação educativa ou laboral. O encaminhamento é feito pelos técnicos superiores e baseia-se na criação de contactos com a sociedade, de forma a que estes jovens sejam acolhidos e apoiados:

“Penso que o jovem entra ali, tem que cumprir a medida que lhe é aplicada pelo tribunal e quando sai? Tudo bem que é encaminhado para uma escola, mas será suficiente?” (ENTtéc4)

Mas nem sempre este esforço é facilitado e o processo de encaminhamento não é simples. Muitas vezes estes jovens não são bem recebidos, nomeadamente pelas escolas, mesmo sendo públicas, alegando que não têm vagas. O mesmo acontece com o mercado de trabalho. Porém, tendo em conta que muitos dos jovens quando saem não têm idade para trabalhar, os encaminhamentos são, na sua maioria, feitos para a escola:

“Sente que está rotulado e não vai para o meio dito “normal”, tem que ir para um meio especializado para seguir o seu percurso educacional. As escolas não estão preparadas para este tipo de miúdos” (ENTtéc4).

Quando realizei as entrevistas quis perceber a visão dos jovens sobre a forma como o centro e a escola os preparam para a sua saída, porque ao longo do meu estágio, apesar de ouvir algumas opiniões, nunca foi sobre isto propriamente dito. Tornou-se, assim, fundamental trabalhar essa questão na minha investigação, uma vez que eles são os atores principais dessa ação. Os jovens assumem que o Centro os ajuda a prepararem-se para a vida exterior, mas que, por vezes, sentem a sua ação poderia ser melhorada:

“Respeitando as pessoas...” (ENTjov1).

“o centro ajuda-me a ser mais controlado e mais ponderado, a saber comportar-me” (ENTjov2).

“Em algumas coisas prepara bem, noutras prepara mal. As consultas, os programas ajudam-me a ponderar o comportamento, ser mais calmo. Em algumas coisas prepara mal, porque há coisas que são injustas, tipo haver tanta privação. Às vezes também não somos muito ouvidos e gostávamos de ser mais. Às vezes queremos mais oportunidades” (ENTjovem3).

“Vão-me arranjar uma escola, vou fazer os meus estudos e podem arranjar um cursozinho para arranjar alguma coisa. Saímos daqui fixes” (ENTjovem5).

“Tem-me preparado bem. Dantes não me controlava, agora sim. Quando cheguei aqui... (ENTjovem9).

Apenas um jovem referiu que o Centro não o auxiliou e que os comportamentos que apresentava lá dentro se deviam ao facto de estar a cumprir medida:

“Não, o centro não me tem ajudado. Entrevistador: Não? Não sentes que estás mais controlado, por exemplo? ... Entrevistado: oh, estou controlado, porque estou aqui dentro. Lá fora vai ser tudo igual”
(ENTjovem6).

A ação da escola numa preparação para a saída acaba por não ser tão unânime, contudo a grande maioria dos jovens reconhece essa ajuda e a importância da educação na sua reintegração social:

“Preparam a nível de comportamento. Se lá fora for para a escola sei como me devo comportar. Também ajudam a saber estar com as pessoas. E aqui fazemos tudo mais rápido, acabamos rápido a escola. As formações ajudam porque saímos com uma profissão” (ENTjovem3).

“A escola tem-me ajudado a perceber que tenho que estar com uma boa postura e antes, lá fora, não estava muito atento às aulas, agora já estou. Gosto de aprender coisas novas e tudo” (ENTjov5).

“Tem-me ajudado a aprender, fazer coisas que lá fora nunca quis fazer e faço tudo muito mais rápido. Os programas educativos também são bons, porque nos ensinam a colocar em prática algumas competências e que falemos de algumas coisas” (ENTjovem8).

Por sua vez, dois dos jovens assumem que:

“A escola não me tem ajudado” (ENTjov1).

“A escola do centro não me ajudou em nada, não me ajudou a me saber comportar, por exemplo (...). A escola é mais teoria e eu perco a atenção” (ENTjovem4).

O papel da Direção Geral de Reinserção e dos Serviços Prisionais após a cessar da medida do jovem também foi desde logo uma área de interesse neste estudo. Ou, melhor dizendo, a perceção que os técnicos superiores têm desse papel da Direção Geral. Dados referem que, dois anos após a saída de centros educativos, 31% dos jovens reincidem. Estes dados foram divulgados pela Direção de Serviços de Justiça Juvenil, que traçou o percurso de 191 jovens. (Ordem dos advogados, 6 de março de 2018). Muitos dos técnicos afirmam, em relação à ação da Direção Geral, que:

“Não, só há apoio se continuarem as medidas e poderá haver algum apoio, após cessar a medida, após cessar a intervenção da direção geral, se o jovem assim o pedir. Suporte haverá sempre, agora não podemos exigir que haja uma intervenção, por isso aí já não nos compete a nós” (ENTtéc1).

“As medidas tutelares educativas são medidas impostas pelo tribunal e como tal a nossa intervenção termina quando termina a medida. Ou seja, nós pautamo-nos pelo princípio da intervenção mínima e este princípio diz que as pessoas não devem ser intervencionadas pelo tribunal quando não existe essa necessidade ou quando termina a medida e, portanto, o desejo que... nós por exemplo aqui no centro continuamos a manter a ligação, com autorização das pessoas. Mas não existe uma intervenção formal” (ENTtéc2).

“No entanto, cabe às equipas de terreno, que não têm técnicos superiores suficientes, os ajudar. Mas, muitas vezes, esse apoio não chega e os jovens ficam um bocadinho ao “abandono”, mas também é preciso que eles queiram. Se eles, de facto, tiverem vontade de ir às equipas, pedir ajuda, as equipas estarão prontas para os ajudar. Não temos é uma equipa de terreno capaz de permanentemente estar em contacto com os jovens, para saber se ele está bem ou mal. Se ele não for lá ao espaço, gabinete da equipa, perde-se o rasto, a menos que o jovem reincida. O sistema melhorou muito, houve grandes mudanças, falta é um empurrãozinho” (ENTtéc3).

O que é constatado é que não há um abandono total por parte da Direção Geral, contudo as estruturas de continuidade habilitadas para esse acompanhamento não estão em funcionamento ou, pelo menos, no funcionamento pleno. A falta de apoio também é algo que depende da medida de internamento atribuída, uma vez que quando existe medida educativa, o jovem é acompanhado durante 6 meses após a sua saída. Foi ainda referido que, muitas vezes, esse apoio não acontece porque os jovens não procuram. Ou seja, não há uma inteira responsabilidade da Direção Geral, acaba por ser uma responsabilidade também dos jovens:

“Para isto funcionar em pleno o jovem cumpre a medida de internamento e, depois, como existem as equipas de reinserção havia de ser estipulado, pelo próprio tribunal, uma medida extra para ver se há reincidência ou não e ver de que forma o jovem se vai adaptar. Ou então, como se fala e está previsto na lei, as casas de... as unidades de saída, que até hoje, eu penso que a nível nacional não existe nenhuma, mas que está prevista na lei e aí sim, era uma preparação dos jovens para a sua saída para o exterior. Durante x tempo seria feita uma dita avaliação. Se o jovem estaria preparado para sair” (ENTtéc4).

“O que acontece é que se o jovem tiver um acompanhamento educativo (na sua medida) ainda é acompanhado durante algum tempo. Caso a sua medida não tenha acompanhamento educativo, o jovem, após cessar da medida, não tem qualquer acompanhamento. Considero que todos os jovens

deveriam ter acompanhamento de, pelo menos, 6 meses após a saída, mas devido à falta de técnicos é complicado. O que nós fazemos é ligar para as famílias passado um tempo, para ver o que é feito do jovem e como está a correr a sua reintegração, mas já não ajudamos. Recebemos, por vezes, também as famílias dos jovens após o cessar da medida, mas são exceções e passa mais por um aconselhamento do que propriamente uma ação” (ENTtéc5).

Capítulo VI- Discussão dos Resultados

Capítulo VI- Discussão dos Resultados:

Como já referi, este trabalho tinha como principal objetivo compreender a intervenção e as estratégias usadas no CE, durante e após o cumprimento da medida de internamento, bem como o papel da Educação da escola do Centro no processo de Reintegração. Enquanto isto e para compreender mais profundamente as intervenções, tornou-se pertinente conhecer os fatores que podem influenciar o sucesso da medida. Este capítulo irá então dedicar-se à discussão e reflexão desses mesmos dados recolhidos, não só através das entrevistas, mas também das notas de terreno escritas. Ainda antes de iniciar o meu estágio percebi que o início da vida do crime não era apenas “responsabilidade” do jovem, na verdade era o resultado da interação entre diversos fatores.

1. Fatores de Risco:

Para se delinear o tipo de intervenção a realizar com o jovem, é importante conhecer a vida dos jovens, nomeadamente as fragilidades da sua vida, fatores de risco, para se trabalhar nesses aspetos de forma mais aprofundada. Uma vez que os fatores de risco aumentam a possibilidade do jovem iniciar a prática de delitos, “(...) a chave para a prevenção da delinquência é foco nos fatores de risco. Ao fornecer intervenções precoces eficazes, estes jovens serão menos propensos a sucumbir aos riscos de acumulação que surgem na infância e adolescência. Os comportamentos desviantes variam de jovem para jovem, decorrendo da combinação de vários fatores de risco” (Domingues, 2015: 31). Isto revela, mais uma vez, a importância e a necessidade do próprio contexto do jovem ser incluído na sua intervenção. Por muito que uma intervenção pareça estar a resultar, o jovem quando sai é confrontado com a mesma realidade de sempre e isso pode torná-lo mais vulnerável. Tendo em conta os resultados apresentados no capítulo anterior, os fatores de risco mais identificados nestes jovens são a família, a escola e o grupo de pares, com uma maior ênfase no grupo de pares e escola. No entanto, apesar dos técnicos do Centro reconhecerem a enorme influência destes fatores no sucesso ou insucesso da reintegração social do jovem, a verdade é que não é algo que seja trabalhado formalmente nas intervenções. Ao longo destes nove meses de estágio foi-me possível ver que a intervenção é muito centrada no jovem, nomeadamente através da frequência de programas e atividades, sendo dado, assim, um maior relevo às características

individuais. Apesar disto, é importante reconhecer que há um esforço por parte do Centro para acompanhar as famílias, através de reuniões e sessões de terapia, em que muitas vezes o jovem está presente, para se abordarem questões que de outra maneira não seriam abordadas, de forma a quebrar barreiras formadas. Temos que estar ainda conscientes dos diversos constrangimentos que existem e que são difíceis de ultrapassar para se conseguir intervir em todos os fatores de vulnerabilidade, bem como criar uma articulação entre si. Uma das dificuldades é, muitas vezes, a resistência das próprias famílias. Uma das muitas justificações para isto é o facto de os projetos educativos serem criados através do que é dito na lei e na lei não diz nada, de forma formal, sobre a inclusão da família nos projetos educativos dos jovens. Ou seja, há sempre a tendência de justificar o que é feito através da lei. Considero assim importante que a própria lei assumisse a necessidade de adequar cada projeto educativo e cada medida às necessidades específicas do jovem. De uma maneira geral, apesar de haver uma Lei que rege todos os Centros, creio que cada CE devia possuir uma certa autonomia para criar as suas estratégias consoante as necessidades que fossem apresentadas, de forma a que lhes fossem dadas respostas.

2. Fatores de proteção:

O que torna certos fatores como fatores de proteção é o fato de não se apresentarem como uma fragilidade na vida do jovem, mas sim um apoio, daí haver a necessidade de envolver mais as famílias ao longo das intervenções. Deveria ser possível os CE darem mais apoio às famílias, mostrando que o seu apoio é muito importante para os jovens, principalmente aquando da sua saída. Ferreira (1997) afirma que a família atua como um travão contra as influências negativas que o jovem possa receber. A família proporciona aos jovens motivações e um funcionamento adequado do seio familiar ajuda a inibir impulsos desviantes, limitando a probabilidade de ocorrência de comportamentos delinquentes. Tendo em conta a dificuldade de trabalhar com o grupo de pares e as escolas do exterior, a intervenção com a família deveria ser ainda mais prioritária, uma vez que, segundo o mesmo autor, a diminuição da vinculação familiar é compensada, pelos jovens, através da procura de relações alternativas. Também a escola do Centro tem um papel ativo, principalmente para

mudar a visão que o jovem tem da escola e permitir que ganhe um maior leque de conhecimentos que o irmão ajudar quando sair e se inserir numa escola do exterior. Ainda que pareça ou até seja mesmo utópico, era importante reforçar a relação entre escola do Centro e o Centro, bem como criar um suporte para o jovem que envolvesse mais a família na intervenção, para o jovem se sentir mais confiante para romper laços com o seu grupo de pares, que o influencie negativamente e o impeça de atingir os seus objetivos.

3. A intervenção durante o internamento: perspetivas dos jovens:

A intervenção do Centro Educativo faz-se com recurso a programas, atividades, consultas terapêuticas, terapias que, no seu conjunto e, consoante as necessidades dos jovens, criam ou pretendem criar intervenções eficazes. Apesar de cada jovem ter uma intervenção individualizada, ele não participa, necessariamente, de forma ativa na escolha dos programas em que vai participar. O jovem é encaminhado pelo seu técnico superior, apesar de lhe ser possível desistir a qualquer momento. Ao longo do meu estágio consegui perceber que, pelo menos ao longo do internamento, existe uma diferença de postura entre jovens recém-chegados e jovens já internados há mais tempo.

Ao longo da minha observação participante sempre me foi transmitido, pelos jovens, que as suas noções sobre a intervenção do Centro e da Escola do Centro não seriam unânimes, não apenas pela sua postura, mas também por aquilo que eles iam dizendo nos programas, tutorias e entre si. Os jovens que mostravam arrependimento pelo que tinham feito, conseguiam reconhecer melhor o papel do Centro do que aqueles que não se tinham arrependido. Também alguns dos jovens que estavam no Centro há mais tempo tinham uma postura diferente e reconheciam que o lado mais rigoroso e privativo do CE era necessário, que tinha que ser assim. Também a aceitação da medida tem influência, na minha opinião. Alguns dos jovens tinham, apesar de reconhecer algum valor ao centro, dificuldade em alterar os seus comportamentos

“ Tem-me preparado bem. Dantes não me controlava, agora sim. Quando cheguei aqui...” (ENTjov9)

Chegando a afirmar que apenas mudavam as suas atitudes por estarem lá internados e terem consequências:

“Entrevistador: E não sentes que a escola te poderia ajudar?”

Entrevistado: Não. Eu não estou preparado para isso, eu insulto os professores. Só não insulto porque estou aqui dentro.” (ENTjov9)

Em relação à escola resume-se tudo à relação que os jovens já têm com o sistema educativo no exterior. Todos os jovens têm uma relação difícil com a escola, apresentado valores elevados de absentismo. Foi referido por uma TPRS que:

“(...) estes jovens têm muito má relação com a escola, quase todos vêm com problemas a nível de escola: absentismo escolar, muito mau relacionamento com os professores, processos disciplinares... acabo por dizer que a escola para eles é um rótulo de tormento e ali no CE muita gente espera que eles não reajam à escola... e reagem. Reagem na medida em que, muitos deles, nem sequer sabem estar numa sala de aula, o que é previsto estar numa sala de aulas. O relacionamento que deve ter com o professor, com os materiais escolares...” (ENTtéc4).

Acrescente-se a isto, e tal como foi indicado ao longo das entrevistas, que alguns dos jovens apresentam dificuldade em criar uma relação com os professores, bem como em estarem atentos às aulas. Ao longo do que fui vendo, consegui perceber que isso era algo que tinha que ser trabalhado com os jovens, mas que os próprios professores deveriam também eles ter mais formações para conseguirem ter um maior leque de técnicas, métodos, recursos, para utilizar para superar os desafios que fossem havendo no exercício das suas funções. A mesma TPRS afirma que:

“Por outro lado, acho que a escola não está adaptada a este universo do CE. A maior parte dos professores não estão preparados para trabalhar aqui, muitos deles não fazem ideia do que é trabalhar com jovens com problemas educativos... e penso que para trabalhar um professor no CE devia ter formações específicas. Não é um professor que vem da escola dita “normal” que deveria trabalhar num centro. Não digo que não sejam capazes, mas haviam de ter uma formação especial para trabalhar com este tipo de jovens” (ENTtéc4).

De uma forma muito homogénea, os jovens caracterizam a escola como fácil, rápida, mas também útil e aprendizagem. Fácil e rápida porque, tal como já referi, o que me foi transmitido é que não tem que haver um esforço muito grande por parte dos jovens. Uma

atitude passiva acaba por ser suficiente para lhes dar boas notas. Rápida, devido à sua organização: ao funcionar por módulos, permite que os jovens consigam mais rápido passar de ano. Creio que a palavra “aprendizagem” surge porque os jovens reconhecem que aprendem na escola. Isso é visível quando os jovens referem que aprenderam a ter um bom comportamento e uma boa postura na sala de aula, com a escola.

Contudo, estas últimas opiniões não são gerais. Enquanto que para alguns jovens até os próprios professores são diferentes dos do exterior e admitem terem criado uma relação com eles, outros jovens não reconhecem um papel à escola na sua reintegração nas escolas exteriores.

O que retiro em relação à escola é que, e como especialista em educação, precisa de uma maior atenção. Não considero positivo haver uma espécie de separação entre a escola e o próprio Centro. Deveria ainda ser possível, ou partir da iniciativa dos professores, o recurso a técnicas mais dinâmicas para utilizar na sala de aula. Pelo que fui percebendo, as aulas baseiam-se numa transmissão de conhecimentos. Estes jovens gostam de coisas dinâmicas, de *role-plays*. Deveriam existir formações para isto, para ajudar os professores, para lhes transmitir técnicas que permitissem melhores resultados. Por melhores resultados, não quero dizer apenas boas notas. Por melhores resultados, quero dizer permitir que os jovens criassem uma relação com a escola que os fizesse querer estudar quando saíssem. Muitos deles ficam com uma baixa escolaridade porque não têm uma relação com a escola e preferem trabalhar ou então não fazer nada. Caso esta relação fosse criada, os jovens poderiam ficar com uma maior escolaridade e com mais probabilidades de sucesso. Isto não é tão linear assim, mas também considero importante haver mais apoio individualizado e aulas de apoio. Apesar das turmas serem pequenas, como há mau comportamento, torna-se importante haver uma atenção mais singular a cada jovem, quanto mais não seja para lhe esclarecer dúvidas e torná-los mais confiantes para exporem as dúvidas na sala de aula perante os colegas, ao invés de ficarem com as dúvidas.

4. A reinserção social do jovem:

O objetivo claro das medidas de internamento é que o jovem, quando reintegra a sociedade, consiga alterar o seu comportamento. As medidas de internamento acabam por

criar uma ponte entre o jovem e a sua vida futura. Durante este tempo espera-se que o jovem adquira competências para conseguir ser bem sucedido. O que sempre me foi dito é que a saída do jovem começa logo a ser preparada quando o jovem entra, por se tratar de um processo que demora, não só porque há dificuldade em encontrar escolas e ocupações para os jovens, mas porque os próprios jovens mudam de opinião e de planos para o futuro muito rápido, e apresentam dificuldades em criar um projeto de vida, o que é natural nas suas idades. Mal o jovem entra, os técnicos tentam perceber os seus interesses, nomeadamente profissionais, não só para os inserir nas formações, mas também para delinear os locais onde podem criar contacto. Para além de um projeto profissional, tentam criar um projeto pessoal, seja através da família ou namorada. A reintegração social do jovem não é um processo fácil. Faltam oportunidades, nomeadamente oportunidades em continuar na escola, porque não são aceites, em alguns casos, e no mercado de trabalho, porque apresentam baixa escolaridade. Quando olhamos para os dados da reincidência, questionamo-nos onde poderá estar a maior fragilidade da intervenção. A maior fragilidade não está na intervenção em si, mas no que acontece depois disso, até porque muitos jovens reconhecem um papel positivo à escola e ao Centro, admitindo que, de uma forma ou outra, estes os preparam para o mundo exterior. O que acontece depois da medida é que se torna o problema. Daí a necessidade de uma maior ação por parte da Direção Geral. Os jovens saem do Centro rotulados e isso deve-se muitas vezes à separação entre comunidade e jovens internados, o que leva a uma criação de estereótipos que tem como consequência uma exclusão social, que no momento da reintegração e procura de emprego se pode tornar uma barreira, tal como nos é dito nas entrevistas. “O rótulo de delinquente produz situações de exclusão que complexificam o processo de reintegração” (Torres, 2009 in Rodrigues, 2016:58).

O que acontece é que, apesar de alguns dos jovens apresentarem melhorias durante o internamento, após a sua saída e devido a múltiplos fatores, voltam a cometer delitos - mesmo que não voltem a cumprir penas - e isso deve-se à falta de oportunidades. É dito numa entrevista que:

“Durante x tempo seria feita uma dita avaliação. Se o jovem estaria preparado para sair. O jovem vai a casa, frequenta a escola no exterior..., mas vem à retaguarda do técnico do centro onde está e vê se está a funcionar ou não. Como nós sabemos, quando o jovem sai tudo permanece igual porque não há qualquer intervenção na família, no meio onde o jovem está. E muitas vezes foi o meio a influenciá-lo a ter um percurso delinquente” (ENTjov4).

Isto comprova, mais uma vez, a necessidade de articular na intervenção todos os contextos que rodeiam o jovem. Mas qual o papel da Direção Geral de Reinserção Social? O que me foi apontado é que, apesar de não haver um total “abandono” do jovem após o cessar da medida, a verdade é que também não existem, formalmente, ações ou equipas para ajudar. Os únicos que poderão ter ajuda são os que têm medida de acompanhamento educativo. Muitos dos técnicos referem que as equipas de terreno seriam a solução, equipas próximas dos jovens, algo que está estipulado na lei, mas depois não é colocado em prática. O jovem, nos primeiros tempos, e até porque é nos primeiros tempos que o jovem vai ser confrontado com toda uma vida que deixou pendente, deveria ser vigiado, ter apoio de uma equipa próxima a quem pudesse recorrer quando se sentisse a ceder. Os jovens passam de um sítio fechado, onde estão sempre rodeados de pessoas, onde são vigiados e onde basicamente sabem que não podem falhar, onde aliás não têm muito por onde falhar porque não têm acesso a nada que os possa prejudicar, para um ambiente em que acabam por estar um pouco desprotegidos. Esse choque pode ser, em parte, responsável por uma reincidência, ou então por, pelo menos, um retrocesso nos primeiros tempos de liberdade.

Considerações finais

Considerações finais:

"Vivemos numa sociedade em que nos habituámos a aceitar certas coisas: a pobreza, a criminalidade, a delinquência juvenil. Quando digo aceitar, não digo que haja resignação perante estas fragilidades sociais - mas digo que acreditamos que todas elas hão de sempre existir, em maior ou menor grau." E continua: "É nesse sentido que a delinquência juvenil pode ser encarada como uma fatalidade. Creio que é necessário acreditar na efetiva erradicação da delinquência juvenil. É preciso trabalhar com objetivos máximos e não mínimos ou medianos" (EDUCARE, 2012).

Esta citação expressa, em parte, o comodismo que é sentido em relação à existência da delinquência juvenil. Comodismo no sentido de se achar que é algo que sempre vai ter que existir, ou seja, há uma normalização do fenómeno e a crença que faz parte da Natureza e, em alguns casos, não se pode alterar isso. Sempre quis desenvolver o meu estágio num CE por isto mesmo, para compreender melhor o fenómeno da delinquência juvenil. Para mim, tal como para outras pessoas, a delinquência juvenil tinha, e ainda tem, digamos que, segredos. E vai sempre ter, pela sua complexidade. Creio que – não queria dizer erro, mas se calhar é mesmo – o primeiro erro é assumir que a delinquência juvenil é um problema apenas do jovem. A delinquência juvenil é um problema social e, como tal, a sociedade deveria tentar compreender mais, ao invés de julgar.

Quando comecei a fazer pesquisa para o meu estágio e para a escrita deste relatório, vi que os dados revelavam, essencialmente, os valores da reincidência, mas não permitiam perceber como decorria a intervenção em si. Apesar dos decretos lei clarificarem acerca do papel de um Centro Educativo, não especificam a intervenção que é realizada. Assim sendo, comecei a delinear a minha ação. E a minha ação iria recair, então, sobre a intervenção. Mas sempre com a motivação que essa ação iria permitir que eu conseguisse perceber, através daqueles jovens, os motivos pelos quais muitos deles reincidem.

Os estudos que li focavam-se nos comportamentos e fatores subjacentes à delinquência, mas também subjacentes à reincidência. Faltava-me assim compreender essas razões, esses fatores, os fatores que me eram apresentados. Para isso tentei ligar a teoria à prática. Liguei os fatores de risco e de proteção identificados na literatura com os fatores de risco e proteção do terreno.

Outra questão que me suscitou curiosidade foi o facto de, na maior parte dos estudos que li, mesmo os que envolviam experiências de estágio em CE, não abordavam muito a questão da Educação. Talvez pela minha área de formação, também sempre quis perceber

qual o papel da educação, não só na intervenção, mas também na própria reintegração social. A educação era vista como um fator de risco, mas poderia também se assumir como fator de proteção quando o jovem sai? Tendo em conta que são jovens que têm, na sua maioria, que frequentar a escola, há uma preocupação em criar uma aproximação entre escola e jovem? Como funciona a escola do Centro? As medidas têm tempo limitado, como funciona a passagem de ano? Foram algumas das questões que me acompanharam para explorar esta questão. Tive a necessidade de explorar este tema para perceber os motivos pelos quais os jovens reincidem, para perceber a pertinência das intervenções, a valorização da escola. Tive a necessidade de explorar isto colocando sempre o jovem no centro do processo.

Ao longo do meu estágio dei conta que a intervenção, as dinâmicas, não funcionavam de forma tão linear como eu pensava e, então, comecei a perceber que, em alguns casos, pode ser mesmo a intervenção que falhe, ou que não ocorra totalmente como era esperado, levando a que o jovem possa reincidir. A acrescentar a isto temos ainda, em alguns casos, a falta de apoio familiar, o regresso ao grupo de pares desviante, a ausência de um projeto de vida e a falta de oportunidades. Quando o jovem sente que não confiam nele, e eu senti isso no meu estágio, ficam muito à defesa, no seu mundo e não arriscam, ficam pouco à vontade. A falta de oportunidades leva-os a voltar à vida antiga, ao grupo de pares que tinham, porque acabam por acreditar que não conseguem mais do que aquilo e que aqueles é que são o seu verdadeiro apoio e os únicos que confiam neles.

Limitações e pistas para futuras investigações:

Talvez 9 meses não tenham sido suficientes. Talvez precisasse de mais. Sinto que algumas questões não foram exploradas como desejaria. No entanto, sinto que explorei o que me foi permitido. As minhas principais limitações foram o facto de ser tratar de uma instituição fechada, que segue uma ação muito constante e muito semelhante todos os anos, sendo difícil sugerir coisas novas, mas também, e tal como já fui relatando ao longo deste relatório, o facto de ser rapariga. Sinto que, por ser rapariga, tive os meus movimentos dentro do Centro muito controlados. De salientar, e talvez em consequência disso, o facto de não ter visitado as Unidades do Centro e outras áreas envolventes. Ao longo dos 9 meses conheci a parte onde decorria a formação tecnológica, a área escolar, dos programas e a parte onde estavam os técnicos superiores, que era onde se localizava o gabinete do meu orientador local.

O facto de não ter acesso à parte superior da instituição fez com que sentisse que não consegui entender na totalidade as dinâmicas do Centro. Quando digo que os meus movimentos no Centro eram controlados, penso que mais do que o habitual, por ser rapariga, refiro-me ao facto de, por exemplo, quando os jovens estavam a descer as escadas para o espaço exterior, nós não as podíamos subir; quando os jovens estavam a passar no corredor, era evitado que nós [estagiárias] também estivéssemos sendo que optávamos por entrar para um gabinete quando isso acontecia. Recordo-me que, em alguns momentos em que os jovens estavam em intervalo, eu optava por não sair do gabinete. Eu própria comecei a controlar os meus movimentos porque me sentia limitada nesse aspeto.

Analisando o meu trabalho, penso que o meu principal objetivo neste Centro Educativo foi mostrar qual o papel das Ciências da Educação numa instituição deste tipo. Talvez por ser a primeira estagiária de Ciências da Educação, em algumas alturas senti que o meu papel nem sempre era reconhecido. Considero que o meu maior contributo foi a nível do desenvolvimento dos programas, porque sempre me mostrei disponível e acessível aos jovens, criando uma relação com eles, sendo isso visível ao longo da dinamização das intervenções. Para além disto, e também por se focar no papel da escola do/no CE, este trabalho pode contribuir para uma futura exploração, por parte dos profissionais das Ciências da Educação, da forma como está organizado o sistema educativo do CE e a forma como esta organização e o funcionamento das aulas podem influenciar no sucesso do cumprimento da medida.

Referências Bibliográficas

Referências Bibliográficas:

Anfitti, Vanessa (2011). DIME CON QUIEN ANDAS...influencia de grupos de pares en el comienzo de trayectorias delictivas. *X Jornadas de Investigación de la Facultad de Ciencias Sociales*, 11-22. Consultado em maio 14, 2018 de <http://cienciassociales.edu.uy/wp-content/uploads/2013/archivos/Anfitti.pdf>;

Amado, João (2013). *Manual de Investigação Qualitativa em Educação*. Consultado em fevereiro, 15, 2018 de https://www.essr.net/~jafundo/mestrado_material_itgjkhnld/Material%20Prof%20Ilidia/Manual%20de%20Investiga%C3%A7%C3%A3o%20Qualitativa%20em%20Educa%C3%A7%C3%A3o_1.pdf;

Azevedo, Tânia (2013). *Institucionalização e Lei Tutelar Educativa: As representações de jovens, profissionais e direção de um Centro Educativo*. Dissertação de Mestrado. Consultado em outubro 3, 2017 de <http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/28905/1/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20T%C3%A2nia.pdf>;

Azevedo, Tânia & Duarte, Vera (2014). *Intervenção em Centro Educativo: Discursos a partir de dentro*. Consultado em outubro 3, 2017 de <https://repositorio.ismai.pt/bitstream/10400.24/558/1/2014AzevedoDuarte.pdf>;

Casaca, Filipa (2009). *A Influência da Família, do Grupo de Pares e da Escola nos Comportamentos Desviantes*. Dissertação de Mestrado. Consultado em novembro 15, 2017 de <http://repositorio.ispa.pt/bitstream/10400.12/4450/1/13069.pdf>;

Castro, Miguel (2015). *Educar para o Direito em Centro Educativo E Transição para a Vida em Sociedade*. Dissertação de Mestrado. Consultado em novembro 15, 2017 <https://repositorio.ucp.pt/bitstream/10400.14/20447/1/Tese%20Miguel%20Castro.pdf>;

Charlot, Bernard (2006). A pesquisa educacional entre conhecimentos, políticas e práticas: especificidades e desafios de uma área de saber. *Revista Brasileira de Educação*, 11, 7-18. Consultado em fevereiro 15, 2018 de <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v11n31/a02v11n31.pdf>;

Cordeiro, Ana (2007). *É determinante ter alguém que acolha o jovem no exterior*. Jornal Público, 4 de Dezembro. Consultado em maio, 13, 2018 de <https://www.publico.pt/2017/12/04/sociedade/entrevista/determinante-para-o-jovem-e-ter-reconhecimento-da-sua-capacidade-de-nao-reincidir-1794538>;

Cordeiro, Ana (2016). *Perderam a liberdade antes do tempo para não perderem tudo*. Consultado em junho 15, 2018 de <https://criancasatortoeadireitos.wordpress.com/tag/centros-educativos/>;

Cunha, Cláudia (2014). *Fatores de risco e protetores da delinquência juvenil em jovens com medida tutelar educativa*. Dissertação de Mestrado. Consultado em outubro 17, 2017 de https://repositorio.ucp.pt/bitstream/10400.14/15170/1/Disserta%C3%A7%C3%A3o_Cl%C3%A1udia%20Cunha.pdf;

Dias, Marília (2012). *Fatores de Risco na Delinquência Juvenil: o grupo de pares, a impulsividade e o consumo de drogas*. Dissertação de Mestrado. Consultado em outubro 17, 2017 de <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/67771/2/30139.pdf>;

Domingues, Sara (2015). *As abordagens preventivas aos comportamentos desviantes; o caso de uma intervenção de base territorial*. Dissertação de Mestrado. Consultado em outubro 17, 2017 de <https://repositorio.ucp.pt/bitstream/10400.14/18069/1/Tese%20Final.pdf>;

Duarte, Juliana (2015). *A importância da Família no Desenvolvimento do Indivíduo*. Consultado em outubro 17, 2017 de <http://www.psiconline.com/2015/09/importancia-da-familia-no-desenvolvimento-do-individuo.html>;

Educare (2012). *A delinquência juvenil nem sempre é uma fatalidade*. Consultado em junho 15, 2018 de <https://www.educare.pt/noticias/noticia/ver/?id=14714&langid=1>;

Emerson, Robert et all (1995). *Writing Ethnographic Fieldnotes*. Chicago. The University of Chicago Press;

Espírito Santo, Ana Lúcia (2014). *Jovens e Comportamentos Delinquentes: “Ponte”- Programa de prevenção face à recidiva*. Dissertação de Mestrado. Consultado em outubro, 17, 2018 de

[http://recil.grupolusofona.pt/bitstream/handle/10437/6332/Tese%20da%20Yara Janeiro%20Final%20-%20TE%C3%93RICA%201.pdf?sequence=1](http://recil.grupolusofona.pt/bitstream/handle/10437/6332/Tese%20da%20Yara%20Janeiro%20Final%20-%20TE%C3%93RICA%201.pdf?sequence=1);

Fernandes, Bárbara (2013). *Fatores de Risco e Proteção em Jovens Portugueses a Cumprir Medidas Tutelares Educativas na Comunidade*. Dissertação de Mestrado. Consultado em outubro 17, 2018 de https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/6136/1/2013_Fernandes%2c%20B%C3%A1rbara%20Roza%20de%20Oliveira.pdf;

Fontes, Leonor (2014). *Medidas Tutelares Educativas- Uma Intervenção Penal Encoberta?*. Dissertação de Mestrado. Consultado em novembro 15, 2018 de <https://repositorio.ucp.pt/bitstream/10400.14/17653/1/Tese%20FINAL%20PDF.pdf>;

Ferreira, Pedro (1997). Delinquência juvenil», família e escola. *Análise Social*, XXXII (143),913-924. Consultado em janeiro 18, 2018 de <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1218793968M7uDQ9ah6Bb71JL6.pdf>;

Hollin, C. (2004). Aggression Replacement Training: The Cognitive-Behavioral Context. In A. P. Goldstein, R. Nensén, B. Daleflod & M. Kalt, *New Perspectives on Aggression Replacement Training: Practice, Research and Application* (pp. 3–19). Nova Iorque: John Wiley & Sons, Inc;

Iaralha, Laís (2015). *Fatores de risco subjacentes à delinquência juvenil*. Projeto de Graduação. Consultado em outubro 17, 2017 de https://bdigital.ufp.pt/bitstream/10284/4906/1/PG_La%C3%ADsIaralha.pdf;

Julião, Elionaldo (2010). Uma visão Socioeducativa da Educação como Programa de Reinserção Social na Política de Execução Penal. *Revista Brasileira de Educação*, 15, 529-596. Consultado em dezembro 15, 2017 de <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v15n45/10.pdf>;

Lipsey, Mark W; Howell, James C. (2012). A Broader View of Evidence-Based Programs Reveals More Options for State Juvenile Justice Systems. *American Society of Criminology. Criminology & Public Policy* (11) 3 515-523;

Loeber, Rolf (1988). Natural histories of conduct problems, delinquency and associated substance use: Evidence for developmental progressions. In B.B Lahey e A.E. Kazdin (Eds.), *Advances in clinical child psychology* (2). New York: Plenum Press;

Magalhães, Maria José (2001). Assédio sexual: um problema de direitos humanos das mulheres. In Sani, Ana, *Temas em vitimologia: Realidades Emergentes na Vitimização e Respostas sociais* (pp. 103-112). Porto: Almedina;

Manzini, E.J. (2004). Entrevista semi-estruturada: análise de objetivos e de roteiros. *Seminário Internacional sobre Pesquisa e Estudos Qualitativos*, 2, 1-10. Consultado em fevereiro 15, 2018 de https://www.marilia.unesp.br/Home/Instituicao/Docentes/EduardoManzini/Manzini_2004_entrevista_semi-estruturada.pdf;

Nardi, Fernanda & Aglio, Débora (2012). Adolescentes em Conflito com a Lei: Percepções sobre a família. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 28, 181-191. Consultado em outubro 17, 2017 de <http://www.scielo.br/pdf/ptp/v28n2/06.pdf>;

Negreiros, Jorge (2001). *Delinquências Juvenis: Trajetórias, Intervenções, Prevenção* Lisboa: Editorial Notícias;

Neves, Tiago (2008). Educação para o Direito e Mediação de Conflitos. *Educação, Sociedade & Culturas*, 27,73-88. Consultado em novembro 15, 2017 de https://www.fpce.up.pt/ciie/revistaesc/ESC27/27_tiago.pdf;

Neves, Tiago (2008). *Entre Educativo e Penitenciário. Etnografia de um centro de Internamento de menores delinquentes*. Porto: Edições Afrontamento

Nunes, Andreia (2014). *Delinquência Juvenil, Família e Internamento: as percepções de Jovens a cumprir medida tutelar em Centro Educativo*. Dissertação de Mestrado. Consultado em outubro 17, 2017 de <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/78593/2/34372.pdf>;

Nunes, Flávia (2012). *A Medida Tutelar de Internamento: Reflexões Críticas*. Tese de Mestrado. Consultado em outubro 17, 2017 de <https://repositorio.ucp.pt/bitstream/10400.14/9729/1/Tese%20de%20Mestrado.pdf>;

Ordem dos advogados (2018). *Dois anos após saída de centros educativos, 31% dos jovens reincidem*. Consultado em junho 15, 2018 de <https://portal.oa.pt/comunicacao/imprensa/2018/03/06/dois-anos-apos-saida-de-centros-educativos-31-dos-jovens-reincidem/>;

Pais, Marta (2011/2012). *Delinquência juvenil: Ausência de Vínculos e Adopção de Comportamentos Desviantes*. Monografia apresentada para a obtenção do Grau de Licenciado do Curso de Criminologia. Consultado em dezembro 10, 2017 de https://bdigital.ufp.pt/bitstream/10284/3362/3/T_21283.pdf;

Rocha, Matilde (2011). *Delinquência: A Importância da Intervenção Precoce em Alunos com Comportamentos Desajustados*. Dissertação de Mestrado. Consultado em março 20, 2018 de <https://repositorio.ucp.pt/bitstream/10400.14/9222/1/Matilde%20Susana%20Ribeiro%20da%20Rocha.pdf>;

Rodrigues, Sandra (2014). *Fatores de Risco da delinquência juvenil e a intervenção reeducadora: Um estudo num Centro Educativo*. Dissertação de Mestrado. Consultado em outubro 17, 2017 de <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/89367/2/170381.pdf>;

Severino, Ana Paula (2014). *O internamento em centro educativo e a internação em estabelecimento educacional: estudo comparativo entre as ordens jurídicas portuguesa e brasileira*. Dissertação de Mestrado. Consultado em outubro 18, 2017 de <http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/44544/1/Ana%20Paula%20Barbosa%20Severino.pdf>;

Unicef (s/d). A nossa missão. *Unicef*. Consultado em junho 5, 2018 de <https://www.unicef.pt/unicef/a-unicef/>;

Relatórios e Legislação:

Decreto lei nº323-D/2000;

Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo:

Lei Tutelar Educativa;

Relatório do Projeto Reincidências;

Relatório do Projeto Merlin;

Relatório Anual de Segurança Interna,2017;

Projeto Reincidências - Avaliação da reincidência dos jovens ofensores e prevenção da delinquência, 2014).

Anexos

Anexo I- Sessão do Treino de Competências para a Resolução de Problemas Sociais;

Sessão IV: “Ter uma conversa”

1 – • Como é que foi a vossa semana?

• Refresh do que foi dito na sessão III sobre como se deve iniciar uma conversa. Conseguiram colocar em prática a competência? Quais as dificuldades sentidas? Como correu? (preenchimento da ficha)

2 – Introdução da competência:

• Vocês na sessão passada referiram que, em alguns casos, conseguem iniciar uma conversa, mas depois de iniciarem a conversa conseguem mantê-la?

• E como é que isso pode ser feito?

• É fácil para vocês arranjam temas para continuarem a conversa?

• Quais os temas mais utilizados por vocês quando querem manter uma conversa?

• Quando têm alguma coisa específica para falar com uma pessoa, conseguem exprimir-se bem?

• Conseguem transmitir e esclarecer a pessoa sobre o que querem dizer?

• Enquanto estão a ter uma conversa perguntam a opinião do outro? E acima de tudo, escutam-na?

• Acham importante ter em conta a opinião dos outros durante uma conversa?

• Durante uma conversa que a vossa opinião não é igual à da outra pessoa, vocês conseguem dizer, facilmente, o que pensam? Ou tentam impor a vossa opinião?

• O que fazem quando notam que uma pessoa não está interessada em continuar a conversar com vocês? Como lidam com isso? Como conseguem perceber isso?

• No vosso dia a dia, conseguem manter ou preferem abandonar uma conversa caso as coisas que estão a ser ditas não sejam do vosso agrado? Como lidam com isso?

4- Reflexão das dinamizadoras sobre como manter uma conversa:

- Quando tentamos manter uma conversa devemos ter em atenção os interesses da outra pessoa? Ou apenas falamos do que é do nosso interesse?
- A escuta, o diálogo, a nossa capacidade de compreender os outros e de nos colocarmos no lugar dos outros estão na base de uma boa conversa.
- Ter uma conversa implica ter um diálogo, ou seja, para que a conversa funcione temos que ter em conta a outra pessoa ou pessoas com quem estamos a falar, porque se falarmos como se estivéssemos a falar para nós mesmos e apenas tendo em conta o que queremos e os nossos interesses, então a outra pessoa abandona facilmente a conversa.
- Nós fazemos parte de um mundo social, logo saber ter uma conversa é importante para estarmos adaptados ao mundo em que nos encontramos, para nos relacionarmos com os outros, para estabelecermos relações saudáveis e benéficas. Acima de tudo porque tudo o que nos rodeia envolve estar em contacto com os outros, se queremos alguma coisa temos que saber iniciar uma conversa, mas também mantê-la.
- Mesmo quando a conversa que estamos a ter não seja do nosso agrado, temos que a saber manter, tentando lidar o melhor possível com a situação, não ficarmos irritados nem exaltados, mas sim explorar o lado da outra pessoa, saber qual a sua opinião e o motivo pelo qual está a dizer aquilo, explicando o nosso lado das coisas. Depois depende muito da outra pessoa que está na conversa, se aceita a nossa opinião e explicação ou não e aí podemos tomar uma decisão. O melhor é sair calmamente da conversa, uma vez que provamos o nosso ponto e não há muito mais a fazer.
- Durante uma conversa não nos podemos esquecer de manter contacto visual, demonstrar interesse pelo que a pessoa nos está a dizer, dar feedback (verbal ou não verbal) para que a pessoa entenda que estamos a escutá-la e a perceber o que está a dizer e ser ativo, não falar por cima da pessoa, não a deixando falar.
- Por isso, esta competência é um complemento da anterior.

5- Dar aos jovens os cartões, explicar o objetivo, ou seja, repetição do que fizeram na sessão anterior + etapas (ppt);

6- A importância da utilização desta competência nos diferentes contextos e fomentar a discussão das questões 3,4,5;

7- Role play dos monitores: Duas amigas encontram-se num café e uma delas (Andreia) começa a dizer que lhe disseram que a outra (Ana) tinha falado mal dela, quando esta teve que sair mais cedo de uma festa de aniversário.

8- Reflexão:

- Que passos identificaram?
- O que acharam da situação?
- Acham que a Andreia fez bem em ir esclarecer as coisas com a Ana?
- Acham que a abordagem dela foi a mais correta? Conseguiu demonstrar a opinião dela durante a conversa? Teve em conta a postura e os sentimentos da Ana?
- O que é que vocês fariam se fossem a Andreia?
- E como ficaria a vossa relação com a Andreia, caso fossem a Ana, depois de ela desconfiar de vocês? Iriam conseguir perdoar?
- Caso fossem a Andreia e percebessem que foram injustos com a Ana, o que fariam?
- Como acham que iriam ser os próximos encontros entre estas duas amigas? Que temas de conversa é que iam ser usados?

9- Role plays dos jovens:

- Contexto Escola: 2 jovens – 1 jovem treina na equipa da escola e o treinador está a pensar deixá-lo no banco. O treinador vai chamar o jovem ao gabinete para lhe dizer isso;
- Casa: 2 jovens – Um dos jovens chega a casa e conta, durante o jantar, o que fez durante o dia na escola com os amigos (como correu o seu dia);
- Grupo de pares: 4 jovens – 4 amigos decidem ir de férias e vão tomar um café para discutir os planos que têm. Como não se decidem em relação ao destino, vão ter que ser ouvidas as opiniões de todos e todos terão que dar opinião.

10- Durante o role play podemos fazer as questões que estão nas notas do monitor, caso vejamos que os jovens não estão a conseguir lidar com os sentimentos do outro;

11- Discussão dos role plays: (x3)

- Qual a situação?
- Quais os passos identificados?
- Acham que conseguiram manter uma conversa? Se sim, porquê?
- Notaram dificuldades? Se sim, quais?
- O que é que vocês fariam se estivessem na mesma situação? Mudariam alguma coisa?

12- Marcação dos trabalhos de casa.

Anexo II- Sessão do Treino de Competências para a Resolução de Problemas Sociais;

Sessão IX – Lidar com a pressão do grupo:

1 – Início da Sessão:

- Como é que foi a vossa semana?
- Refresh do que foi dito na sessão VIII sobre lidar com a raiva dos outros.
- Conseguiram colocar em prática a competência? (preenchimento da ficha)

2 – Introdução da competência:

- A competência de hoje envolve lidar com a pressão que os outros podem fazer em relação a nós. Alguma vez se sentiram pressionados por uma pessoa ou pelo vosso grupo de amigos para fazer algo que vocês não queriam? Se sim, como lidaram com isso/o que é que vocês fizeram?

- E vocês, já pressionaram alguém para fazer algo que vocês queriam? Se sim, como é que fizeram isso?

- Quando alguém vos tenta pressionar para fazer algo, vocês consideram que isso é algo normal de se fazer ou é uma forma de manipulação?

- Como é que vocês percebem que a outra pessoa ou grupo de pessoas vos está a tentar pressionar? O que é que eles dizem ou fazem?

- Como se sentem quando alguém age dessa forma em relação a vocês?

- Vocês acham que por se fazer parte de um grupo, por exemplo, de amigos, que temos que fazer tudo o que as pessoas desse grupo fazem ou isso não é necessário para fazermos parte desse grupo?

- Se vocês forem pressionados, por exemplo, pelo vosso grupo de amigos a fazer algo que eles querem ou que gostam de fazer, mas vocês não o querem fazer e, por isso, rejeitam fazê-lo, o que acham que esses amigos vão pensar de vocês? Acham que eles vos excluiriam do grupo por vocês não quererem fazer essas coisas ou iam continuar na boa com vocês?

- Na vossa opinião, porque acham que às vezes acabamos por ceder e fazer o que a outra pessoa ou grupo de pessoas querem que façamos, mesmo quando não o queremos fazer? Acham que ceder, mesmo contra nossa vontade, é sinónimo de amizade?

- Acham mais fácil lidar com a pressão feita por parte de pessoas da vossa idade ou de pessoas mais velhas?

- E acham mais fácil lidar com a pressão feita por pessoas da vossa família ou por desconhecidos?

- Quando não queremos fazer o que os outros nos estão a dizer para fazer, vocês acham que devemos manter a nossa vontade e não fazer ou ceder perante a vontade dos outros?

- Imaginem que o vosso grupo de amigos vos está a tentar pressionar para fazer algo que vocês não querem mesmo fazer...como poderiam resolver esta situação?

-Acham que ceder a tudo nos ajuda a inserir num grupo mais facilmente?

3 – Reflexão das dinamizadoras – dicas para conseguirem lidar com a pressão do grupo:

- Devemos ouvir o que a pessoa ou grupo de pessoas nos estão a dizer para fazer, tentando perceber o que é que eles querem realmente com isso. Vocês podem fazer perguntas para conseguirem perceber porque querem que vocês façam aquilo. Isto é importante para perceber se esse é um pedido com sentido e nexos ou se é um pedido que vos pode prejudicar. Muitas vezes as pessoas pedem-nos algo e quando as questionamos sobre o porquê de quererem isso, nem sequer têm argumentos ou razões para isso. Fazer questões mostra ao grupo que escutaram o que vos foi dito e que estão a pensar sobre o assunto;

- Vocês podem resistir a essa situação, ou seja, dizer diretamente que não vão fazer isso, mantendo a vossa posição; podem atrasar ou negociar com a pessoa de forma a ambas as partes saírem beneficiadas.

- É importante vocês darem razões para não quererem fazer o que a pessoa vos está a dizer, ou seja, não dizer simplesmente que “não”, mas apresentar motivos/argumentos válidos para que a pessoa entenda a vossa posição.

- Para isso devem ser assertivos...vocês sabem o que é ser assertivo? (consiste no modo seguro e confiante de agir, ou seja, quando estamos certos das nossas ações, atitudes e

comportamento...é uma pessoa que, perante diferentes situações, não é agressiva nem submissa, ou seja, não se irrita e faz as coisas à bruta nem faz simplesmente o que os outros querem, pois consegue explicar de forma clara e direta a sua opinião).

- Mesmo que vocês escolham uma forma construtiva de lidar com o problema, devem estar preparados para a reação da outra pessoa ou grupo de pessoas que pode ser negativa, pois essas pessoas podem não compreender o vosso lado e tentar ao máximo manipular-vos para fazerem o que eles querem (por exemplo, quando alguém diz que vocês são maricas ou que não têm coragem para fazer isso, na verdade esta é uma forma de vos “picar” para vocês fazerem o que eles querem). Aí, vocês devem manter a calma e repensar em formas de lidar com a situação. Se não queremos fazer algo, não temos que nos sentir obrigados a isso e, para além disto, se a pessoa for realmente nossa amiga e quiser o nosso bem, vai compreender a nossa posição e não vai insistir.

- De forma assertiva, com calma e ponderação, dizer à pessoa ou grupo que não vamos fazer o que nos estão a dizer para fazer, explicando os motivos pelos quais isso não vai acontecer. Às vezes parece difícil dizer que não, até porque estamos à espera de uma reação má por parte dos outros se não fizermos o que querem ou então que pensem que somos fracos ou que não somos fixos. Uma boa técnica é depois de argumentarem pediram à pessoa ou pessoas para se colocarem na vossa posição.

- Muitas vezes, o melhor para nós, quando os outros não entendem que não queremos fazer o que eles querem e mesmo assim continuam a pressionar, é nos afastarmos da situação, principalmente quando a vontade dos outros envolve coisas que podem trazer consequências negativas para nós (por ex., roubar algo, bater em alguém, consumir...). É importante refletir e demonstrar às outras pessoas que quem gosta de nós e se preocupa connosco não nos coloca em situações más ou que nos deixem vulneráveis.

4 – Dar aos jovens os cartões, explicar e objetivo, ou seja, repetição do que fizeram na sessão anterior + etapas;

5 – A importância da utilização desta competência nos diferentes contextos e fomentar a discussão das questões 3,4,5;

6 – Role play das monitoras – o Ricardo e o Luís estavam juntos, quando o Ricardo sacou de um charro e insistiu que o Luís também fumasse. Como é que o Luís vai lidar com esta pressão?

7 – Reflexão:

- Qual a situação?
- Identificaram algum dos passos?
- O que acharam da forma como o Ricardo tentou pressionar o Luís?
- Como acharam que o Luís lidou com a pressão feita pelo Ricardo?
- Como é que vocês iriam lidar com a pressão do Ricardo se estivessem nesta situação?
- Já vos aconteceu alguma situação parecida?
- Acham que foi fácil para o Luís resistir?
- Porquê é que o Luís demonstrou dificuldade em rejeitar algo que não queria fazer?
- E o que é que o Ricardo ficou a pensar do Luís por ter rejeitado?
- Se o Luís tivesse aceite fumar o charro, porque acham que ele o faria tendo em conta que não era essa a sua vontade?
- Acham que numa amizade é importante se saber ouvir o não e respeitar a opinião do outro? Ou se um amigo não faz o que nós fazemos deixa de ser fixe?

8 – Role play dos jovens:

Contexto escola: 3 jovens – um jovem lida com a pressão do grupo para vandalizar a escola (partir o vidro da sala ou deitar fogo a um caixote do lixo).

Contexto casa: 3 jovens – um jovem lida com a pressão da família para terminar uma amizade (más companhias).

Contexto grupo de pares: 2 jovens – um dos jovens lida com a pressão de um amigo para lutar (um deles pressiona o outro para bater num 3º rapaz, pois, supostamente, esse rapaz falou mal de si e do seu grupo de amigos).

9 – Discussão dos role plays (x3):

- Qual a situação?
- Identificaram algum dos passos?
- O que acharam da forma como o x tentou pressionar o y?
- Como acharam que o y lidou com a pressão feita pelo x?
- Como é que vocês iriam lidar com a pressão do x se estivessem nesta situação?
- Já vos aconteceu alguma situação parecida?
- Acham que foi fácil para o y resistir?
- Porque acham que sentimos dificuldade em rejeitar e manter a nossa vontade perante algo que não queremos fazer, quando nos tentam pressionar para o fazer?

10 – Marcação dos trabalhos de casa.

Anexo III- Sessão do FestiCESA:

Sessão nº 9:

O programa do FestiCESA consiste na projeção de 9 filmes temáticos, com recurso a dinâmicas de grupo para a integração dos temas de cada filme. As sessões vão decorrer quinzenalmente, com início aproximadamente às 14:30h.

Num primeiro momento desta sessão será a apresentação expositiva de cerca de 3 minutos da síntese, bem como de algumas curiosidades e temas principais do filme. Essa apresentação será realizada com recurso ao *Powerpoint*. Após esta exposição segue-se a visualização do filme “Soul Surfer”, que terá uma duração aproximadamente de 1 hora e 32 minutos.

Num segundo momento será realizada uma dinâmica *energizer* “Qual é a música?”. Esta dinâmica consiste em todos os jovens, à vez colocarem uns fones e tentarem através do ritmo da música fazer os colegas adivinharem qual a música que eles estão a ouvir. O objetivo desta atividade é criar um momento de descontração e de diversão entre os jovens e os dinamizadores, tendo em conta que será a última sessão do programa. Esta atividade funcionará também como *energizer*, para que os jovens se desliguem um pouco do filme e, posteriormente se proceder à dinâmica de integração e ao debate sobre os temas retratados no filme. Alguns jovens poderão realizar a atividade mais que uma vez, dependendo do número de músicas que seja selecionado.

Num terceiro momento, que terá uma duração de aproximadamente 20 minutos, será realizada uma dinâmica de integração do filme (“O Desmembrado”). Esta atividade consiste em imobilizar o mesmo braço a todos os participantes, impedindo-os assim de o utilizar. Após todos estarem com o braço imobilizado será pedido que executem algumas atividades de rotina diária, como por exemplo descascar uma peça de fruta, vestir uma camisola, dobrar uma camisola e apertar os atacadores. Consoante o decorrer da atividade e das dificuldades manifestadas poderão ser dadas instruções de orientação, como por exemplo entre todos podem ajudar-se a executar as tarefas. O objetivo desta atividade é integrar os conteúdos retratados no filme e explorar a capacidade de superação de obstáculos. Após a realização de todas as tarefas de rotina diária será realizada uma breve reflexão em conjunto com os jovens sobre a atividade, de forma a compreender pontos como:

1. Dificuldades sentidas na realização das tarefas pedidas;

2. Estratégias utilizadas para superar essas dificuldades;

3. O que levou a não desistir da tarefa? Ou no caso de desistência, o que levou a desistir da realização da tarefa;

No caso de ter sido dada alguma orientação perceber se ajudou na realização da tarefa o apoio com a orientação dada.

Anexo IV- Sessão número do FestiCESA:

Sessão nº 6:

O programa do FestiCESA consiste na projeção de 9 filmes temáticos, com recurso a dinâmicas de grupo para a integração dos temas de cada filme. As sessões vão decorrer quinzenalmente, com início aproximadamente às 14:30h.

Num primeiro momento será iniciada uma dinâmica *energizer* “Morto – Vivo”. Esta dinâmica consiste em colocar os jovens em fila e, de seguida uma das dinamizadoras, diz de forma alternada as palavras “morto” e “vivo”. Quando a palavra dita é “morto” os jovens deverão baixar-se, por sua vez quando é dita a palavra “vivo” os jovens deverão colocar-se em pé. A resposta às palavras deverá ser imediata e caso os jovens demorem deverão sair do jogo. Se os jovens errarem na reação à palavra deverão, também, abandonar o jogo. O objetivo é ser o último a permanecer no jogo. Esta atividade terá uma duração de, aproximadamente, 2/3 rondas, dependendo do tempo de cada ronda. Para esta dinâmica será pertinente realizar uma pequena discussão/reflexão:

1. Qual a principal dificuldade?
2. Quando foi introduzido o estímulo visual complicou a capacidade de reação?
3. O que sentiam quando uma das palavras era dita? Tinham reação imediata ou sentiam necessidade de pensar na associação da palavra ao movimento?
4. Quando tinham dúvida no movimento, sentiram a necessidade de olhar para os colegas do lado?
5. Se tivessem a certeza do vosso movimento, mas vissem todos ou alguns dos vosso colegas a fazer o movimento contrário, mantinham o vosso movimento ou faziam igual a eles?
6. Se tivessem de aconselhar alguém que fosse jogar agora de seguida que dicas dariam para que permanesse-se o maior tempo possível?

O segundo momento desta sessão será a apresentação expositiva de cerca de 3 minutos da síntese, bem como de algumas curiosidades e temas principais do filme. Essa apresentação será realizada com recurso ao *Powerpoint*. Após esta exposição segue-se a visualização do filme “Coach Carter”, que terá uma duração aproximadamente de 2hora e 16 minutos.

Num terceiro momento será realizada outra dinâmica *energizer* “A estafeta”. Nesta dinâmica todos os jovens estarão com os dois pés atados e serão sorteadas duas equipas. Posteriormente, um elemento de uma equipa competirá com um elemento da outra equipa para ver quem faz o percurso (ida e volta aos saltos) primeiro. O elemento de cada equipa que tiver a competir deverá tocar na mão do colega da sua equipa quando chegar, para que este possa iniciar o percurso. A equipa vencedora será aquela cujo último elemento chegue em primeiro.

Num quarto momento, que terá uma duração de aproximadamente 20 minutos, será realizada uma dinâmica de integração do filme. A dinâmica consiste em reunir os jovens em círculo e sortear três elementos para saírem da sala. Em seguida será instruído aos jovens que permanecem no círculo que deverão dar um nó humano sem nunca largar as mãos, para que os colegas que estão de fora os desenlacem. Deverá ser explicado aos jovens que estão de fora que terão de trabalhar em equipa e que as mãos dos colegas nunca se poderão desprender. Esta atividade poderá ter várias rondas para que todos os jovens experimentem as duas funções.

A discussão/exploração de emoções e pensamentos em grande grupo é realizada após a dinâmica. A reflexão passará pelos seguintes tópicos:

1. Quais as principais dificuldades que encontraram?
2. Que competências utilizaram para conseguirem desenlçar os colegas? Foi importante o trabalho em equipa ou conseguiam sozinhos?
3. E para conseguirem manter as mãos unidas? O trabalho de equipa foi importante?
4. O trabalho em equipa é importante no nosso dia a dia? Porquê?
5. O que é necessário para se ser uma boa equipa (não reduzindo ao desporto, mas em todos os contextos)?
6. O que acham que fez com que aquela equipa de basquetebol funciona-se?
7. Qual foi o papel do treinador?
8. E qual foi o papel dos jovens? Consideram que apenas foi um bom trabalho de equipa por causa do treinador? Ou foi um trabalho conjunto entre treinador e jogadores?

9. É importante termos alguém que acredite em nós? Porquê?
10. O facto de acreditarem em nós ajuda-nos a ser melhores? De que forma?
11. Acham que o facto do treinador ter adotado um método de treino igual aos jogadores de NBA foi importante para o sucesso destes jovens?
12. Porquê que acham que o treinador o fez?
13. Consideram que a adoção, por parte do treinador, de um método rigoroso, com regras, com obrigações (ir à escola, por exemplo), foi importante para o sucesso da equipa? Acham que esse foi mesmo o segredo do sucesso? Ou acham que o facto dos jovens terem que se dedicar à escola os podia distrair?
14. Como é que a sociedade olha para as pessoas que pensam ter uma carreira no desporto no futuro?
15. Consideram que a escola tem algum papel na vida de quem quer seguir a carreira desportiva? Se sim, qual?
16. Acham que uma carreira no desporto implica dispensar os estudos?

Anexo V- Questionário para o levantamento de interesses para a atividade “Feira das Profissões”;

Um dia gostaria de ser...

1. Escolhe, com um X as profissões que mais te interessam:

Oficiais das Forças Armadas:

----- Oficial da marinha

----- Oficial Engenheiro Naval

----- Oficial de Administração Naval

----- Oficial Fuzileiro

----- Oficiais do Exército

----- Oficial de Cavalaria

----- Oficial da força aérea

----- Oficial piloto aviador

----- Oficial da Força Aérea da Área de Manutenção de Sistemas de Armas

----- Oficial da polícia Aérea

----- Polícia Judiciária

----- PSP

----- GNR

----- Segurança

Marketing, publicidade, finanças

----- Diretor Financeiro

----- Economista

----- Contabilista

----- Diretor de recursos humanos (trabalhar em secretarias de escolas, instituições, por exemplo)

-----Diretor de Vendas

----- Diretor de Marketing

----- Diretor de publicidade e relações públicas

-----Administração de empresas

-----Administrativo e secretariado

Produção na agricultura, animal e floresta

-----Engenheiro agrícola

----- Engenheiro Florestal

----- Talhante (trabalhar num talho)

----- Diretor de indústrias de construção e de engenharia civil

----- Diretor\ trabalhador de transportes de distribuição

----- Agricultor

-----Tratador de animais

(Serviços tecnologias da informação e comunicação e imagem)

----- Engenheiro informático

----- Realizador

----- Fotógrafo

-----Programador

Saúde

----- Médico (Assinalar a especialidade)

----- Cardiologista

----- Nutricionista

----- Pediatra

----- Médico Clínica Geral (Médico de família)

----- Auxiliar de Ação médica (Ajudante do médico)

-----Dentista

----- Enfermeiro

----- Oftalmologista

----- Psicólogo

Apoio Social

----- Segurança Social

Educação

----- Professor (Dizer qual a disciplina da qual gostavam de ser. Exemplo: Português, Educação física). Qual?

----- Educador de Infância

-----Bibliotecário (trabalhar numa biblioteca)

----- Trabalhar num museu, galeria

----- Auxiliar Ação Educativa

Desporto

----- Jogador de futebol

----- Olheiro

-----Treinador de Futebol

----- Basquetebolista

----- Jogador de andebol

---- Jogador de Voleibol

----- Corredor\Atleta

-----Instrutor de ginásio

Cozinha

----- Cozinheiro

Automóveis

----- Mecânico

----- Engenheiro Mecânico

----- Pintor automóvel

Eletricidade

----- Eletricista

----- Engenheiro eletrotécnico

Música

----- Dj

----- Músico

Direito:

----- Advogado

----- Juiz

Comércio

-----Empregado de loja, Mesa/bar

Turismo:

----- Hoteleiro

Outras:

----- Tatuador

----- Canalizador

----- Jornalista

----- Motorista

----- TPRS

----- Pedreiro\ trolha

-----Pintor da construção civil

-----Serralheiro

-----Cantoneiro

-----Recolha de resíduos urbanos

-----Fiel de armazém

-----Operador de limpeza

-----Sapateiro

-----Moda

-----Cabeleireiro

-----Bombeiro

-----Vendedor

-----Padeiro/pasteleiro

-----Mineiro

-----Relojoeiro e ourives

-----Carpinteiro

-----Artesanato

-----Treinador de cães

-----Auxiliar de veterinário

-----Carteiro

Apêndices

Apêndice I- Guião das Entrevistas:

Guião para técnicos e Diretor:

- Há quanto tempo trabalha no centro educativo?
- Que funções desempenha atualmente no Centro Educativo? Desempenhou outras funções anteriormente?
- Que tarefas ou atividades desenvolve no quadro dessa função?
- Descreva, nas suas palavras, a intervenção realizada pelo CE. (no caso da pessoa entrevistada trabalhar já há vários anos no CE, solicitar uma descrição sobre as transformações da intervenção ao longo dos anos- Isto se a pessoa considerar que têm ocorrido transformações)
- Descreva, nas suas palavras, a intervenção realizada pelo sistema de reinserção social após o termo da medida tutelar imposta aos jovens. (no caso da pessoa entrevistada trabalhar já há vários anos no CE, solicitar uma descrição sobre as transformações da intervenção ao longo dos anos- Isto se a pessoa considerar que têm ocorrido transformações)
- Indique um caso que considere de sucesso de um jovem ainda a cumprir medida e de um menor que já tenha terminado de cumprir a sua medida de internamento, no último ano. Porque os considera como casos de sucesso?
- Indique um caso que considere de insucesso de um jovem ainda a cumprir medida e de um menor que já tenha terminado de cumprir a sua medida de internamento, no último ano. Porque os considera como casos de insucesso?
- Na sua opinião, por que é que existem casos de sucesso e outros não tão bem sucedidos? Quais os fatores que, no seu entender, influenciam o sucesso da reintegração social destes jovens?
- O que considera que poderia melhorar no trabalho desenvolvido pelo CE?
- Quais são as maiores limitações que encontra no exercício das suas funções?

Guião de entrevista para professores:

- Quantos anos de experiência letiva tem no total?
- Há quanto tempo leciona no CE?

- Quais são, no seu entender, as principais diferenças e semelhanças entre a escola no interior do CE e a escola exterior ao CE?
- Como professor/a no Centro Educativo, qual considera ser o seu papel nesta instituição?
- Como é decidida a organização dos módulos para o ano letivo?
- Quais os maiores desafios que enfrenta no exercício das suas funções? Como contorna esses desafios?
- O que é que considera que poderia melhorar no trabalho desenvolvido pelo Centro Educativo, designadamente no trabalho escolar?

Guião para as entrevistas dos jovens:

- Há quanto tempo está internado no CE?
- Se pudesse utilizar três palavras para caracterizar o Centro Educativo, quais escolheria?
- E se pudesse utilizar três palavras para caracterizar a escola do Centro Educativo, quais escolheria?
- E os programas de formação oferecidos pelo CE?
- Quais são os seus planos para o futuro? O que pretende fazer depois de sair da Instituição? Que desafios antecipa e que apoios pensar ter para os resolver?
- Descreva o modo como o CE o tem preparado para o regresso ao exterior (pedir exemplos);
- Descreva o modo como a escola e restantes atividades de formação o têm preparado para o regresso ao exterior. (pedir exemplos)

Apêndice II- Termo de Consentimento Informado;

Termo de Consentimento Informado:

Eu, abaixo assinado/a, declaro que tomei conhecimento dos objetivos e procedimentos deste estudo, inserido no estágio da estudante Adriana Filipa Mota Bessa de Sousa, que tem como principal objetivo perceber as dinâmicas interventivas num Centro Educativo. Declaro que compreendi as explicações que me foram fornecidas acerca da investigação. Foi-me dada oportunidade de fazer as perguntas que julguei necessárias e obtive resposta satisfatória para elas, tendo-me sido dado tempo para refletir sobre a minha participação. Foi-me também comunicado que poderei desistir de colaborar a qualquer momento, sem que isso acarrete nenhuma consequência para mim. As informações obtidas através desta entrevista serão utilizadas unicamente para fins científicos, no quadro do estudo em curso. A informação obtida através desta entrevista será sempre referida no estudo sem indicação direta do/a seu autor/a e nenhum elemento que possa conduzir à quebra do seu anonimato será revelado no estudo nem a terceiros.

Assim sendo, declaro que aceito livremente participar neste estudo.

Muito obrigada pela sua colaboração!

_____, ____/____/____

Assinatura _____

Apêndice III- Análise de Conteúdo:

Categorias	Subcategorias	
Caracterização da Intervenção Realizada	Intervenção realizada pelo CE e alterações sofridas	<p>“Então as palavras podem ser útil, crescimento, aprendizagem? Sim, acho que essas são boas.” (ENTJovem1)</p> <p>“Por exemplo... O centro educativo coloca-vos muitas limitações, correto? Consideras que é rigoroso? Pode ser. Que priva a vossa liberdade? Sim, ele priva, mas também estamos aqui dentro é para aprendermos. (...)</p> <p>Consideras que é útil? Eu acho que é. Uma aprendizagem? Sim, sem dúvida.” (ENTjovem2)</p> <p>“privação de liberdade, perder tudo que temos lá fora e saudade.” (ENTjovem3)</p> <p>“Por exemplo, o centro educativo tem muitas regras. Consideras que ele é rigoroso? Sim. Tens aprendido alguma coisa ao longo do teu internamento? Sim, considero até que seja útil. E, por exemplo, consideras que o centro é tipo uma aprendizagem e crescimento? sim.” (ENTjovem4)</p> <p>“Não vou dizer nada, sei lá... É útil? Não faço a mínima ideia. Sei que é rigoroso, não é? Temos que cumprir isso. Mas é bom, porque saímos daqui com mais cabecinha.” (ENTjovem5)</p> <p>“se pudesses usar 3 palavras para caracterizar o centro</p>

		<p>educativo, quais escolheria?</p> <p>Não sei.</p> <p>Rigoroso?</p> <p>Sim, rigoroso.</p> <p>útil ou nem por isso?</p> <p>Sim, isso também. (...) E há entreajuda, por exemplo? E aprendizagem?</p> <p>Sim, há espírito de entreajuda entre os colegas (...)” (ENTjovem6)</p> <p>“Eu diria fácil, pacífico e passatempo.</p> <p>Passatempo?</p> <p>ya, isto apenas são umas férias.” (ENTjovem7)</p> <p>“se pudesses usar 3 palavras para caracterizar o centro educativo, quais escolheria?</p> <p>Não sei.</p> <p>Rigoroso ou não rigoroso?</p> <p>Sim, rigoroso, útil...</p> <p>Aprendizagem ou não aprendes nada?</p> <p>Aprendizagem.</p> <p>É um desafio ou “já estás habituado”?</p> <p>Já estou habituado.</p> <p>Mas não deixa de ser um desafio ou deixa? Viver com tantas regras, com as mesmas pessoas...</p> <p>Sim, nós aqui temos muitas regras, até para isso à casa de banho temos que tocar à campainha.” (ENTjovem8)</p> <p>“Merda, porcaria...</p> <p>Porquê?</p> <p>Porque estou privado da liberdade, ninguém gosta de estar aqui.</p> <p>Consideras que o teu internamento não te tem ajudado?</p> <p>Tem, claro que tem, na escola. Se estivesse lá fora não havia escola.” (ENTjovem9)</p>
--	--	--

		<p>“Aprendizagem e crescimento, sem dúvida.” (ENTjovem10)</p> <p>“Sim, muitas alterações no bom sentido. Desde que cá estou até hoje e vão sempre haver alterações. Todos os anos há alterações no bom sentido. Não só no centro educativo, mas no sistema em geral.” (ENTtéc1)</p> <p>“a intervenção no centro educativo tem evoluído, na minha ótica tem sofrido alterações e tem evoluído. A intervenção em centros educativos, baseia-se num modelo conhecido internacionalmente com RNR (modelo de riscos, necessidade e responsabilidade). Baseia-se em avaliar, porque nós aplicamos um instrumento de risco, de reincidência, o que nos permite, no fundo perceber, que tipo de riscos estão presentes da trajetória desviante e depois a nossa intervenção tenta orientar para a redução desses riscos e a intervenção em CE tem como função baixar o risco e melhorar, no fundo, o contexto e os fatores de risco a que o jovem pode estar sujeito. Para isso, nós temos criado ao longo dos anos, intervenções mais direcionadas a esses fatores de risco. Ou seja, há fatores de risco são possíveis mudar e há outros que não são, mas grande parte deles são possíveis de mudar e qualquer pessoal é passível de produzir uma mudança. Portanto nós temos uma intervenção de cariz mais comportamental, que é implementada pelos técnicos profissionais e por um conjunto de regras estipuladas pelo centro e avaliações diárias/bidiárias a que os jovens estão sujeitos e que nos ajuda a controlar o comportamento e monitorizar, ganhar mais consciência do comportamento e progressivamente ir aumento de autonomia, ir adquirindo mais autocontrolo e aquisição de competências. Depois temos intervenções cada vez mais complexas. Depois existem então os programas, nomeadamente os mais direcionados para o pensamento e competências que são os tais programas de treino de competências e programas direcionados ao</p>
--	--	---

		<p>comportamento agressivo e depois ainda mais complexo, continuando sempre, existem então intervenções, que neste momento, já começam a ser direcionadas para a identidade do jovem, ao seu projeto de vida.” (ENTtéc2)</p> <p>“É muito complicado. Se me fizessem essa pergunta antes, a minha vontade de querer mudar o mundo era tremenda. E de facto, nessa altura muitas coisas estavam mal. Mas de facto, na nova lei tutelar educativa que aparecem em 2001, que separa as vítimas dos infratores...dantes tudo estava junto. Atualmente, há uma preocupação em mandar os jovens cada vez mais novos , uma intervenção mais precoce... acho muito bem, muitas vezes chegavam lá com 18 anos o que não fazia sentido nenhum, outros que já eram pais, outros que já tinham conseguido emprego, mas depois iam cumprir medida educativa, porque o tribunal não era ágil para ele a cumprir antes (...)acho que as nossas casas devem cada vez mais estar abertas para o público, para a sociedade, uma vez que grande parte desconhece o trabalho que nós fazemos. Eu acho que no CE somos todos educadores, temos todos essa vertente educativa e de formação direta ao jovem e acho que dar abraço à sociedade, ao que nos rodeia. (...) A nossa instituição é extremamente hierárquica e piramizada. Não adianta que o TPRS seja doutorado, licenciado ou com mestrado e o técnico superior tenha as mesmas habilitações. O que é certo é que a hierarquia persiste e “cada macaco no seu galho” e cabe a cada um determinadas tarefas. “(ENTtéc3)</p> <p>“É a situação de educador os jovens para o direito. Estes jovens entram para o sistema, cometem crimes e como não têm idade para a lei penal lhes ser aplicada, é-lhes aplicada a lei tutelar educativa e daí surge o papel do centro educativo como forma de cumprimento desta mesma medida. É um espaço onde têm aulas e onde fazem internamento que acaba por ser um afastamento do meio e da família. Sinto que têm</p>
--	--	--

		<p>havido transformações nessa intervenção. Por exemplo, os TPRS são uma peça fundamental. São, como eu costumo dizer, são o telhado, as paredes e o chão dos centros educativos. São eles que estão 24h com o jovem, desde o momento em que ele é internado, somos nós que estamos ao acordar, ao deitar, quando o jovem está doente, alegre, triste e... esse papel acaba por fazer essas alterações no próprio desenvolvimento do jovem. O jovem ao fim de x tempo começa a mostrar alterações no seu comportamento. Eu penso que o tempo de medida, acaba por resultar, em certa forma numa mudança no jovem. Se calhar não tanta como gostaríamos, porque enquanto ele está lá nós conseguimos, de certa forma, controlar o seu dia a dia e quando sai ele vai voltar ao meio, que está exatamente igual, como quando ele de lá saiu. Nós fazemos intervenção é no jovem, não é no meio para que ele vai. A família é a mesma, o sítio onde ele mora é o mesmo e isso aí... Não podemos ter qualquer tipo de intervenção.” (ENTtéc4)</p> <p>“Eu não acho que tenham havido muitas mudanças. Eu acho que agora há mais disponibilidade para o desenvolvimento de programa, mas isso também acontece porque existem menos jovens. Eu dantes tinha 23 jovens ao meu encargo, por exemplo e agora tenho 12. Continuo a achar esse número muito elevado, mas sempre nos dá mais manobra. Há também uma maior articulação entre os técnicos e as equipas. De uma maneira geral existe uma maior atenção para a preparação da saída do jovem, há também uma maior tentativa de envolver as famílias, mesmo por parte deste Centro. Eu tento sempre ligar às famílias, mesmo aquelas que não estão tão recetivas, mas depois também depende das próprias famílias, não podemos obrigar ninguém a participar neste processo.” (ENTtéc5)</p>
	Intervenção realizada pela escola	“Oh, é fácil! Diferente. Diferente em quê?

	<p>Em tudo, para melhor. Lá fora é mais difícil. (...)</p> <p>A escola tem-te ajudado a saber estar dentro de uma sala? ya.” (ENTjovem1)</p> <p>“Aprender (...)</p> <p>Já disseste aprender... E a nível de dificuldade, por exemplo?</p> <p>Entrevistado: Não acho que seja muito difícil. É mais difícil lá fora.</p> <p>E a nível de utilidade para o teu futuro? Consideras uma mais valia, nem por isso...</p> <p>Entrevistado: é útil.” (ENTjovem2)</p> <p>“Entrevistado: passagem de ano, fácil, passasse de ano rápido e não é muito rigorosa.</p> <p>E achas que existem muitas diferenças entre esta escola e a do exterior?</p> <p>Entrevistado: há, cá dentro nós no final de cada aula temos uma nota, lá fora não.” (ENTjovem3)</p> <p>Entrevistado: muito fácil, útil... está bem como está... só não gosto dos professores. Não gosto de nenhum professor.</p> <p>: E se as aulas fossem mais dinâmicas? Ias gostar?</p> <p>Entrevistado: sim, se fosse como se desenvolvem os programas, com teatros e assim.” (ENTjovem4)</p> <p>Entrevistado: oh, a escola aqui é boa, é fixe.</p> <p>Os professores puxam por vocês?</p> <p>Entrevistado: Sim.</p> <p>E gostas disso? Gostas de sentir que os professores te puxam?</p> <p>Entrevistado: sim, isso sim, é bom sentir isso.” (ENTjovem5)</p> <p>Entrevistado: é fácil, útil...</p> <p>E diferente? É diferente da escola lá de fora?</p> <p>Entrevistado: Sim. É mais fácil, mas são mais rigorosos em termos de comportamento. Mas os testes são mais fáceis.” (ENTjovem6)</p>
--	--

	<p>“Boa, fácil e rápida. Consideras que há muita diferença entre a escola do centro e a do exterior? Entrevistado: Há algumas. Cá dentro, para mim, os estudos são mais fáceis. E a nível de comportamento? Entrevistado: as escolas pedem coisas diferentes no comportamento. Eu dantes não conseguia estar numa escola duas horas e agora consigo.” (ENTjovem7)</p> <p>“Fácil, útil... Poderiam haver mudanças? Entrevistado: acho que está bem assim. Achas que puxam por ti? Ou achas que não se preocupam com isso? Entrevistado: Não sei, eu acho que puxam por mim, eu pelo menos gostam quando puxam por mim.” (ENTjovem8)</p> <p>“Mais fácil, melhor e os professores não são chatos. Os de lá de fora são chatos? Entrevistado: lá fora nós fazemos pouco deles. Consideras que lá fora são mais ríspidos? Mais exigentes? Entrevistado: Não, aqui são mais. Lá fora os professores nem falam para nós. Ou seja, aqui vocês são mais tidos em conta e são ouvidos? Entrevistado: sim.” (ENTjovem9)</p> <p>“É fácil, mais calma... E diferente? É diferente da escola lá de fora? Entrevistado: sim, é muito mais difícil. Os professores exigem mais, os testes são muito mais difíceis, mesmo a nível de postura... Sentes que a escola do CE te ajudou nisso? A teres melhor postura numa sala de aula? Entrevistado: Não, sinceramente não, tive que fazer isso</p>
--	--

		sozinho.” (ENTjovem10)
	Percepção das ofertas formativas	<p>“Eu gosto destes programas de formação. Consideras que poderiam haver mais opções? Entrevistado: Sim. Tipo coisas ligadas aos computadores.” (ENTjovem1)</p> <p>“São úteis. Ensinam-nos. Quem quiser, quando sair pode já fazer isso, esse curso. Achas que poderia haver mais opções? Entrevistado: eu acho que sim, são pouquinhos.” (ENTjovem2)</p> <p>“Os programas são bons, mas podiam haver mais. Culinária, por exemplo. E qualquer coisa ligada à música, artes...” (ENTjovem3)</p> <p>“Eu estou em eletricidade e gosto. Mas acho que podia haver mais, podia haver o da jardinagem. Mas é útil para nós sair daqui com uma profissão.” (ENTjovem4)</p> <p>“Eu estou na de hotelaria e estou a gostar.” (ENTjovem5)</p> <p>“Sim, nas formações sim, aprendo mais que nas aulas (...) Eu estou no de eletromecânica, mas não gosto. Gostava que houvesse outras pessoas, porque era a única que havia, mas não sei qual escolheria.” (ENTjovem6)</p> <p>“Estas estão bem. E gostas da forma como é dada a formação? Achas que te pode ser útil depois quando saíres? Entrevistado: sim.” (ENTjovem7)</p> <p>“Acho que são boas. Consideras que podiam haver mais opções? Andas em qual? Entrevistado: ya. Eu ando em eletricidade. E se houvesse mais opções gostavas de ir para qual?</p>

		<p>Entrevistado: Cabeleireiro.” (ENTjovem8)</p> <p>“Os programas são poucos. Gostaria que houvesse o de cozinha. Gostava que fossemos nós a ter voto nas formações.” (ENTjovem9)</p> <p>“Sim, eu gostei, mas considero que poderia haver mais opções, tipo música, desporto...” (ENTjovem10)</p>
	<p>Modo como o Centro Educativo tem preparado os jovens para o exterior</p>	<p>“como? Respeitando as pessoas...</p> <p>Esta saída que vais ter agora de férias. Achas que é uma preparação para o teu regresso?</p> <p>Entrevistado: acho, ajuda-me a conviver com as pessoas e ter a minha vida um bocadinho de volta. Mas podia ajudar mais, os programas e assim.</p> <p>como?</p> <p>Entrevistado: é sempre o mesmo.</p> <p>Sentes que é muita teoria, que poderia haver mais prática, é isso?</p> <p>Entrevistado: Sim.” (ENTjovem1)</p> <p>“o centro ajuda-me a ser mais controlado e mais ponderado, a saber comportar-me.</p> <p>Achas que estás melhor agora?</p> <p>Entrevistado: Sim.” (ENTjovem2)</p> <p>“Em algumas coisas prepara bem, noutras prepara mal. As consultas, os programas ajudam-me a ponderar o comportamento, ser mais calmo. Em algumas coisas prepara mal, porque há coisas que são injustas, tipo haver tanta privação. Às vezes também não somos muito ouvidos e gostávamos de ser mais. Às vezes queremos mais oportunidades.” (ENTjovem3)</p> <p>“O centro educativo um dia vai-me procurar uma escola, tem-me ajudado a nível de comportamento, já me consigo controlar muito melhor.” (ENTjovem4)</p>

		<p>“Vão-me arranjar uma escola, vou fazer os meus estudos e podem arranjar um cursozinho para arranjar alguma coisa. Saímos daqui fixes.” (ENTjovem5)</p> <p>“Não, o centro não me tem ajudado. Não? Não sentes que estás mais controlado, por exemplo? Lá fora perdias a cabeça logo e agora já não... Entrevistado: oh, estou controlado, porque estou aqui dentro. Lá fora vai ser tudo igual.” (ENTjovem6)</p> <p>“Idas lá fora, fins de semana, férias... E preparam-te para os riscos que podes encontrar lá fora? Entrevistado: sim, sim.” (ENTjovem7)</p> <p>“O centro tem-me ajudado. Fez-me ver que a vida do crime não é correta.” (ENTjovem8)</p> <p>“Tem-me preparado bem. Dantes não me controlava, agora sim. Quando cheguei aqui... Consideras que as saídas te ajudam? São uma preparação? Entrevistado: claro. Todos deviam ter essa oportunidade, mas há jovens que não podem ir. Achas que as saídas ajudam as vossas intervenções até? Entrevistado: claro, vimos mais calmos. Agora estar aqui... eu tive 9 meses e custou-me.” (ENTjovem9)</p> <p>“Sim, ajudou-me a controlar perante algumas situações. O facto de ter oportunidade de ir lá fora também me ajuda a preparar. E poder sair e voltar do centro para ir à escola também ajuda muito. Ajuda a conhecer pessoas novas, apanhar ar fresco...” (ENTjovem10)</p>
	<p>Modo como a escola do Centro tem preparado os jovens para o exterior</p>	<p>A escola não me tem ajudado. Não? Tu quando saíres vais querer voltar para a escola, não sentes que esta escola te tem ajudado? Entrevistado: oh, estes professores aqui falam muito, lá fora</p>

		<p>não é assim, eu não gosto.</p> <p>Gostavas de ter mais a parte prática?</p> <p>Entrevistado: ya.” (ENTjovem1)</p> <p>“Eu acho que há diferenças, porque aqui é mais fácil, por isso é que fazer aqui é mais fácil.</p> <p>Ok, são diferentes, mas não te ajuda em nada? Não te ajuda a adaptar?</p> <p>Entrevistado: Ah sim, isso sim. Ajudam a me comportar, não só na sala como com a própria sociedade em si.” (ENTjovem2)</p> <p>“Preparam a nível de comportamento. Se lá fora for para a escola sei como me devo comportar. Também ajudam a saber estar com as pessoas. E aqui fazemos tudo mais rápido, acabamos rápido a escola. As formações ajudam porque saímos com uma profissão.” (ENTjovem3)</p> <p>“A escola do centro não me ajudou em nada, não me ajudou a me saber comportar, por exemplo, mas a formação sim. A formação é mais prática e então eu estou sempre mais atento, participamos mais. A escola é mais teoria e eu perco a atenção.” (ENTjovem4)</p> <p>“A escola tem-me ajudado a perceber que tenho que estar com uma boa postura e antes, lá fora, não estava muito atento às aulas, agora já estou. Gosto de aprender coisas novas e tudo.</p> <p>E a formação? Achas que te ajuda?</p> <p>Entrevistado: claro, claro, saímos já aqui com uma profissõzinha e já aprendi muito. Quando estive lá fora nunca tive esse tipo de trabalho, quando entrei para aqui já fiz alguma coisinha.” (ENTjovem5)</p> <p>“Sim e a formação também. Acabaram por ser úteis para mim nisso, apenas.” (ENTjovem6)</p>
--	--	---

		<p>“A escola tem ajudado.</p> <p>Entrevistador: diz-se muito que o centro educativo e a sua escola têm como missão a educação para o direito, ou seja, transmitir aos jovens normas de comportamento aceitáveis para a sociedade. Consideras que a escola faz isso?</p> <p>Entrevistado: Sim. A escola no CE ajuda a respeitar mais os colegas, a interagir mais e melhor com os professores...” (ENTjovem7)</p> <p>“Tem-me ajudado a aprender, fazer coisas que lá fora nunca quis fazer e faço tudo muito mais rápido. Os programas educativos também são bons, porque nos ensinam a colocar em prática algumas competências e que falemos de algumas coisas.” (ENTjovem8)</p> <p>“Ajudam-me em algumas coisas. Ajudam-me a saber controlar, comportar dentro da sala, mas lá fora é diferente. Por que é que lá fora vai ser diferente? O CE podia mudar alguma coisa ou tu é que poderás não estar totalmente recetivo?</p> <p>Entrevistado: podia melhorar algumas coisas. Nós não temos muitas coisas agora nas férias. Deixar-nos ir para o ping pong... desenvolver mais atividades. Temos muito poucas atividades. Temos as atividades normais e o resto do dia vamos para a unidade.” (ENTjovem9)</p> <p>“A escola ajudou-me não no sentido de comportamento, mas porque muita coisa que fiz lá fora já tinha feito aqui, então foi bom nisso.” (ENTjovem10)</p>
	<p>Intervenção realizada pelo Sistema de Reinserção Social</p>	<p>“Não, só há apoio se continuarem as medidas e poderá haver algum apoio, após cessar a medida, após cessar a intervenção da direção geral, se o jovem assim o pedir. Suporte haverá sempre, agora não podemos exigir que haja uma intervenção, por isso aí já não nos compete a nós.” (ENTtéc1)</p>

		<p>“Neste momento, a reinserção passou a chamar-se reinserção e serviços prisionais. As medidas tutelares educativas são medidas impostas pelo tribunal e como tal a nossa intervenção termina quando termina a medida. Ou seja, nós pautamo-nos pelo princípio da intervenção mínima e este princípio diz que as pessoas não devem ser intervencionadas pelo tribunal quando não existe essa necessidade ou quando termina a medida e, portanto, o desejo que... nós por exemplo aqui no centro continuamos a manter a ligação, com autorização das pessoas. Mas não existe uma intervenção formal.” (ENTtéc2)</p> <p>“Eu acho que o jovem já foi mais abandonado. Se me perguntasse isso há uns anos, há 10 anos para ser mais preciso eu diria logo que sim. E agora pergunta: o que mudou? Não mudou o sistema. Mudou que “meia” dúzia de técnicos estavam habituados a estar fechados no seu gabinete, a preencher relatórios, sem conhecer o jovem e hoje essa mentalidade mudou e hoje os técnicos superiores que vêm trabalhar connosco são pessoas diferentes, mais sensíveis, mais informados. (...) No entanto, cabe às equipas de terreno, que não têm técnicos superiores suficientes, os ajudar. Mas, muitas vezes, esse apoio não chega e os jovens ficam um bocadinho ao “abandono”, mas também é preciso que eles queiram. Se eles, de facto, tiverem vontade de ir às equipas, pedir ajuda, as equipas estarão prontas para os ajudar. Não temos é uma equipa de terreno capaz de permanentemente estar em contacto com os jovens, para saber se ele está bem ou mal. Se ele não for lá ao espaço, gabinete da equipa, perde-se o rasto, a menos que o jovem reincida. O sistema melhorou muito, houve grandes mudanças, falta é um empurrãozinho. Dar oportunidade a pessoas licenciadas, mestrado, novas, com novas mentalidades... (...). Abordando a questão do que é feito após a saída, acho que, de facto, há um abandono, que ele ainda existe e que é preciso dar a volta à situação, mas de que maneira? Melhorar a logística, os</p>
--	--	---

		<p>recursos humanos, dar abertura. Dar abertura a uma quantidade de pessoas capazes, que acabaram a licenciatura, mestrados e que estudaram para tal... e que, com certeza, teriam vontade de abraçar este trabalho.” (ENTtéc3)</p> <p>“Penso que o jovem entra ali, tem que cumprir a medida que lhe é aplicada pelo tribunal e quando sai? Tudo bem que é encaminhado para uma escola, mas será suficiente? Do meu ponto de vista não. Para isto funcionar em pleno o jovem cumpre a medida de internamento e, depois, como existem as equipas de reinserção havia de ser estipulado, pelo próprio tribunal, uma medida extra para ver se há reincidência ou não e ver de que forma o jovem se vai adaptar. Ou então, como se fala e está previsto na lei, as casas de... as unidades de saída, que até hoje, eu penso que a nível nacional não existe nenhuma, mas que está prevista na lei e aí sim, era uma preparação dos jovens para a sua saída para o exterior. Durante x tempo seria feita uma dita avaliação. Se o jovem estaria preparado para sair. O jovem vai a casa, frequenta a escola no exterior..., mas vem à retaguarda do técnico do centro onde está e vê se está a funcionar ou não. Como nós sabemos quando o jovem sai tudo permanece igual, porque não há qualquer intervenção na família, no meio onde o jovem está.” (ENTtéc4)</p> <p>“Eu não tenho notado grande alteração disso ao longo dos anos. O que acontece é que se o jovem tiver um acompanhamento educativo (na sua medida) ainda é acompanhado durante algum tempo. Caso a sua medida não tenha acompanhamento educativo o jovem, após cessar da medida não tem qualquer acompanhamento. Considero que todos os jovens deveriam ter acompanhamento de, pelo menos, 6 meses após a saída, mas devido á falta de técnicos é complicado. O que nós fazemos é ligar para as famílias passado um tempo, para ver o que é feito do jovem e como está a correr a sua reintegração, mas já não ajudamos.</p>
--	--	---

		<p>Recebemos, por vezes, também as famílias dos jovens, após o cessar da medida, mas são exceções e passa mais por um aconselhamento, do que propriamente uma ação.” (ENTtéc5)</p>
	<p>Melhorias no trabalho desenvolvido pelo CE</p>	<p>“É uma área que pode sempre melhorar, desde que haja condições. É como tudo na vida, tudo pode melhorar. Procura-se melhorar o dia a dia, procura-se melhorar projetos, procura-se responder a muita coisa... Agora também isto é uma área muito complexa, não vai depender apenas de uma intervenção parcelar. Isto é um trabalho que envolve muitos fatores e às vezes esses fatores são difíceis de conciliar.” (ENTtéc1)</p> <p>“Talvez, no centro educativo, melhorar a intervenção? Talvez equipas especializadas. Talvez equipas mais especializadas”. (ENTtéc2)</p> <p>“Precisava de mais técnicos, mais TPRS, precisamos que a sociedade civil olhe para nós com bons olhos e não olha, porque a maioria não conhece o nosso trabalho. Precisamos de maior abertura aos pais. Os pais deveriam ser convidados a lá estar, a ver o que fazemos. Eu noto muito isso nas visitas (...) E cito a lei e o que é dito, muitas vezes em assembleia, nós não somos uma cadeia. Nós somos um centro educativo, um espaço educativo. Nós trabalhamos com jovens que cometeram crimes. Devemos ser um espaço tão estanque? Um espaço contentor? Tão fechado ao resto da sociedade? Devemos levantar estes muros? Até as cadeias já estão mais abertas para a sociedade civil. Há muita gente que quer fazer coisas connosco e acho que a direção geral deveria facilitar isso. Mas nós, centros educativos, devemos persistir, incentivar e explicar à direção geral que precisamos disso.</p>

		<p>Conhecer-se melhor a realidade não só melhorava a nossa vida, como a própria vida dos jovens, quer a nível de internato ou no fim da medida.” (ENTtéc3)</p> <p>“Deveria haver uma abertura maior, por exemplo, a clubes. Uma das características destes jovens é que gostam muito de desporto e, na minha opinião, deviam estar mais tempo ocupados. Há muitos tempos mortos, o que faz com que muitas vezes sejam criados problemas. Se tivesse mais ocupados com atividades que gostassem... adoram cinema, desporto, futebol... abrir à comunidade.... Há grupos que, de forma voluntária, entram nos centros e tentam ocupar os jovens, fazer com que o tempo passe mais depressa... e eles estando ocupados e entretidos o tempo acaba por passar e evitam-se certos problemas que acabam por acontecer por eles não terem ocupação. Gostava também que os pais percebessem como é o dia a dia dos filhos. Como é possível eles verem como estão sentados na sala de aula, que programas ocupacionais que participam...” (ENTtéc4)</p> <p>“Haver menos burocracia e mais tempo útil com os jovens.” (ENTtéc5)</p>
	<p>Principais limitações no trabalho dos técnicos</p>	<p>“Acho que o perfil das pessoas. Ou seja, eu estou cá há muitos anos e o perfil continua a ser o mesmo que era no passado, baixa escolaridade...O perfil dos jovens é escolaridade baixa, que é um aspeto que nos pode espantar. Podemos pensar, então cada vez temos mais condições e mantém-se a mesma escolaridade nesta população? Escolaridade baixíssima, as questões da família, também se mantém inalteráveis... No passado não era bem assim, volta a dizer que nestas coisas a área geográfica é importante. Os perfis não são os mesmos. Apesar de certos factos serem semelhantes, os perfis não o são. As minhas limitações têm haver com isso. Com a Natureza do trabalho. Ter que intervir com jovens... e isto é uma grande dificuldade. Ter que superar tudo isto. Eu quando me refiro a jovem, não me refiro</p>

		<p>só a jovem, refiro-me a tudo, família, tudo... comportamento, que muitas vezes se conseguem alterar e outras vezes não.” (ENTtéc1)</p> <p>“Vou apontar duas dificuldades. Uma é mesmo a dificuldade da situação, é mesmo a dificuldade em intervir em jovens em formação. O próprio objeto de intervenção não é fácil. É complexo. Acho que o objeto de intervenção é complexo, exigente, é único... cada jovem é único e encontrar a chave para ajudar a mudar é um exercício de grande complexidade. Não é um exercício fácil, porque o jovem não está aqui porque quer e muitas vezes tem um olhar sobre a justiça e intervenção negativo e vê como... são jovens e famílias muitas vezes multi intervencionadas e muitas dessas intervenções não tiveram bons resultados e, portanto, é normal que haja uma certa desconfiança com a intervenção que lhes é proposta. Quebrar isso é um dos primeiros passos e é difícil. Depois a adolescência em si não é uma fase fácil. Fase de transformação, crescimento... é uma fase de rebeldia, de assumir um conjunto de coisas... depois em termos mesmo de outras dificuldades que se possam encontrar... talvez uma das dificuldades tenha haver com os meios, com o investimento que é feito... acho que se pode investir mais na investigação, talvez. Mais investigação para percebermos coisas como a duração da medida, os efeitos da duração de medidas, os efeitos do CE... acho que tem que haver uma maior interligação entre centros educativos, tribunais, segurança social, CPCJ... acho que devia ser mais discutido. E a intervenção precoce, em termos de intervenção. É assim existe o princípio de mínima intervenção e é sabido que nós, como sistema de justiça, não devemos intervir com jovens que sejam de risco baixo. De qualquer das formas, acho que tem que haver outro tipo de intervenção em casos que começam a dar sinais de persistência. Muitos dos casos vêm da segurança social. Já tiveram em instituições, 80% dos jovens já tiveram em instituições. Se calhar, já antes há</p>
--	--	--

		<p>sinais, indicadores de pré-delinquência que são fortes tradutores de delinquência já na adolescência, de 16/17 anos...questiono-me se os serviços de saúde psicológicos ou interdisciplinares não deviam ter uma palavra a dizer nestes casos, para ajudar os jovens e as famílias. Na minha opinião, não existe uma grande filosofia de ajuda às famílias, acho que nos dedicamos muito à intervenção do jovem e esquecemo-nos que o jovem está numa família e acho que uma intervenção colaborativa, sem ser no estilo intrusivo com a família... um bocadinho como fazemos aqui com as famílias. Nós aqui conseguimos ter intervenções com as famílias... as famílias gostam de vir cá. Então se nós temos este aspeto, temos os filhos deles aqui e eles gostam de vir cá, então se nós trabalhássemos na comunidade, qual era a dificuldade? Agora não podemos é ir... chamar uma família e trata-la como se ela fosse incompetente. Aí é que está o grande...erro, digamos, entre aspas... será esse julgamento. Em termos comunicacionais é preciso ter estratégias de comunicação que facilitam esse relacionamento com a família e, eventualmente ajudá-la.” (ENTtéc2)</p> <p>“- É muito hierárquico. Muito mecanizado. Claro que não nos cabe a nós pensar. A mim cabe-me acompanhar o jovem e desde que cumpra isto... não nos é reconhecido, por que nós gostamos de fazer algo mais que isto... a nós cabe fazer isto, ponto final. Uns agradecem a acomodam, outros desistem e optam por fazer outra coisa... e depois há aqueles como eu, que vivem a vida frustrados, mas não desistem, gostam e vão tentando melhorar o dia a dia. Eu só posso vir até aqui, o outro até ali, o outro até aquolá...aquilo está estanque, é categórico, está assim fica assim... falta qualquer coisa... falta-nos mais pessoas, mais espaço...” (ENTtéc3)</p> <p>“As limitações é que somos muito poucos funcionários, temos muitos jovens ao nosso encargo. Normalmente é só uma pessoa que trabalha por unidade para 14/15 jovens, cada</p>
--	--	---

		<p>um com as suas especificidades, problemas... isso é difícil. A falta de pessoal é crucial e depois também temos que... não é qualquer tipo de pessoa que encaixa neste perfil. Nós temos colegas que entraram connosco e o máximo que conseguiram forma 24 h/48h. Por isso, muitas vezes os testes, as entrevistas, quando se chega ao terreno, vê-se que se errou, que se escolheu uma pessoa que não está minimamente apta para este serviço.” (ENTtéc4)</p> <p>“O excesso de número de jovens atribuído pode ser uma limitação. Menos jovens é sinónimo de mais acompanhamento. O cumprimento de prazos para o tribunal também acaba por ser uma limitação, porque muitas vezes estamos um dia só com relatórios. A existência de serviços externos e falta de monitores também são uma limitação. Muitas vezes temos um dia “perdido” só com saídas externas.” (ENTtéc5)</p>
A escola do CE	Principais diferenças e semelhanças entre a escola do CE e do exterior	<p>“As diferenças são imensas, tais como os alunos são diferentes, o ambiente é diferente, o contexto em si também é diferente e, portanto, tudo é diferente. Em relação às semelhanças, são jovens como lá fora. A semelhanças estão relacionadas com esse facto, de estarmos a trabalhar com jovens.” (ENTprof1)</p>
		<p>“Eu não acho que haja muitas diferenças. Aqui temos cursos EFA, lá fora também e a organização acaba por ser a mesma. Entrevistador: mas estas turmas EFA funcionam como lá fora? O que é dado lá fora pode ser dado aqui? Os métodos? Entrevistado: O que acontece muitas vezes é que vamos com tudo planeado, mas depois o aluno não adere, mas isso lá fora também pode acontecer, lá fora também há turmas complexas. Nunca dei a cursos EFA lá fora, pelo que...” (ENTprof2)</p>
	Principais desafios encontrados no desenvolvimento de	<p>“Os maiores desafios têm haver com o facto de alguns alunos... terem alguns comportamentos um bocadinho desviados da norma e, portanto, isso é algo com o qual temos</p>

funções	<p>que estar minimamente preparados. Primeiro para não batermos de frente com os jovens. A sua maioria são jovens problemáticos e, portanto, temos que ter alguma cautela, mas isso também se passa nas escolas ditas “normais”. Depois a parte afetiva aqui também tem muita importância, por que muitos destes miúdos têm carências afetivas imensas e por isso é muito importante gerir essa componente.” (ENTprof1)</p> <p>“Ora bem, é tentar fazer com que os alunos aprendam o máximo, para no futuro terem uma vida “normal” e voltarem a estudar, continuarem a estudar para terem um futuro mais ... melhor.</p> <p>Entrevistador: por exemplo, quando sente que tem uma turma e que essa turma não está a aderir bem ao que está a ser dado ou método que está a utilizar como é que contorna isso? Continua com o mesmo método? Altera e adapta ao tipo de público que tem...</p> <p>Entrevistado: tenho que fazer ajustes. Isso às vezes acontece. A pessoa prepara uma aula e depois, depende de turma para turma, também depende dos alunos e às vezes eu tenho que alterar e adaptar, portanto, aos alunos que tenho.” (ENTprof2)</p>
Possíveis melhorias no trabalho escolar	<p>“É assim, eu no que toca à minha função, não acho que possa melhorar... é claro que melhorar podemos melhorar sempre. Não estou a dizer nós, claro que o meu trabalho... não estou a falar em relação à organização do centro, isso é uma coisa que tem que perguntar às pessoas que estão à frente do centro, eu apenas obedeco, não faço parte integrante do centro.” (ENTprof1)</p> <p>“Entrevistado: ora bem....</p> <p>Entrevistador: talvez haver mais opções para os alunos? Daquilo que sei há poucos cursos...</p> <p>Entrevistado: pois, nós temos aqui 4 cursos (eletricidade, eletromecânica, pintura (...)), talvez se houvesse possibilidade de alargar... Já há uns anos, há 3 anos, talvez,</p>

		<p>havia o curso de jardinagem. era capaz de ser interessante arranjar mais opções de escolha para os alunos.</p> <p>Entrevistador: considera que a educação é importante para eles quando saírem daqui? Que é um motor que ajuda na reintegração social do jovem?</p> <p>Entrevistado: Sim e é nisso que eu tento levá-los. Para que eles entendam isso, para que no futuro pensarem que só com o trabalho e com a educação é que podem conseguir melhorar o seu percurso.” (ENTprof2)</p>
Saída do Centro Educativo	Perspetivas para o futuro	<p>“Sei lá, tirar o 12 e depois trabalhar” (ENTjovem1)</p> <p>“Eu quero integrar-me no dia a dia, no dia, com as pessoas e voltar para a escola, tirar, pelo menos, o 9ºano.” (ENTjovem2)</p> <p>“Sei lá, ou ir para uma escola ou fazer um curso de artes” (ENTjovem3)</p> <p>“Jogar futebol. Ser jogador de futebol.” (ENTjovem4)</p> <p>“Quero tirar o 12º ano e arranjar um trabalho.” (ENTjovem5)</p> <p>“Sair daqui. Ainda não pensei muito bem no que vou fazer, sinceramente.</p> <p>Mas vais estudar? Queres estudar?</p> <p>Entrevistado: Não tenciono estudar, nem tenciono trabalhar, não tenciono fazer nada.” (ENTjovem6)</p> <p>“Acabar o 12º ano e arranjar trabalho e outras coisas.” (ENTjovem7)</p> <p>“Abrir um estabelecimento e ser cabeleireiro.” (ENTjovem8)</p> <p>“A mesma vida.</p> <p>Mas queres estudar?</p>

		<p>Entrevistado: estudar, estudo enquanto estou aqui. Lá fora não quero estudar. Não quero trabalhar.” (ENTjovem9)</p> <p>“Acabar o 12º ano e arranjar um trabalho” (ENTjovem10)</p>
	Principais desafios que pensam ter que enfrentar	<p>“Respeitar as pessoas...</p> <p>Entrevistador: por exemplo, afastar-te das pessoas que convivias antes, vai ser um desafio?</p> <p>Entrevistado: Não, acho eu.</p> <p>Entrevistador: consideras que vai ser um desafio voltar a socializar, recuperar a tua vida passados dois anos?</p> <p>Entrevistado: sim, nós aqui vemos sempre as mesmas pessoas, lá fora não.” (ENTjovem1)</p> <p>“O mais difícil vai ser saber como reagir a conversas, provocações...” (ENTjovem2)</p> <p>“Interagir com a sociedade, começar da etapa 0.” (ENTjovem3)</p> <p>“Não sei, o meu grupo de pares não acho que vá ser um desafio. Eu vou continuar com eles, mas não vou fazer porcaria.” (ENTjovem4)</p> <p>“Nada vai ser um desafio.” (ENTjovem5)</p> <p>“O principal para mim é continuar a lutar com as más companhias.” (ENTjovem7)</p> <p>“Estar de volta à liberdade.” (ENTjovem9)</p> <p>“As companhias vão ser um desafio.” (ENTjovem10)</p>
	Principais apoios esperados	<p>“Sei lá, a minha família.” (ENTjovem1)</p> <p>“Será a minha família.” (ENTjovem2)</p> <p>“Nos meus amigos, família, os mais próximos.”</p>

		<p>(ENTjovem3)</p> <p>“Apoios? Vou ter o apoio da minha família e dos meus pais.” (ENTjovem4)</p> <p>“Apoios? Vou ter o apoio da minha família” (ENTjovem5)</p> <p>“E apoios? Eles (pais) vão ser o teu apoio? Entrevistado: Sim.” (ENTjovem6)</p> <p>“E se um dia for preciso, o meu apoio será a minha família.” (ENTjovem7)</p> <p>“Algumas pessoas. A minha família, essencialmente. Amigos não. Os meus amigos são os que me vêm visitar, que é só uma amiga minha.” (ENTjovem8)</p> <p>“A minha família, o meu pai, a minha mãe, os meus irmãos” (ENTjovem9)</p> <p>“A nível de apoio será a família.” (ENTjovem10)</p>
	<p>Fatores que ajudam no sucesso da medida (baseado em jovens que deixaram o centro há 1 ano)</p>	<p>“O facto das medidas serem bem sucedidas está relacionado com o perfil dos jovens e com a intervenção e com a relação de ambas as coisas, porque se os jovens não quiserem... tivemos e temos casos de sucesso, jovens que estão completamente equilibrados, são cidadãos normais, fazem a sua vida normal, trabalham, não têm problemas com a justiça, ou seja, deixou de haver uma reincidência e vão continuar a fazer a sua vida, como qualquer cidadão faz, sem ter problemas com a justiça. “(ENTtéc1)</p> <p>“Aquela pessoa para ter sucesso, tem que aderir a um projeto de vida diferente, tem que haver uma transformação. Essa transformação vai desde a pessoa aceitar a medida, convencer-se que tem uma medida e que a pode transformar em algo positivo para si, vai desde começar a ver benefícios</p>

		<p>comportamentais, ver diferenças comportamentais... começar a adquirir competências e, eventualmente, começar-se a ver de outra forma. Quando chega aqui e vê apoio esta mudança pode conseguir-se dar. Mas é preciso que haja também aliados, pessoas, que apoiem também esta mudança. Todas as mudanças têm que ter um conjunto de pessoas que apoiam, que valorizam, que sustentam essa mudança e que dão significado a essa mudança. (...) processo acontece e não tanto em termos de: o que é que acontece? Eu diria que vai desde... começa na entrada no centro e quando o jovem percebe que vem de uma trajetória desviante e que essa trajetória que o leva situações cada vez mais degradantes e que a partir daí começa a refletir e a querer inverter essa trajetória e a querer... prontificar-se a construir connosco o seu caminho, com a família, a comunidade o seu projeto de vida.” (ENTtéc2)</p> <p>“se tem em casa uma plataforma familiar resistente, até pode nem ser o ambiente mais saudável, mas tem pai, tem mãe, tem um telhado em que pode habitar quando sair, eu acredito que o técnico que o acompanha, se conseguir fazer uma mediação, depois do jovem ter essa plataforma consegue fazer alguma coisa.” (ENTtéc3)</p>
	<p>Fatores que podem ditar o insucesso da medida (baseado em jovens que saíram do centro há 1 ano)</p>	<p>“Se falasse num perfil de há uns anos atrás, muitos dos jovens, dificilmente teriam uma alteração no seu percurso, uma vez que o seu suporte após a sua saída do centro não seria, mesmo levando algum suporte, não teria da parte deles, pela forma como se integravam, pela sua vivência, alterações da parte deles. Poderia acontecer com alguns... Mas isso eram casos muito difíceis, do ponto de vista de reinserção, aliás eram jovens cujos irmãos já tinham tido problemas com a justiça, eram jovens que, através da família, já tinham contacto com a justiça, problemas graves e, por isso, a capacidade e hostilidade para mudar não era muito fácil.</p>

		<p>Nesses casos, de certeza, que não haveria sucesso na intervenção. Temos que perceber que alguns, seja aqui, na prisão, não se consegue fazer alterações por mais que se queira. Hoje, se quer que lhe diga, não considero que o historial dos jovens seja tão grave, não vou dizer que há mais insucesso ou menos insucesso, mas diria que o perfil não é tão grave, nem tão marcante, mas isto sob o ponto de vista da realidade, não é uma realidade muito específica, ou seja, podemos ter um jovem com fatores que achamos que os resultados vão ser positivos e isso não acontecer. Agora sob o ponto de vista do passado... as medidas agora são mais curtas, é diferente. Há diferenças significativas, que não sei se são melhores ou piores, mas há diferenças no percurso...” (ENTtéc1)</p> <p>“Os casos de insucesso... podem, em termos de processo, mais uma vez, podem começar com jovens que não conseguem fazer um percurso dentro de portas, no sentido de aderir à medida e querer inverter a trajetória. Eu diria que um jovem que não consiga reunir, fora de portas... um jovem que não consiga antecipar, tipo “Se eu mudar eu quando sair vou ter a ajuda de...”, se não conseguir antecipar este apoio, penso que o investimento numa mudança se torna muito mais difícil. Eu acho que tem que haver aqui a perceção de um apoio fora de portas. Outra possibilidade é o próprio ver-se a si próprio como esse apoio. Um projeto de autonomia.” (ENTtéc2)</p> <p>“Muitas vezes tu tens uma família dita “normal”, estruturada, em que não há qualquer referência a nível de delinquência, violência ou outros... e a família acaba por não dar conta do percurso do jovem, quando ele sai. Há jovens muito complicados e, muitas vezes, não é a mãe ou o pai a ter esse poder de o tentar controlar. Há outros...”</p> <p>Entrevistador: por exemplo, o facto das escolas, muitas vezes, não aceitem estes jovens, pode influenciar o sucesso</p>
--	--	--

		<p>de uma reintegração? Tem impacto no jovem?</p> <p>Entrevistado: claro que sim. Sente que está rotulado e não vai para o meio dito “normal”, tem que ir para um meio especializado para seguir o seu percurso educacional. As escolas não estão preparadas para este tipo de miúdos. Muitas vezes estes jovens são abandonados e depois é uma sorte com os amigos que fazem. Se tiver a sorte de ter um bom grupo as coisas correm pelo melhor, se tiverem o azar de se juntar a outros... é uma sorte.” (ENTtéc4)</p> <p>“O que acontece, no caso dos jovens ainda no Centro, é que, por vezes, o próprio jovem não adere à intervenção e isso dificulta todo o trabalho. Isso acontece por vários motivos. Têm crenças muito fortes, falta de maturidade, ainda são muito influenciáveis. Acabam por não criar nem uma relação com a escola, nem com ninguém. Quando o jovem sai e volta. À vida que tinha e as suas estruturas familiares são as mesmas, é complicado alguma coisa ser alterada.” (ENTtéc5)</p>
	<p>Fatores que influenciam o sucesso da reintegração social</p>	<p>“Tudo influencia. O percurso que é feito, um jovem que tem problemas com a justiça, faz percursos muito desviantes e temos que pensar que no país os jovens, cada vez mais têm mais habilitação, têm mais formação e estes jovens à priori estarão muito mal, quando é para entrar na vida, quer do ponto de vista da escola, do trabalho... Alguma parte deles pode conseguir resultados, mas grande parte deles têm grande desvantagem. Se consegue recuperar isso ou não... enfim. Eu acho que a escola se consegue recuperar sempre, quer se queira quer não, porque se tem muitos anos para estudar, depois o trabalho... temos que entrar no mundo e competir com jovens que, se calhar, estão mais preparados que nós e, tudo isto, não é um percurso fácil. Associado às famílias. Há famílias que conseguem ser um suporte, que é importante para o êxito e outras que não têm tanta capacidade e aqui as coisas estão mais limitadas. Quando isto passa para o mundo de trabalho nós não temos assim grandes dados... até porque, a maior parte deles, cessa as medidas sem idade para ir</p>

		<p>trabalhar, mas dos que temos vão cumprindo, vão estando bem.” (ENTtéc1)</p> <p>“Há aqui duas coisas em jogo: está em jogo o dentro de portas e o fora de portas. E eu acho que nós temos que dar atenção ao que se passa dentro de portas, que é aquilo que conseguimos analisar e o que se passa dentro de portas está mais relacionado com a perspetiva psicológica da pessoa e ao darmos atenção ao fora de portas, está mais relacionado com a perspetiva sociológica da pessoa, contexto em que a pessoa está e vai. Ambas são muito importantes. Eu creio que, de facto, o que pode facilitar são, para já relações significativas. Um bom suporte emocional. Depois haver uma orientação vocacional, aquilo que é um investimento destes jovens numa escola, numa formação, numas profissões... haver um investimento efetivo por parte do jovem, um investimento gratificante, que exigiu tempo. E haver por parte da comunidade uma oportunidade. A comunidade também tem que acolher, dar uma oportunidade. E depois penso que tem que haver aqui outro suporte, que é o suporte no sentido de perceber quais são os fatores de risco mais importantes. (...) eu tenho como opinião que um jovem que consiga integrar-se na escola, mais dificilmente irá integrar-se no antigo grupo de pares, porque passa a estar ocupado, passa a fazer um investimento. Aliado a isso se tiver um contexto de vida estável, no sentido que depois tem um suporte, um suporte emocional estável, é facilitador da mudança.” (ENTtéc2)</p> <p>“É um pouco como já disse. A falta de apoio por parte das escolas, por exemplo. É muito complicado arranjarmos escolas que aceitam estes jovens. Passam a batata de uma para a outra e não nos dão respostas, em muitos casos. É muito complicado os jovens conseguirem uma escola. Muitos deles são obrigados a ficar com o 6º ano. Ganham tantos rótulos e tanta fama, que é complicado se desligar disso. A família, tal como já disse também influencia o sucesso, bem</p>
--	--	--

		como o contexto envolvente, estereótipos. Acima de tudo... a falta de oportunidades.” (ENTtéc5)
--	--	---